

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

IVAN RODRIGO TREVISAN

**OS GENERAIS DITADORES (1964-1985) COMO PRESIDENTES DE HONRA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

IVAN RODRIGO TREVISAN

**OS GENERAIS DITADORES (1964-1985) COMO PRESIDENTES DE HONRA
DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas

Linha de pesquisa: Sociedade, Política e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre

2017

IVAN RODRIGO TREVISAN

**OS GENERAIS DITADORES (1964-1985) COMO PRESIDENTES DE HONRA
DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas

Linha de pesquisa: Sociedade, Política e Relações Internacionais

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PPGH/PUCRS (Orientador)

Profa. Dra. Tatyana De Amaral Maia – PPGH/PUCRS

Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero – UFRGS

Ficha Catalográfica

T814g Trevisan, Ivan Rodrigo

Os generais ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Ivan Rodrigo Trevisan . – 2017.

150 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Ditadura Civil Militar. 3. Regime Ditatorial. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

A habitual antítese “Estado” versus “sociedade” é talvez inadequada quando se deseja estudar as relações entre ambas as coisas. Caso se aceite a hipótese de os Estados, mesmo arbitrários, serem parte de um todo mais amplo e que o fato de permanecerem arbitrários produzirá resultados catastróficos, é preciso elaborar um conceito de Estado que dê margem ao estabelecimento de conexões entre a área política e as demais áreas da vida social.

Moshe Lewin

O principal problema que as interpretações colocaram, provavelmente, é não ter compreendido os regimes autoritários e as ditaduras como produto social. As explicações que parte das oposições vítima e algoz, opressor e oprimido, buscando respostas na repressão, na manipulação, no desconhecimento (nós não sabíamos), embora sedutoras - explicam tudo sem muito esforço e sem colocar o dedo na ferida -, levaram a distorções consideráveis. Apegadas a necessidades do presente, essas construções acabam por encobrir o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro.

Denise Rollemberg e Samantha Quadrat

RESUMO

Este trabalho procura analisar as relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, e os chefes de Estado da ditadura civil militar (1964-1985), sobretudo através do título de *Presidentes Honorários* da Instituição concedido aos chefes de Estado quando no exercício dos seus mandados, conforme previsto nos estatutos do Instituto. O outro *fator* de relação entre o Instituto e o regime ditatorial a ser analisado é o financiamento estatal do Instituto através do repasse de verbas e auxílios financeiros feitos por cada chefe de Estado à Instituição. Ademais, a presença de autoridades políticas do regime no Instituto também revela a próxima relação estabelecida entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a ditadura civil militar. Através da análise desta relação, verificar elementos subjetivos que configurem uma postura e um *posicionamento* político do Instituto diante destes chefes de Estado e da própria ditadura.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ditadura Civil Militar. Regime Ditatorial.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the relations established between the Brazilian Historical and Geographical Institute, the IHGB, and the heads of State of the military civil dictatorship (1964-1985), especially through the title of Honorary Presidents of the Institution granted to the heads of State when in the exercise of their mandates, as provided for in the statutes of the Institute. The other factor of relationship between the Institute and the dictatorial regime to be analyzed is the state funding of the Institute through the transfer of funds and financial aid made by each head of State to the Institution. In addition, the presence of political authorities of the regime in the Institute also reveals the next relationship established between the Historical and Brazilian Geographical Institute and the military civilian dictatorship. Through the analysis of this relation, to verify subjective elements that constitute a position and a political position of the Institute before these heads of State and of the military civil dictatorship itself.

Key words: Brazilian Historical and Geographical Institute. Military Civilian Dictatorship. Dictatorial Regime.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Financiamento do IHGB pela Monarquia (1839-1855)	29
Tabela 2 – Financiamento do IHGB pela Monarquia (1857-1889)	30
Tabela 3 – Financiamento do IHGB no período republicano (1892-1893)	32
Tabela 4 – Financiamento do IHGB no período republicano (1894-1897)	36
Tabela 5 – Distribuição dos anos, governos e valores	67

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CFC	Conselho Federal de Cultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDS	Partido Democrático Social
PRONEC	Programa Nacional de Educação para a Cidadania
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO E O ESTADO	16
2.1 O IHGB, SUA GÊNESE.....	17
2.2 O FINANCIAMENTO ESTATAL DO IHGB NO PERÍODO MONÁRQUICO	29
2.2.1 O IHGB e a República.....	32
2.3 O IHGB E SEUS PRESIDENTES HONORÁRIOS	39
3 O IHGB E O ESTADO AUTORITÁRIO.....	49
3.1 A DITADURA CIVIL MILITAR E O FINANCIAMENTO DO INSTITUTO.....	64
3.2 OS GENERAIS COMO PRESIDENTES DE HONRA DO INSTITUTO	78
4 O IHGB E OS CHEFES DE ESTADO DA DITADURA CIVIL MILITAR	91
4.1 CASTELO BRANCO	92
4.2 COSTA E SILVA	99
4.3 MÉDICI.....	110
4.4 ERNESTO GEISEL	121
4.5 FIGUEIREDO	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXOS	143

1 INTRODUÇÃO

Fundado durante a primeira metade do século XIX, em 1838, nos “braços” do Estado monárquico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) teve, desde o seu início e ao longo da sua história, uma relação próxima com o Estado, entre outros fatores, sobretudo pelo título de *Presidentes Honorários* da Instituição concedidos aos chefes de Estado, conforme previsto nos seus estatutos.

Criado por membros pertencentes à burocracia do Estado monárquico, decidiu o Instituto solicitar a “proteção” do Imperador Dom Pedro II à Instituição. Tendo o soberano aceito o convite, era preciso regular a matéria nos estatutos do Instituto, sendo criada então uma classe de sócios com o título de *Presidentes Honorários* da Instituição que deveria ser conferida “aos Príncipes da Família Imperial Brasileira, e aos soberanos e príncipes estrangeiros”. Com a queda da Monarquia e a proclamação da República, em 1889, o título de Presidentes Honorários do Instituto seria redirecionado aos “Presidentes da República”, em uma adaptação dos estatutos do Instituto ao novo contexto político republicano.

Assim, passou a determinar o regimento interno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no artigo 4º dos seus estatutos, que o título de *Presidentes Honorários* do Instituto deve ser concedido aos chefes de Estado quando no exercício dos seus mandatos.

O título funcionaria ao longo da história do Instituto como um *meio* de aproximação e um *ponto de encontro* entre a Instituição e o Estado, na figura dos seus chefes que, em sua grande maioria, compareceram aos salões do Instituto para tomarem posse como seus Presidentes Honorários, comprometendo-se em “promover o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente os seus estatutos”, de acordo com os seus juramentos de posse. A “tradição” e a *praxe* de conceder a Presidência Honorária da Instituição aos chefes de Estado configuraria uma relação e simbolizaria a proximidade entre o Instituto e o Estado brasileiro.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo central analisar as relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os generais que assumiram como chefes de Estado durante a ditadura civil militar (1964-1985),

principalmente através do título de *Presidentes Honorários* da Instituição concedidos aos chefes de Estado do regime ditatorial.

Além da relação institucional entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os chefes de Estado, prevista nos estatutos da Instituição, interessa-nos também verificar a *postura* e o *posicionamento* adotados pelo Instituto diante da nomeação dos generais e chefes de Estado da ditadura civil militar à Presidência Honorária do Instituto. Mais do que um mero “protocolo” ou o simples cumprimento do que previam seus estatutos, a relação entre o Instituto e os chefes de Estado do regime ditatorial pode indicar e configurar uma relação essencialmente política.

O comparecimento dos chefes de Estado ao Instituto, as cerimônias em que os generais tomaram posse, as assembleias deliberativas que aprovaram as suas nomeações, os pronunciamentos dos oradores oficiais ou dos presidentes do Instituto e dos chefes de Estado nestas ocasiões, também serão elementos de análise que irão contribuir na compreensão das relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os chefes de Estado da ditadura.

Para além do título de Presidentes Honorários concedidos aos chefes de Estado, outro *fator* de relação e de vínculo entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Estado é o financiamento público e estatal do Instituto. Desde a sua fundação, o IHGB obteve o auxílio financeiro do Estado para a sua manutenção e realização das suas atividades, tornando-se crônica a sua dependência com relação às verbas de origem estatal. Deste modo, o outro *eixo* de pesquisa deste trabalho será a análise dos repasses de verbas e os auxílios financeiros concedidos pelos chefes de Estado da ditadura ao Instituto durante os seus respectivos governos.

Outro elemento que contribuirá no entendimento das relações entre o Instituto e a ditadura civil militar será o reconhecimento das autoridades políticas e de Estado presentes no Instituto, seja como visitantes ou mesmo ingressando no quadro de sócios da Instituição; e por outro lado, como uma relação bilateral, com “vias de mão dupla”, dos membros do IHGB presentes em instituições e órgãos vinculados ao Estado, ou “circulando” próximos as esferas do Estado durante o regime ditatorial.

Utilizaremos aqui o conceito *Ditadura Civil Militar* para nos referirmos ao regime ditatorial vigente entre os anos de 1964 e 1985. Este conceito encontra-se no centro da discussão enquanto a síntese do esforço historiográfico para compreender o papel dos elementos civis tanto no golpe quanto durante o regime ditatorial. Inúmeros historiadores e pesquisadores têm insistido na necessidade de

aprofundarmos os nossos estudos e pesquisas sobre a sociedade civil durante a vigência do período ditatorial em nosso país¹.

Neste sentido, o conceito ditadura civil militar torna-se fundamental na busca de evidenciar as complexas relações estabelecidas entre o regime ditatorial e os diferentes segmentos, instituições, movimentos, organizações e indivíduos da sociedade civil - neste caso, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda não existem maiores estudos e pesquisas referentes à sua relação com os chefes de Estado da ditadura civil militar enquanto seus Presidentes de Honra durante a vigência do regime ditatorial. Neste sentido, este trabalho pretende também preencher esta “lacuna” na própria história do Instituto que, mesmo sendo frequentemente objeto de pesquisa por parte dos historiadores, na grande maioria das vezes as suas análises são focadas no período inicial de sua atuação, quando o Instituto tornou-se o grande responsável pela formulação do discurso “fundador” da nação no período pós-independência.

Este trabalho utilizará como fontes, além da bibliografia produzida sobre o Instituto, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), publicada trimestralmente desde a fundação do Instituto até os dias atuais. Serão analisados os exemplares referentes ao período correspondente à vigência da ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) - todos disponíveis no sítio digital do Instituto.

As suas edições contam com artigos de seus sócios, relatórios das atividades, atas de reuniões, discursos de membros e de convidados do Instituto, balanços de orçamentos financeiros da Instituição, registro de doações feitas ao Instituto, levantamentos de acervo, biografias dos sócios e os registros de datas comemorativas da Instituição, como as efemérides e as sessões magnas para a

¹ Em *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, o historiador Daniel Arão Reis (2005) nos indaga se a partir do pressuposto (construído, segundo o autor, ao longo do período de redemocratização do país) de que a sociedade esteve majoritariamente contra a Ditadura, e logo “resistiu a ela”, como explicar que tenha sido aprovada uma lei de anistia recíproca? Como explicar as estruturas de poder (políticas e econômicas) fortalecidas durante o período ditatorial permanentes no período democrático? Essas são algumas questões que devem ser respondidas por aqueles que buscam o aprofundamento da compreensão sobre o período, percebendo as continuidades em um processo marcado mais por permanências (“cultura autoritária”) do que por rupturas (processo de transição para a democracia), para quem a ditadura não foi um “raio em um céu azul” (AARÃO, 2005). Carlos Fico em *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, embora ressalte a predominância dos militares no comando do Estado, também critica uma determinada *memorialística* que se formou a partir das primeiras versões sobre a ditadura contadas por indivíduos envolvidos diretamente naquele processo. Dentre estas construções da memória estaria a de que a sociedade como um todo teria sido apenas vítima da ditadura, ignorando todo o apoio da imprensa, de setores da igreja e da classe média ao golpe (FICO, 2004).

nomeação de sócios e Presidentes Honorários do Instituto – bem com os seus respectivos discursos de posse.

O trabalho se dividirá em três capítulos: o primeiro deles abordará a fundação e a relação histórica do Instituto com o Estado através de dois *eixos*: do título de Presidentes Honorários da Instituição, verificando as suas origens, as mudanças e adaptações pelas quais o título passou ao longo da história e quais chefes de Estado que comparecerão ao Instituto para tomarem posse como seus Presidentes de Honra; e do financiamento estatal do Instituto, analisando os valores repassados à Instituição durante o regime monárquico, e pelos chefes de Estado no período republicano. A análise da composição dos fundadores do Instituto também colaborará para a compreensão da relação intrínseca entre a Instituição e o Estado desde a sua gênese.

No segundo capítulo, adentrando no período correspondente à ditadura civil militar, analisaremos sob estes mesmos *eixos* – a Presidência Honorária do Instituto e o financiamento estatal da Instituição – quais os chefes de Estado do regime ditatorial que compareceram ao Instituto para serem empossados como seus Presidentes de Honra; no que se refere à questão financeira, pretende-se verificar e analisar os valores repassados por estes chefes de Estado ao Instituto no período em que ocupavam a chefia do Estado, bem como outros fatores de ordem econômica, como a construção da nova sede do Instituto nesse período.

A verificação da presença de políticos e de autoridades de Estado do regime ditatorial nos salões do Instituto, assim como sócios do Instituto presentes em Instituições e órgãos vinculadas ao Estado, como o Conselho Federal de Cultura (CFC), também nos auxiliaram no reconhecimento das *redes* de sociabilidades de circulação e de influências entre membros do Instituto e indivíduos vinculados a ditadura.

No capítulo final, abordaremos os discursos proferidos pelos membros do Instituto responsáveis por pronunciarem-se *em nome* da Instituição nas cerimônias em que os Chefes de Estado tomaram posse, verificando os aspectos subjetivos destes pronunciamentos, como concepções e *posicionamentos* políticos expressados pelo Instituto com relação tanto aos chefes de Estado, quanto ao regime o qual representavam a autoridade maior, bem como menções e opiniões sobre a conjuntura social e política daquele período.

Além dos pronunciamentos dos membros do Instituto, analisaremos também os discursos proferidos pelos chefes de Estado que nas suas respectivas cerimônias de posses, expuseram análises e reflexões sobre as conjunturas políticas e acerca dos seus próprios governos. Expressaram também algumas concepções sobre suas a respeito da História, da Geografia e sobre a “função” social do IHGB, obviamente de acordo com suas perspectivas políticas e ideológicas de sociedade.

2 O INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO E O ESTADO

Para compreendermos a relação entre o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Estado autoritário instaurado no país através do golpe de 1964 e vigente até o ano de 1985, faz-se necessário uma análise a partir de uma perspectiva histórica. Isto permitirá o entendimento das *continuidades* e particularidades dessa relação desde a gênese do IHGB e da sua composição social até o período em análise desta pesquisa.

Visando uma compreensão histórica dessa relação entre o IHGB e o Estado Brasileiro, realizaremos um recuo temporal ao período inicial das atividades do Instituto, buscando elucidar, desde a sua fundação, a íntima relação da Instituição com o Estado brasileiro, inicialmente sob a égide do regime monárquico, passando pelo período republicano, períodos de intensas atividades da Instituição e marcados por complexas e contraditórias relações com esses governos. A composição associativa do IHGB, desde a sua fundação, também é um elemento de análise que nos revela e nos ajuda a entender a íntima e complexa relação do IHGB com o Estado, desde a sua gênese, quando boa parte do seu quadro social era oriunda da burocracia estatal e de altos cargos políticos da época, formando *redes* de circulação e de influência nos espaços de negociação entre o Estado e a Instituição.

Apesar de não se declarar como instituição “oficial” do Estado, desde a sua fundação, o IHGB contou com verbas de origem estatal para a manutenção de suas atividades, tornando imprescindíveis os subsídios estatais e permanente a sua dependência para com o Estado, sob os diferentes governos e regimes políticos. Este fator é central para a análise das relações estabelecidas entre o IHGB e o Estado nos diferentes períodos históricos e conjunturas políticas.

Outro elemento de pesquisa e de análise para o entendimento das relações entre a Instituição e o Estado é o título de Presidente Honorário concedido pelo IHGB ao presidente da República ou ao chefe do Executivo quando no exercício de seu mandato. A categoria de Presidentes de Honra da Instituição simboliza a proximidade do Instituto com a esfera governamental, em menor ou maior grau, de acordo com a conjuntura política e com a composição social e política majoritária da Instituição.

A partir destes dois “eixos” analíticos - o financiamento do IHGB e a categoria de *Presidentes Honorários* do Instituto - buscaremos elucidar a relação entre o IHGB e o Estado desde uma perspectiva histórica dessas duas questões, verificando como (e) se efetuaram estes subsídios ao longo dos diferentes governos e regimes políticos com os quais o IHGB foi contemporâneo e que estabeleceu relações no que se refere ao recebimento de verbas estatais para o seu funcionamento.

Em um segundo momento, a partir dos estatutos e dos regimentos internos da Instituição, verificaremos o que os mesmos dizem a respeito da categoria de *Presidentes Honorários*: quando o título foi criado; qual a sua função; a quem o título é concedido; quais os presidentes que o receberam; através destes questionamentos, poderemos avançar na compreensão das relações estabelecidas entre o IHGB e os diferentes governos, para além da esfera financeira, adentrando no plano político e simbólico e sintetizando a proximidade entre a Instituição e a esfera governamental.

A partir da análise dessas duas “chaves explicativas”, nos âmbitos financeiros (subsídios estatais) e no plano simbólico (Presidência de Honra), teremos uma melhor compreensão da complexa relação estabelecida entre o IHGB e o Estado ao longo da história, possibilitando-nos destacar as semelhanças e as particularidades dessa relação em comparação a outras conjunturas políticas e contextos históricos como o período correspondente à ditadura civil militar de 1964, objetivo central de pesquisa nessa dissertação.

2.1 O IHGB, SUA GÊNESE

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se deu a partir das sessões nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no ano de 1838, quando o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos apresentaram ao Conselho a proposta de criação de um Instituto Histórico e Geográfico, proposta aprovada unanimemente em assembleia². Os objetivos iniciais da instituição estabelecidos no Art. 1º do Estatuto

² No dia 21.10.1838, às 11h, reunidos no salão da SAIN, os 27 sócios fundadores, sob a presidência do mal. Francisco Cordeiro da Silva Torres, presidente daquela Sociedade, declararam fundado o IHGB e elegeram, para servirem interinamente, até a aprovação dos estatutos: presidente, o Visconde de São Leopoldo; 1º Secretário - o cônego Januário da Cunha Barbosa, e 2º Secretário, o dr. Emílio Joaquim da Silva Maia.

de 1838 seriam de "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil" e a sua "missão institucional" teria como finalidade "preservar a cultura nacional, estimular estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos à sua formação e identidade, com vistas à preservação da memória nacional"³ (INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1838).

A criação do IHGB deve ser pensada em sintonia com os institutos históricos estrangeiros fundados no contexto de consolidação dos estados nacionais. Esses Institutos eram encarregados de sistematizar o passado e a memória dessas nações forjando uma identidade comum entre os seus membros. A elaboração de uma memória seletiva e idealizada do passado por parte desses institutos auxiliava na consolidação dos estados nacionais e na legitimação do poder central. Neste sentido, nação e história estavam intimamente ligadas no processo de criação de identidades no final do século XIX (CALLARI, 2001).

A relação com os Institutos de outros países servia também ao IHGB como forma de legitimar-se internamente a partir do reconhecimento da sua capacidade científica diante da comunidade internacional, bem como a divulgação de uma determinada imagem de país diante das chamadas "nações desenvolvidas". Dentre as Instituições com as quais o IHGB relacionava-se, constam 136 (durante o período do Império), sendo o Instituto francês a grande referência para o Instituto brasileiro (PRADO, 2009).

A análise da formação inicial do seu quadro social revela a proximidade da Instituição com o Estado monárquico, sendo formado majoritariamente por membros oriundos da burocracia estatal e de importantes cargos políticos da época⁴. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era composto basicamente por membros da elite letrada e política do Brasil Imperial (FERREIRA, 2009), o que demonstra sua intrínseca relação\formação com o Estado brasileiro desde a sua gênese.

Dentre os fundadores do Instituto oriundos da burocracia estatal, podemos destacar membros da Contadoria Geral do Tesouro, da Secretaria dos Negócios do Império e da Junta de Comércio, deputados, procuradores, desembargadores e

³ "principalmente aquellas que, versando sobre a História e a Geographia do paíz devem ministrar grande auxílios à pública administração e ao *esclarecimento* de todos os brasileiros" (BARBOSA; MATTOS, 1856, p. 05).

⁴ Dentre os seus 27 membros fundadores, 14 deles ocupavam cargos políticos.

diplomatas, militares de carreira e professores e membros da administração estatal. Entre os sócios com títulos de nobreza que ingressavam nos quadros do IHGB encontram-se Viscondes, Barões e Marquês⁵. O seu primeiro presidente, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1838-1847) o Visconde de São Leopoldo, ocupava os cargos de conselheiro de Estado e senador (INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1838).

A composição inicial do Instituto formada por membros que ocupavam importantes cargos na administração estatal criava *redes* de circulação e de influência entre a Instituição e o Estado Monárquico, onde o status sócio profissional e a importância política dos seus fundadores atestavam a integração do Instituto ao *establishment* Imperial (HRUBY, 2007). A presença de membros do Estado e de políticos de renome nos seus quadros traziam prestígio e créditos à Instituição. Segundo os estatutos iniciais, o recrutamento de membros nesse período inicial obedecia mais a critérios sociais do que literários, sem que o candidato tivesse que provar - como uma produção intelectual na área de atuação e do instituto (GUIMARÃES, 1991).

Partimos do pressuposto levantado por Alonso da inexistência de um campo intelectual autônomo no Brasil do século XIX, ou seja, as análises das atividades de ideias no século XIX não devem ser tomadas como meramente intelectuais, “descoladas” de um determinado contexto e posição social onde seus produtores encontravam-se. Os “homens de letras” não estavam apartados da vida política. Para a autora, nos Oitocentos, não havia instituições intelectuais *strictu sensu*, mas “uma única carreira pública, incluindo postos políticos, diplomáticos e acadêmicos” (ALONSO, 2009, p. 86).

⁵ Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro, Antônio Alves da Silva Pinto, advogado, Antônio José de Paiva Guedes de Andrada, chefe da Secretaria dos Negócios do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, Bento da Silva Lisboa, mais tarde barão de Cairú, Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, Cândido José de Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí, Conrado Jacob de Niemeyer, militar e geógrafo, Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II, Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, visconde de Jerumirim, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha, Inácio Alves Pinto de Almeida, secretário da Junta de Comércio, Januário da Cunha Barbosa, cônego, João Fernandes Tavares, mais tarde visconde da Ponte Ferreira, Joaquim Caetano da Silva, professor do Colégio Pedro II, Joaquim Francisco Viana, bacharel em matemática, José Antônio Lisboa, deputado da Junta de Comércio, José Antônio da Silva Maia, político e procurador da Coroa, José Clemente Pereira, político, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, José Lino de Moura, contador da Caixa de Amortização, José Marcelino da Rocha Cabral, advogado, José Silvestre Rebelo, negociante, Pedro de Alcântara Bellegarde, militar, diretor da Academia Militar, Raimundo José da Cunha Matos, marechal de campo, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desembargador e diplomata, Tomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município. In: <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>

Neves e Machado (1999, p. 274) - (analisando o Colégio Pedro II e o próprio IHGB) estavam de acordo com essa compreensão ao afirmar que naquele contexto do século XIX “a atividade intelectual se confundia com a política”, na qual “a elite intelectual do império sobrevivia das posições conseguidas na estrutura do Estado”. O intelectual “Oitocentista” situava-se\circulava numa relação “híbrida” entre as Instituições (dentre as quais o IHGB) e as esferas do Estado brasileiro.

Analisando a composição social do IHGB e os *lugares sociais* dos seus membros, confirma-se a tese levantada pelos autores, visto que todos, ou a maioria dos indivíduos que compunham os quadros do Instituto ocupavam altos cargos políticos ou na administração do Estado, isto é, o IHGB não estava “isolado” ou apartado das disputas e tensões políticas do contexto social no qual estava inserido, ao contrário, as discussões nas sessões do IHGB frequentemente abordavam questões contemporâneas que ocorriam do “lado de fora” da Instituição (NEVES E MACHADO, 1999).

A análise do *lugar*, do espaço onde era produzida a escrita da História nos parece elementar para uma análise da historiografia que se produzia no contexto do século XIX, especificamente, nos salões do IHGB. Esse *lugar de fala* relacionado com as posições sociais e políticas dos membros do Instituto certamente engendravam na escrita da história possibilidades e *silêncios*, escolhas e renúncias sobre temas e discussões a serem abordadas em suas sessões e impressas (ou não) em sua Revista (CERTEAU, 1982).

Estamos em simetria teórica com a perspectiva apresentada por Certeau quando afirma que a produção histórica se refere “à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita”. Para o autor, toda a historiografia se articula a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, estando, pois, “submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade”. É em função deste *lugar* que “se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p.56).

O IHGB, como *instituição do saber*, detentora e produtora de um determinado conhecimento histórico, e, portanto legitimadora de narrativas sobre o passado, não estava isolada ou “apartada” dos problemas e contradições, das disputas e tensões da sociedade na qual estava inserida: “da reunião dos documentos à redação do

livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (CERTEAU, 1982, p.66).

Para Certeau, é impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza. Os historiadores do IHGB, despidos de suas “vestes de imparcialidade”, ocupavam *lugares de falas* e posições políticas bastante específicas naquela sociedade. Porém, se não podemos pensar na produção do conhecimento de maneira “isolada” e autônoma por parte dos historiadores do IHGB, também não devemos considerar uma determinação completa da escrita da história pelos fatores sociais e econômicos. Esses fatores não estão isolados, mas constituindo entre eles “funções imbricadas, porém, diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou a causa das outras”, ou seja, os fatores sociais e econômicos (exteriores a Instituição) e a escrita da história não devem ser analisados de forma mecânica e hierárquica, mas em constante relação e influência recíprocas (CERTEAU, 1982 p. 61). Nas palavras de Certeau:

A história se define inteira por uma relação da linguagem com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala.” “Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise (Certeau, 1982, p. 69).

Dessa forma, a pesquisa e a área de atuação dos historiadores no IHGB estavam circunscritas e configuradas a uma esfera determinada por fatores internos e externos à própria Instituição, como elementos de ordem econômica e social: seria possível, ou imaginável, um artigo criticando duramente a Monarquia (principal financiadora do Instituto) nas páginas da revista do IHGB?

A circunscrição e a delimitação dos assuntos a serem abordados nas sessões e na revista do IHGB chegaram ao limite da censura através da chamada “Arca do Sigilo”, um instrumento previsto nos estatutos de 1848, no qual, conforme o artigo 68, o Instituto passaria a dispor de uma Arca do Sigilo “onde guardará todos os manuscritos secretos, que devam ser publicados em época determinada”, quando chegado o seu devido tempo de abertura, “o presidente do Instituto convocará uma sessão para a abertura da Arca do Sigilo” (RIHGB, 1848).

A chamada Arca do Sigilo funcionava como instrumento usado para guardar e manter em segredo temas ou abordagens que pudessem ir em direção contrária à construção historiográfica – e política - majoritária na Instituição, causando “incalculáveis perturbações”. Este mecanismo de censura dentro do IHGB mostra que, apesar da aparente homogeneidade cultural e política, havia vozes discordantes e assuntos que não eram “bem vindos” na Instituição, devendo ficar “lacrados” até o momento certo de virem à tona. A definição e a delimitação do que deveria ir ou não para a Arca do Sigilo, ou a inconveniência de determinados assuntos nos salões do IHGB demonstrava os limites e os direcionamentos políticos e historiográficos dominantes dentro da Instituição.

Para Ferreira (2009, p. 179), cabia à Arca do Sigilo “executar adequadamente o silêncio conveniente a quem ditava as regras”, ou seja, os limites impostos à determinação e a escolha de assuntos a serem abordados no IHGB como sendo uma prática constante, à censura e à “eliminação” de temas ou mesmo de posicionamentos políticos e históricos inconvenientes à Instituição. Segundo a autora: na Arca de Sigilo seriam guardados manuscritos secretos que não pudessem ser publicados sem época determinada – para levá-la à feito, pedir-se-ia autorização ao governo Imperial. Feita de ferro, composta de duas fechaduras diferentes, cujas chaves entregues e guardadas com o presidente do Instituto e com o ministro do Império – ou com quem este determinasse – somente seria aberta em sessão ordinária, na presença dos claviculários, com proposta prévia do primeiro secretário e por seu convite especial. As memórias depositadas seguiram igualmente determinado padrão: numeradas, inventariadas, com selo e lacre do autor e uma segunda selagem pelo IHGB (FERREIRA, 2009).

A própria ideia de um instrumento de censura e de exclusão de determinados temas pode indicar uma linha política e historiográfica majoritária dentro da Instituição que buscava silenciar as vozes discordantes da concepção dominante dentro do Instituto, caso contrário, se fosse a Arca do Sigilo um instrumento para evitar questões consideradas “polêmicas” (ou “políticas”, do tempo presente) pelos sócios do IHGB, porque questões contemporâneas como as revoltas nas províncias, o trabalho escravo e a questão da imigração não foram enviadas para a Arca do Sigilo? Os limites impostos pelo “lugar de fala” dos membros do IHGB, subjetivos ou concretos, se faziam sentir na Instituição.

A formação do quadro social da Instituição influenciaria nos estudos e pesquisas realizadas pelo Instituto e consolidaria a sua estreita relação com o Estado monárquico, simbolizada no coroamento do Imperador como “protetor” do Instituto que nascia “nos braços” do Estado monárquico:

O principal passo para a consolidação do Instituto foi a aproximação com o governo imperial, mais exatamente com o próprio Imperador. Esta proximidade seguramente foi fundamental para a estabilidade do Instituto. Em primeiro de dezembro de 1838, o cônego Januário da Cunha Barbosa expõe o que seria o primeiro passo na aproximação com D. Pedro II: propôs “que o Instituto peça á S. M. I. que aceite o titulo de seu “protector” (SANCHEZ, 2003, p.33).

Consolidava-se assim uma relação com via de mão dupla entre o IHGB e o Estado monárquico: financiamento das atividades, bolsas para pesquisas e viagens, espaço para as suas atividades (o Paço Imperial), e em troca, a fidelidade da Instituição à Coroa que traduzia-se na escrita de uma História Geral do Brasil que exaltasse a figura do Imperador e justificasse historicamente o regime monárquico através de uma narrativa histórica com viés teleológico que apresentasse a história do Brasil como uma evolução linear até o presente monárquico estabelecendo uma linha de continuidade entre a “nação Brasileira” e a “civilização Portuguesa”. Esta narrativa histórica funcionaria como meio de inserir-se no rol das chamadas “nações civilizadas” e ao mesmo tempo como um elemento de diferenciação das “nações Americanas” (PRADO, 2009).

A “missão” de sistematizar a História do Brasil situava o IHGB no centro do processo de consolidação do Estado Nacional, a partir da elaboração de uma *História Oficial* escrita pela elite imperial e patrocinada diretamente pelo Estado monárquico, delineando os contornos de uma identidade e de uma imagem do Brasil que seriam usadas de forma pragmática, tanto interna quanto externamente. Em 1845, o IHGB organizou um concurso sobre como deveria ser escrita “a História do Brasil”, tendo como texto vencedor o do viajante alemão Karl Philipp Von Martius, que formula uma história nacional e patriótica, no sentido de forjar uma identidade para a nação com destaque para o papel das raças na elaboração de Von Martius e a subordinação do negro e do índio diante do Português⁶. A esta história instrumentalizada, caberia o papel de organizar a memória nacional e elaborar um

⁶ “Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia (1953:201)” (MARTIUS, 1853).

passado comum aos “brasileiros”, exaltando as glórias e heróis da nação, num movimento de definição do Brasil frente ao rol das “nações civilizadas”.

Para Prado (2009), a construção e a consolidação do Estado nacional brasileiro teria sido peculiar em relação aos demais Estados nacionais da América Latina, o que ajudaria a explicar questões relativas aos primeiros escritos de uma “História Nacional”. A partir de confluência entre a determinação de certos indivíduos, a função de certas instituições e o patrocínio do governo Imperial, teriam se delineado os escritos de uma história de caráter “nacional”.

A essa historiografia “oficial”, caberia configurar “um perfil para a nação e formar uma memória nacional coletiva, dentro da tradição da civilização e do progresso, próprios do Iluminismo”. Caberia aos historiadores do IHGB a tarefa de recolher e organizar os arquivos e documentos oficiais e encontrar nele os “feitos autênticos” e formadores da “nação brasileira” (PRADO, 2009).

Essa História Nacional seria transmitida de maneira pedagógica nas escolas através dos livros didáticos⁷ em função da obrigatoriedade do ensino de História em final do ano de 1850. Assim, formava-se a confluência citada anteriormente, entre os detentores de um saber (os historiadores do IHGB), a produção e a legitimação desse saber (a partir da Instituição) e o patrocínio oficial da Monarquia. Construía-se dessa maneira a historiografia nacional e o IHGB deve ser considerado o núcleo central da produção historiográfica brasileira do século XIX.

Para a autora, a narrativa histórica construída pelo IHGB, de maneira geral, apoiava-se em três conceitos interligados: a Monarquia, o território e a grandeza nacional. Essa narrativa colocava o regime como a grande responsável pela garantia e manutenção da unidade nacional e da ordem social⁸ - em contraposição as repúblicas Hispânicas que haviam se fragmentado. Para esses historiadores, ao garantir a unidade territorial, a Monarquia havia impedido o país de fragmentar-se (PRADO, 2009).

Para Fértig (2006), a história produzida no IHGB auxiliaria no projeto de “alta centralização do poder, manutenção da unidade territorial e a continuidade da ordem social interna, fundamentada, entre outros elementos, no escravismo e no latifúndio”

⁷ Como exemplo, podemos citar o livro “*Lecciones de Historia de Brasil*”, de Joaquim Manoel de Macedo, professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB. O manual didático teve onze edições e mais de seis mil exemplares.

⁸ Ver texto vencedor do concurso “Como se deve escrever a História do Brasil”. MARTIUS, Karl Philipp Von. Como se deve escrever a história do Brasil? RIHGB, Rio de Janeiro, p. 187-205, 1953.

(FÉRTIG, 2006, p. 44). Unidade nacional, integridade territorial e Monarquia tornavam-se sinônimos para a nova historiográfica nacional:

[...] meditando bem sobre os feitos relatados, não podemos deixar de crer que, sem a presença do herdeiro da coroa, talvez a independência ainda não tivesse triunfado em esta época em todas as províncias, e menos ainda se haveria levado a cabo esse movimento, que organizou uma só nação unida e forte, pela união, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. Concluimos, pois, saudando, com veneração e reverência, a memória do príncipe fundador do Império (BASILE, 2009, p. 23).

A legitimação da Monarquia, através da narrativa histórica, dava-se em um período conturbado para o regime monárquico, conhecido como período das *Regências*. A chamada “Era Regencial” (1831-1840) ficou conhecida como um período de inúmeras revoltas e movimentações políticas, uma época “anárquica e anômala”, onde os radicalismos e as insubordinações cresceram significativamente. Com a menoridade de Dom Pedro II, cria-se um “vácuo” de representação política, que acaba por ameaçar a ordem e a estabilidade. Somado à divisão entre as elites e a intensa participação popular, essas insurreições colocaram em ameaça a integridade da nação (BASILE, 2009).

Rebeliões nas províncias (Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Revolução Farroupilha, Cabanada), revoltas de escravos (Malês, Carrancas...) e diferentes projetos políticos institucionais: os *moderados*, os *exaltados*, e os *Caramurus*, “radicalismo dos grupos de oposição, insubordinação das tropas, sucessivas revoltas, desordem generalizada” foram vistas nas principais cidades do Império. A Guarda Nacional é criada no período da Regência (1831), e é usada principalmente para conter essas revoltas que se insurgiam em todo o país (BASILE, 2009). Terminada a Regência, os primeiros anos do governo Dom Pedro II serão marcados pela consolidação da unidade nacional, a integridade territorial e a escravidão, os pilares fundamentais do Império (NEVES e MACHADO, 1999).

A criação de uma *identidade nacional*, a partir de um passado em comum aos “brasileiros”, forjado por uma narrativa histórica, estava em consonância com o projeto de nação e de centralização do poder monárquico, em contraposição à fragmentação territorial presente nas revoltas separatistas, se fazia estratégica em um momento de construção e consolidação do Estado Nacional (SCHWARCZ, 1998).

A História, na concepção desses historiadores, teria como função a exaltação da Pátria, dos seus feitos e dos seus “homens ilustres”. Obviamente que a escolha dos fatos a serem lembrados implicaria necessariamente no esquecimento de outros. A História estava assim, direta ou indiretamente, servindo a um projeto de país e auxiliando no processo de fortalecimento do Estado nacional.

A “reconstrução” do passado e a elaboração de uma memória oficial, a cargo do IHGB, realizada com o subsídio imprescindível da Coroa, teriam como base historiográfica os grandes “feitos” e a exaltação dos homens notáveis, ou “heróis” da nação, ou seja, uma *História da Pátria*, onde o historiador estaria movido, sobretudo pelo sentimento de patriotismo:

O coração do *verdadeiro patriota brasileiro* aperta-se dentro no peito, quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance de nossas vistas, porque apenas 16 anos se tem passado dessa época memorável da nossa moderna história, e já muitos se vão obliterando na memória daqueles, a quem mais interessam, só porque tem sido escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um *verídico historiador* (BARBOSA, 1839, pag. 10-11).

Por trás da escrita de uma história nacional, patriótica, de grandes feitos e homens ilustres, estava a concepção historiográfica da história enquanto *magistra vitae*: esta não se resumiria ao estudo do passado, mas atuaria no tempo presente para a formação dos homens e na construção e consolidação de um projeto de nação, visto que “na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, apreciar a glória e a afrontar os perigos” (BARBOSA, 1839, p. 14). Através do exemplo dos “homens ilustres”, “heróis da pátria”, a *história mestra* traria lições para os homens do tempo presente. Tratava-se de afirmação do poder do Estado Nacional pela “via da narrativa desses exemplos erigidos em modelos de conduta” (GUIMARÃES, 2007, p. 109).

A mobilização do passado em função de objetivos do tempo presente colocaram o saber e a escrita da história em relações de disputas e de poder naquela conjuntura, entrando em contradição com a imparcialidade do *fazer história* apregoada pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, através do patriotismo e da exaltação da nação. Para Guimarães (2007), havia uma disputa pelo passado na *cultura histórica oitocentista*: ao apresentarem uma proposta de se pensar e de sistematizar a história do Brasil, esses historiadores acabavam por formar uma

“combinação entre elementos acadêmicos e usos políticos do passado”, “permitindo-nos vislumbrar as tensões e disputas em jogo” - o que Roger Chartier denominou de “lutas de representação”⁹ (GUIMARÃES, 2007, p.101).

O IHGB encontrava-se no centro desse processo de disputa e de reconstrução do passado, cabendo a ele a decisão do que deveria ser lembrado/resgatado e do que deveria ser esquecido¹⁰. Essas escolhas certamente estavam em simetria com os interesses do projeto de nação em processo de afirmação do Estado monárquico, principal financiador da Instituição.

Em um contexto de revoltas nas províncias por maior autonomia, o projeto político de centralização da Monarquia encontrava “eco” nas fileiras do IHGB. Embora não se deva pensar em uma completa submissão da historiografia produzida nas fileiras do IHGB pelo Estado monárquico, não deixa de ser notável a consonância do esforço do IHGB em coordenar e “centralizar” os documentos espalhados pelas Províncias com o esforço político de unir o todo - equivalente àquele desenvolvido pela própria Monarquia (GUIMARÃES, 1988). Para Ferreira (2009), a trajetória do Instituto deve ser pensada em articulação com o processo de consolidação do Estado monárquico e seus desdobramentos ao longo do Segundo Reinado:

O Instituto pretendia erigir a unidade política e histórica da nação, num esforço de desenvolver uma história que estabelecesse sentido para o presente – o esforço de estabelecer uma memória nacional para o Império que se consolida. O IHGB aspira cumprir a missão unificadora, estabelecendo uma história que amalgamasse partes”, ao estabelecer “um discurso unificador e delimitador do país (FERREIRA, 2009, p. 12).

Dessa forma, os membros do IHGB estavam encarregados de fornecerem uma *memória coletiva* para a nação que surgia no período pós-independência, o que Jacques Le Goff definiu como movimento “destinado a fornecer à memória coletiva

⁹ Referindo-se à História Cultural e às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1991. p 183).

¹⁰ Pierre Nora nos lembra como a memória esta “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993: 09). NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

das nações os monumentos de lembrança”¹¹, ou seja, o que deveria ser lembrado – e automaticamente o que deveria ser esquecido - oficial e institucionalmente, daí a alcunha dada ao IHGB de “Casa da Memória Nacional”. Segundo Guimarães, a construção deliberada da memória nacional serviu ao projeto político de sustentação do poder monárquico; Em um país ainda fragmentado, a elaboração de um passado em comum auxiliava no projeto de centralização da Monarquia, graças a “uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao imperador” presente nas fileiras do IHGB (GUIMARÃES, 1991).

Embora não se possa falar, como Guimarães, de um discurso uníssono e “homogêneo” nas fileiras do IHGB - haja vista as vozes discordantes e distintas no que se referem às concepções historiográficas e aos posicionamentos políticos e individuais de cada um dos seus membros - a concepção dominante dentro da Instituição da necessidade da escrita de uma história patriótica e de caráter nacional, de exaltação e de justificação do presente estado político, estavam sim em simetria e intimamente ligadas à consolidação do projeto político monárquico.

O caráter patriótico¹² dessa história oficial escrita pelo IHGB serviria como forma de justificação do presente, e, portanto, de um determinado projeto político de poder. Para Guimarães (1991), o conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para a tomada de decisões de natureza política, sobretudo questões referentes a limites e fronteiras e ligadas à identidade e singularidade física da nação em construção, onde o domínio de um saber específico estava intimamente ligado à viabilização de um certo poder em vias de definição.

Para além da formação inicial do quadro social do IHGB e do papel político desempenhado pela Instituição, outros dois aspectos nos parecem fundamentais para a análise da relação entre o IHGB e o Estado: o financiamento estatal para a Instituição, fundamental para a manutenção das atividades do Instituto; o segundo, o título/categoria de *Presidentes Honorários* da Instituição concedidos aos presidentes da República no exercício dos seus respectivos mandatos.

¹¹ Referindo-se aos *usos* da memória no contexto europeu do Século XIX, pós Revolução Francesa. (LE GOFF, 1924, p. 464).

¹² O patriotismo a serviço do projeto de nação monárquico se expressa nas palavras do cônego Januário da Cunha Barbosa: "Com os sucessos do passado ensinara à geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando a um nexo comum inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico-constitucionais, o sentimento religioso, e a inclinação aos bons costumes." (Revista do IHGB, 1856, p.19).

2.2 O FINANCIAMENTO ESTATAL DO IHGB NO PERÍODO MONÁRQUICO

Composto majoritariamente por membros que ocupavam cargos de destaque na administração estatal e políticos de renome desde a sua fundação, o IHGB declarou-se como uma instituição “não-oficial”, ou seja, uma instituição privada, não vinculada ao Estado. Como instituição privada, a questão do financiamento e da manutenção do IHGB colocava-se como central desde a sua fundação.

A primeira questão colocada, no que se refere às finanças e ao funcionamento do Instituto dizia respeito às instalações aonde o IHGB viria a realizar as suas atividades e reuniões. A fundação da Instituição e a sede das primeiras reuniões deram-se nas instalações da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), uma sociedade civil, privada, fundada em 1831 com a ajuda do Ministério dos Negócios do Império e tinha como seu “protetor”, assim como o IHGB, o Imperador Dom Pedro II. A sociedade tinha como objetivo maior “incentivar a indústria Nacional, adquirir projetos, máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para o aumento e a prosperidade da indústria nacional deste Império”. (BARRETO, 2008).

A partir de Outubro daquele ano, o Instituto transfere as suas instalações para o Paço Imperial. Em 1840, o Instituto muda-se para o Paço da Cidade, de início funcionando nas dependências do Almojarifado, depois na sala da Portaria das Damas e por último no antigo Convento do Carmo, ao lado da Capela Imperial. Conforme Guimarães (1988), o discurso pronunciado pelo imperador na inauguração das novas instalações no Paço Imperial é “carregado de sentido programático, marcando a maior aproximação entre os intelectuais -- empenhados na tarefa de escrita da história nacional - o Estado e a Monarquia” (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

A aproximação com o Estado monárquico não seria apenas física. A concessão do Paço Imperial para ser a nova Sede do Instituto sintetiza a proximidade entre o IHGB e o Estado monárquico. Esta seria a sede oficial do IHGB até o final do período Imperial. Nela, a proteção governamental se faria presente inclusive na presença do Imperador, frequentador assíduo das reuniões da Instituição: de 1849 a 1889, foram mais de quinhentas sessões que contaram com a sua presença e a presidência. O passadiço através do qual o Imperador teve acesso a tantas reuniões é um símbolo da proximidade entre o Instituto e o Estado monárquico:

A partir daquela data, o imperador, cuja presença nos trabalhos do IHGB limitava-se até aquele momento às reuniões anuais comemorativas de sua fundação, passa a ter uma presença assídua e participante, contribuindo desta forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras. Sua intervenção se faz sentir na sugestão de temas para discussão e reflexão dos membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza científica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição (GUIMARAES, 1988, p. 10).

Para além da “proteção” do imperador e da ajuda dos sócios honorários, a instituição necessitava de verbas para realizar as suas atividades, por isso é proposto por Januário da Cunha, em 4 de maio de 1839, que “se peça ao corpo legislativo um subsídio qualquer, dado em loteria, ou por outro meio qualquer, para ajuda das grandes despesas, que o instituto tem a fazer, afim de poder melhor preencher os importantes deveres que tem a cumprir” (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E BRASILEIRO, 1839, p. 113).

Os registros históricos nas atas do IHGB mostram que o pedido realizado pelo Cônego surtiu efeito na esfera governamental. Ao analisarmos a tabela dos subsídios estatais feitos ao IHGB, percebemos que há um progressivo aumento ao longo do século, sendo dobrado esse valor no ano de 1840 com relação ao ano anterior, passando a corresponder ao equivalente a 75% da receita total do Instituto; os outros 25% do orçamento ficaram a cargo de mensalidades dos próprios sócios:

Tabela 1: Financiamento do IHGB pela Monarquia (1839-1855)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1839'	1:000\$000
1840' – 1855'	2:000\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB, 1944, p. 430.

Os motivos pelos quais o aumento foi dado imediatamente após o pedido feito pelo Cônego Januário da Cunha passa pela probabilidade de que tenha havido uma articulação entre os membros do IHGB que ocupavam altos cargos políticos e na administração estatal para o exercício de influência sobre as instâncias deliberativas do governo e da Legislatura na liberação dos recursos solicitados pela Instituição. Os registros das atas do ano de 1890 parecem confirmar a nossa tese:

A Comissão de fundos e orçamento nutre a mais ardente fé, que essas considerações calarão no ânimo dos nossos ilustrados consócios, que *tem assento em ambas as casas do parlamento*, onde com o rigor de sua palavra fluente e autorizada mostrarão a necessidade de argumentar o auxílio, que esta associação presta o cofre do estado para que assim ela bem possa desempenhar a sua grandiosa missão" (RIHGB, 1890, p. 650).

Responsável por boa parte do orçamento geral da Instituição, os subsídios estatais financiavam grande parte das atividades realizadas pelo Instituto, como as viagens científicas, que visavam descobrir e catalogar as várias partes que compunham o país, a manutenção do seu acervo e de arquivos e exemplares enviados a Instituição, a Revista do Instituto, lançada trimestralmente, entre outros projetos.

É interessante observar que mesmo com as verbas oriundas do Estado monárquico destinadas ao Instituto terem aumentado progressivamente a partir da segunda metade do Século XIX (conforme a tabela abaixo), estão registradas em suas atas reclamações sobre as dificuldades financeiras que a Instituição tinha para a manutenção das suas atividades¹³:

Tabela 2: Financiamento do IHGB pela Monarquia (1857-1889)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1857'- 1864'	5:000\$000
1865'- 1882'	7:000\$000
1883' - 1889'	9:000\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB, 1944, p. 430.

Com o prestígio e o reconhecimento que a Instituição logrou ao longo do século, é bem provável que o IHGB e seus membros se sentissem no direito de reivindicarem a quantia necessária para a realização de suas atividades. A reclamação de Tristão de Alencar Araripe demonstra que o apelo feito aos órgãos governamentais tinha um cunho político, de utilidade pública: a instituição era encarregada pelas "cousas da pátria" (FERREIRA, 2009).

¹³ "Por falta de recursos não franqueamos aos estudiosos das cousas da pátria a nossa rica biblioteca, nem estabelecemos cursos históricos e geográficos, e nem damos à luz da imprensa importantes documentos que não cabem nas estreitas páginas da nossa revista trimensal" (FERREIRA, 2009 *apud* RIHGB, 1880).

Para Ferreira (2009), as inúmeras discussões a respeito dos papéis dos sócios do IHGB diziam respeito à questão financeira. Frente às dificuldades financeiras vividas pelo Instituto para a realização das suas atividades, Araripe propõe uma reavaliação dos papéis dos sócios e sugere que se aumente o preço das joias para a admissibilidade na Instituição. Assim, é indicada a criação da categoria de *Sócios Honorários*, indivíduos que seriam admitidos conforme a possibilidade de sua contribuição financeira para a Instituição; a proposta seria aprovada no ano seguinte.

Da parte do governo, no que se refere ao não atendimento das exigências e reclamações da Instituição por mais verbas (mais do que o aumento progressivo repassado a Instituição), é possível que a crise e a perda de prestígio da Monarquia no final do século tenham se refletido na ausência de maiores investimentos destinados à Instituição (FERREIRA, 2009). As dificuldades financeiras se fariam agravar ainda mais com a queda da Monarquia, regime com o qual o Instituto se identificava desde o seu início e pelo qual foi mantido financeiramente desde a sua fundação.

2.2.1 O IHGB e a República

Embora os ideais republicanos estivessem presentes há muito tempo no cenário político brasileiro, a República só se tornou uma alternativa concreta e viável com as transformações pelas quais o país passou partir de 1870. Lemos elenca algumas dessas transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram na segunda metade do Século XIX e que teriam gerado um movimento de superação efetiva das estruturas coloniais, como a extinção do tráfico internacional de escravos, a Lei de Terras, intensas migrações internas, Guerra do Paraguai, Movimento Abolicionista, deslocamento do polo dinâmico da cafeicultura do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, imigração europeia, expansão do trabalho livre, renovação intelectual de vários setores sociais pela absorção de variantes do Liberalismo e do Cientificismo, conflitos entre o Estado, a Igreja Católica e os segmentos militares, abolição da escravidão (LEMOS, 2009).

As transformações econômicas, o surgimento de novos grupos econômicos, a crise da baixa produtividade das lavouras e do trabalho escravo são fatores que atingem diretamente a Monarquia, que tinha como sua base de sustentação a

monocultura na grande propriedade e o trabalho escravo. Outro fator apontado como “marco inicial” da crise da Monarquia é a Guerra do Paraguai (1865-1870), que teria funcionado como “potencializador” de contradições do sistema político brasileiro (LEMOS, 2009, p. 405)¹⁴.

Com a proclamação da República, um período de instabilidade e de incertezas se faria sentir nos salões do IHGB, principalmente pela forte identificação que a Instituição mantinha com a Monarquia deposta:

Ali, no paço imperial, não estavam somente construções, arquivos, placas, bustos, enfim, materiais que lembravam o Império. Naquele lugar ainda reuniam-se os destacados ex dirigentes do regime deposto. A ligação para os apaixonados defensores da República era clara: o IHGB representava o antigo regime (HRUBY, 2007, p.45).

Em um contexto ainda de instabilidade política, sob o governo Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”, acontecem prisões e perseguições a intelectuais e “homens de letra” sob a acusação de conspirarem para a restauração da Monarquia. Já nos primeiros anos após a proclamação da República, o IHGB teve os seus subsídios cortados pela metade pelo Congresso nos anos de 1892 e 1893:

Tabela 3: Financiamento do IHGB no período republicano (1892-1893)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1892'	9:000\$000
1893'	4:500\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB, 1944, p. 430.

Os apelos da Instituição por mais subsídios pareciam não convencer a nova elite política republicana que ainda via na Instituição um “reduto de Sebastianistas” ou “Pedrinistas”¹⁵:

Ainda mais uma vez relembra a comissão ao Instituto a necessidade de solicitar-se dos altos poderes do Estado o aumento do subsídio anual e temos fé que esse apelo não será baldado por partir da 1ª das nossas associações literárias que contando mais de meio século de existência tem renome firmado no velho e no novo mundo, e que guarda com estremecido zelo em seus arquivos os mais raros e preciosos documentos que são

¹⁴ Para Roberto Ventura (1999, p. 337), um fator crucial que teria dado início a crise do Segundo Reinado e a queda da Monarquia teria sido a demissão do gabinete liberal de Zacaria de Góis, em 1868.

¹⁵ RIHGB, 1944, p. 431.

valiosos subsídios para a história pátria e em sua biblioteca obras de mais subido valor e a conservação de tanta preciosidade a ninguém mais interessa do que a Nação Brasileira a quem de direito elas pertencem, e o Governo Provisório não deixa de certo de atender a um pedido tão justo e razoável visto que a associação dispõem de tão minguados recursos (PARECER DA COMISSÃO DE FUNDOS DE ORÇAMENTO, 1890, p. 415).

O presidente Joaquim Norberto da Souza e Silva relatou nas atas as dificuldades pelas quais passava a Instituição nesse conturbado momento: dívidas e falta de verbas para impressão, transcrição de documentos, reimpressão de mapas e de obras, compra de livros, conservação de objetos. O IHGB esteve prestes a desaparecer nesse período, tendo sido relatado o caso de um ministro do governo (não citado) que defendia a dissolução da Instituição e a doação de seu acervo material a Biblioteca Nacional (RIHGB, 1944, p. 431).

Para além dos subsídios estatais, cortados pela metade e sem quaisquer expectativas de aumento por parte do governo, o IHGB aumenta e flexibiliza os critérios para a entrada de novos sócios na Instituição. Se até então o candidato a sócio deveria comprovar a sua “suficiência literária” para ingressar na instituição, a partir da proposta prevista nos estatutos de 1890, o candidato deveria pagar uma joia de admissão no valor de 20\$000 e uma taxa semestral de 6\$000 (HRUBY, 2007, p. 40).

A criação da categoria de *Sócios Beneméritos* é mais uma das estratégias da Instituição para a sua sobrevivência em tempos difíceis. O título deveria ser conferido “às pessoas que, por sua avançada idade, consumado saber e distinta representação, estejam no caso de dar credito ao Instituto em circunstancias de justificar a escolha” (RIHGB, 1890, p.632). Sem dúvida, tratavam-se de pessoas que viessem a dar status e “créditos”, no sentido literal, à Instituição. As novas estratégias parecem ter surtido efeito no orçamento interno da Instituição: as receitas referentes ao ano de 1889 no valor de 12:818\$410 sobem de maneira significativa para 49:719\$570 no ano seguinte¹⁶ (RIHGB, 1889).

No entanto, devido à crônica dependência da Instituição com relação às verbas do Estado, se faria necessária uma nova rearticulação do Instituto com a nova elite dirigente republicana. Coube à presidência de Olegário Herculano de Aquino e Castro¹⁷ a rearticulação da estratégia para garantir a sobrevivência da

¹⁶ Balanço da tesouraria no ano de 1889 RIHGB, t. 52, parte 2, p. I-IV, 1889 e Balanço da tesouraria no ano de 1891. RIHGB, t. 54, parte 2, p. I-VIII, 1892.

¹⁷ Gestão de 1891 a 1906

Instituição, a principal delas seria a aproximação com a classe política e a esfera governamental.

Quando assumiu a presidência da República o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, o IHGB enviou uma Comissão para cumprimentá-lo. O gesto foi correspondido pelo chefe máximo do Executivo que compareceu a Sessão Aniversária do IHGB no ano de 1894¹⁸. Esses gestos sem dúvida simbolizavam uma aproximação entre o Instituto e o governo republicano. Essa aproximação se faria crucial para a continuidade do IHGB que, sem o financiamento estatal, dificilmente prosseguiria com suas atividades.

Para Guimarães, a situação de “isolamento” do IHGB começou a mudar após a presidência dos marechais (1889-1894), tendo como ponto de partida “para que o brilho dos velhos tempos ressurgisse” a nomeação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco¹⁹, para a direção do Instituto, em 1908. Segundo a autora, na década de 20’ aconteceriam uma série de “festejos e acerto de contas com o passado”, numa clara tentativa de “conciliação e aproximação entre a República e o antigo regime”. Segundo Guimarães, *O Ciclo de Conferências no Centenário da Independência*, de 1923, “evidencia o divórcio do Instituto com as concepções historiográficas ali construídas desde os tempos monárquicos”. A autora também cita como ponto de aproximação entre o Instituto e o Estado republicano a criação da Academia de Altos Estudos do IHGB, em 1916, que trabalharia na formação de docentes e burocratas a serviço do Estado. Da Academia de Altos Estudos surgiriam mais tarde a Faculdade de Filosofia e Letras, em 1919, inspiradas nos modelos da Escola Normal Superior de Paris.

Outro fato que nos parece de extrema importância e que sinaliza a guinada do IHGB para a proximidade com a esfera política republicana – e que se tornou crucial para a sua manutenção financeira – foi a nomeação do seu Presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro para a presidência do Supremo Tribunal Federal, o que traria, sem dúvidas, prestígio e influência para o Instituto, bem como poder de barganha e de negociação necessários para angariar os subsídios necessários a Instituição.

Não tardou para que a proximidade entre o IHGB e o governo republicano se traduzisse no aumento de 100% dos subsídios estatais direcionados a Instituição.

¹⁸ 16ª Sessão Ordinária em 18 de novembro de 1894. RIHGB, t. 57, parte 2, p. 387-388, 1895.

¹⁹ Ministro das Relações Exteriores da República.

Com base nos dados da RIHGB (1944, p. 430), os valores repassados ao IHGB passaram de 4500\$000 referente ao ano de 1893 para 9000\$000 no ano seguinte, 1894. Em contrapartida, o IHGB disponibilizava seu acervo e seu saber à administração governamental²⁰. O discurso do Presidente Olegário em Sessão do IHGB pretendia ressaltar a importância que a Instituição tinha para o poder público e para a instrução moral e cívica do país, além de sinalizar a bem sucedida aproximação entre a Instituição e a esfera política e administrativa republicana:

Ninguém mais que o poder público é interessado na manutenção e desenvolvimento das instituições que têm por fim promover e aperfeiçoar a instrução moral e intelectual, de que depende essencialmente o engrandecimento e o progresso do país; e os nobres e conspícuos funcionários, quando aqui comparecem e abrilhantam nossa reunião, demonstram bem compreender a alta conveniência de favorecer e animar a ação benéfica e salutar influência que exerce a instrução sobre os destinos da sociedade²¹ (HRUBY, 2007, p. 408).

Os novos dirigentes políticos certamente tinham consciência da necessidade da História para a legitimação do novo poder instaurado, para isso, a História seria fundamental para a justificação do projeto político republicano. O papel instrumental da História para a consolidação daquele projeto político começava a delinear-se na mudança do calendário cívico e datas festivas, nos monumentos representativos, no panteão “de heróis da República”, etc. O IHGB certamente se adequava aos novos tempos (RIBEIRO, 2011). A aproximação com o Instituto se fazia estratégica para a legitimação do regime instaurado.

Conforme Ribeiro (2011, p. 4-5), “[...] interessava ao Estado nacional da época construir narrativas que explicassem as origens republicanas no Brasil”, pois a ausência de uma tradição republicana “era, sem dúvida, um obstáculo a ser superado pelas forças políticas que assumiram o poder em 1889”. Daí a necessidade do Instituto Histórico e Geográfico para a criação dos “mitos” e eventos que forjassem uma “tradição republicana”, de revoltas e rebeliões contra o poder centralizador e opressor da Monarquia²². Consolidava-se assim uma íntima e recíproca relação entre o poder político republicano e o IHGB.

²⁰ Hruby relata como as informações do IHGB começam a aparecer nos relatórios do governo a partir de 1894.

²¹ Discurso do presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1895. RIHGB, p. 408, 1896.

²² A figura de Tiradentes ilustra bem o incentivo do Estado republicano na construção de “mitos fundadores” da República.

Um dos pontos de encontro e meios de aproximação da Instituição com as esferas política e administrativa republicana foram os indivíduos que ocupavam cargos políticos e postos na administração republicana nas fileiras do IHGB, ou em sentido contrário, a ocupação de cargos políticos e administrativos por membros do Instituto, como no caso do seu presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro, nomeado presidente do Supremo Tribunal Federal.

Dentre os membros que ocupavam cargos políticos e na administração estatal dos republicanos e que ingressaram no IHGB podemos citar ministros de Estado, diplomatas, senadores, deputados, secretários de Estado, consultores gerais da República, dentre outros²³. Semelhante ao que ocorreu durante o período monárquico, o ingresso no IHGB de indivíduos que ocupavam importantes cargos na administração estatal acabava por trazer prestígio a Instituição e, por conseguinte, os subsídios e verbas necessárias para a realização das suas atividades. Formavam-se assim, *redes* de circulação e influência entre os membros do IHGB e do Estado republicano, o que aumentava o poder de barganha da Instituição nos espaços de negociação.

A aproximação com o Estado republicano foi, sem dúvida alguma, exitosa para o IHGB. Depois de um período turbulento e de incertezas com a derrubada do regime monárquico (com o qual a Instituição tinha fortes vínculos), a Instituição agora gozava de estabilidade financeira, tendo seu subsídio garantido e progressivamente reajustado pelo governo republicano, podendo pleitear reformas

²³ Com base no levantamento realizado por Hruby: “Os sócios Manuel de Oliveira Lima e Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (diplomatas), Clóvis Beviláqua (consultor jurídico) e Euclides da Cunha (adido) no Itamarati; Rui Barbosa na vice-presidência do Governo Provisório, nos Ministérios da Fazenda e Justiça no governo eleito de Deodoro da Fonseca, no Senado, como representante do país em Conferências Internacionais e na disputa à presidência do País; Alberto Torres na Assembléia Constituinte Federal, no Ministério da Justiça, no governo do Estado do Rio de Janeiro e no Supremo Tribunal Federal; Emídio Dantas Barreto no Ministério da Guerra e no governo de Pernambuco; Pedro Lessa como deputado estadual em São Paulo e ministro do STF; Tristão de Alencar Araripe Júnior na Secretaria do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, na Diretoria de Instrução Pública e Consultoria Geral da República; Rodrigo Otávio de Langgard Meneses na Secretaria da presidência da República, na Consultoria Geral da República e como delegado plenipotenciário do Brasil em conferências Internacionais e Sívio Romero como deputado por Sergipe.

para a sua sede²⁴ e o custeio por parte dos cofres públicos para a publicação trimestral da sua revista²⁵:

Tabela 4: Financiamento do IHGB no período republicano (1894-1897)

Ano	Valores repassados ao IHGB
1894'	9:000\$000
1896'	12:000\$000
1897'	14:000\$000

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base nos dados da RIHGB, 1944, p. 430.

A boa fase vivida pelo IHGB – após um período turbulento e de incertezas financeiras devido à queda da Monarquia, principal financiadora do Instituto - advinda, sobretudo pela aproximação com a esfera política e administrativa republicana, está simbolizada no envio ao Congresso Nacional no ano de 1907 de um projeto de lei que reconheceria a Instituição como de “utilidade pública” demonstrando o reconhecimento que o IHGB havia retomado desde os tempos de outrora²⁶.

Obviamente que o Instituto teve que rever os seus objetivos e perspectivas diante de um novo quadro histórico e político que se apresentava com a queda da Monarquia e com o exílio de Dom Pedro II, seu maior “protetor”²⁷. As incertezas políticas advindas com a proclamação da República somavam-se as mudanças internas pelas quais passava a instituição com a renovação do seu quadro de sócios (ingresso de novos sócios e falecimento de boa parte da geração que havia fundado o Instituto) e a consequente renovação de ideias e de concepções advindas com a mudança de composição do Instituto.

No entanto, o IHGB soube se remodelar e se adaptar a nova conjuntura e continuou tendo uma atuação significativa nos estudos históricos e geográficos, bem

²⁴ 19ª Sessão Ordinária em 21 de novembro de 1902. RIHGB, t. 65, parte 2, p. 524-525, 1902; 10ª Sessão Ordinária em 29 de julho de 1904. RIHGB, t. 67, parte 2, p. 444, 1906; 15ª Sessão Ordinária em 21 de outubro de 1904. RIHGB, t. 67, parte 2, p. 459-460, 1906; 17ª Sessão Ordinária em 25 de novembro de 1904. RIHGB, t. 67, parte 2, p. 467, 1906 e 18ª Sessão Ordinária em 9 de dezembro de 1904. RIHGB, t. 67, parte 2, p. 470, 1906.

²⁵ 4ª Sessão Ordinária em 24 de abril de 1903. RIHGB, t. 66, parte 2, p. 143, 1905 e 18ª Sessão Ordinária em 9 de dezembro de 1904. RIHGB, t. 67, parte 2, p. 471, 1906.

²⁶ Projeto nº 468 de 19 de dezembro de 1907 RIHGB, t. 72, parte 2, p. 403, 1909.

²⁷ Segundo Guimarães, o Instituto “se via obrigado a revisar suas práticas, suas finanças, seu papel no espaço letrado, a relação com seus sócios – até mesmo suas instalações precisaram mudar”.

como em assuntos contemporâneos através do auxílio na administração pública e na inserção no meio educacional, através da Academia de Altos Estudos.

A nomeação de chefes do Executivo republicano para tornarem-se *Presidentes de Honra* da Instituição é outro aspecto que caracteriza a proximidade e a estreita relação - marcada pela crônica dependência financeira - da Instituição com o Estado, tema a ser abordado no subcapítulo seguinte.

2.3 O IHGB E SEUS PRESIDENTES HONORÁRIOS

Para além da relação econômica e financeira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o Estado - variável sob os diferentes períodos e conjunturas - marcado pela crônica dependência da Instituição para com os subsídios de origem estatal - outro fator ou “ponte” de ligação entre o IHGB e o Estado brasileiro é a categoria de *Presidentes Honorários* da Instituição.

O título de Presidentes Honorários da Instituição oferecidos aos chefes da nação serviu historicamente como um ponto de encontro e de aproximação entre a Instituição e as esferas do Estado, sob os diferentes governos e tipos de regimes políticos, permitindo estabelecer uma relação política e simbólica com a esfera governamental\estatal.

A proximidade com o Estado fazia-se necessária para a manutenção da Instituição, dependente financeiramente do Estado desde a sua fundação, nesse sentido, o título de *Presidentes Honorários*, assim como a categoria dos *Sócios Honorários*, bem como o comparecimento e a presença de autoridades nos salões do IHGB traziam prestígio e status à Instituição, logo os subsídios necessários para a realização e manutenção de suas atividades. Essa relação política entre o IHGB e os distintos governos - faz-se necessário ressaltar - não era unilateral, com uma “via de mão única”, mas uma relação recíproca, com trocas e espaços de negociação: os governantes que compareciam ao IHGB, aceitavam e assumiam a Presidência Honorária da Instituição, tinham plena consciência do prestígio da Instituição, e estrategicamente, da importância da História e da Geografia para a consolidação e legitimação dos seus respectivos projetos políticos.

Tamanho a importância e referência na esfera intelectual e no campo político está na constatação histórica da maioria absoluta dos governantes empossados como Presidentes de Honra da Instituição. Historicamente, desde a Monarquia,

passando pela República e pelo Estado Novo, os principais dirigentes do país se fizeram presentes, alguns frequentadores assíduos, e reconhecidos como Presidentes Honorários da Instituição, o que constata a estreita e histórica relação entre a Instituição e o Estado brasileiro. Ao longo dessa relação entre a Instituição e o Estado, três momentos nos parecem fundamentais para a compreensão histórica da categoria de Presidentes Honorários da Instituição: o primeiro deles, o Estatuto inicial de 1841, que confere aos membros da Família Real e ao Imperador Dom Pedro II os títulos de Presidentes de Honra e de “protetor” da Instituição; o segundo, as mudanças na categoria a partir das reformas dos estatutos no ano de 1890, logo após a proclamação da República; o terceiro, a mudança na categoria que passa a ser não mais associativa, mas honorífica.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está estreitamente vinculada ao Estado Imperial, seja pela composição majoritária de monarquistas convictos, em sua maioria pertencentes a máquina administrativa Imperial, seja pelo financiamento do Estado monárquico direcionado à Instituição; o IHGB nasce "nos braços" do Estado monárquico.

Um ano após a sua inauguração, em 1839, o IHGB decide declarar o Imperador como “protetor” da instituição, sendo encaminhada uma comissão chefiada por José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, primeiro Presidente do IHGB, para comunicar o jovem monarca o intuito do Instituto de solicitar a sua “proteção”, sendo prontamente atendidos pelo jovem monarca, que naquele momento não havia ainda sido nomeado Imperador²⁸. O comunicado feito pessoalmente revela a acessibilidade e a proximidade que os membros fundadores do IHGB tinham com a Família Real e com o Imperador.

No entanto, era preciso regular a matéria nos estatutos da Instituição, mudança que ocorreu no ano de 1841, quando é proposta e aprovada por unanimidade a criação de uma nova categoria de sócios: os *Presidentes Honorários* da instituição, a ser conferida aos Príncipes da Família Imperial Brasileira e aos Soberanos e Príncipes estrangeiros, a quem o Instituto dirige e deseja essa contemplação:

²⁸ Ver: RIHGB, 1839, p. 66-67.

Entrou em discussão a seguinte proposta da Comissão de Estatutos – que se crie uma nova classe de sócios com o título de Presidentes Honorários, que será unicamente conferido aos Príncipes da Família Imperial Brasileira, e aos Soberanos e Príncipes estrangeiros com quem o Instituto queria ter essa contemplação. – Foi aprovada, e deliberou o Instituto que em observância do artigo 42 dos Estatutos o Sr. Secretário levasse quanto antes ao conhecimento do Governo Imperial o novo artigo aditivo (INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1841).

Em documentação pública do IHGB, referente a história da Instituição, consta que o título\categoria de Presidentes Honorários da Instituição foi criado devido à necessidade de “dispor em seu Estatuto sobre o lugar de honra que deveria caber em seu organograma, aos príncipes da Família Imperial brasileira e aos soberanos e príncipes estrangeiros”, a quem, “no exercício de sua alta representação cultural, quisesse distinguir”. Além do Imperador Dom Pedro II, outros membros da Família Imperial Brasileira e soberanos de outros países foram agraciados com o título de Presidentes Honorários da Instituição, dentre eles: o rei D. Fernando, de Portugal (1841), o príncipe de Joinville e o Conde d’Áquila, cunhados de D. Pedro II, e o príncipe real da Dinamarca, que viria depois a reinar com o nome de Cristiano IX (todos em 1843), o príncipe D. Afonso (1845), o duque de Saxe e o conde d’Eu (1864), respectivamente filho e genros de D. Pedro²⁹⁻³⁰.

O título de Presidente de Honra e de “protetor” da Instituição estabeleceu um vínculo e uma relação política e institucional entre a Instituição e o Imperador\Império que se mostraria profícua e, sobretudo necessária à Instituição. Dom Pedro se fazia frequentador assíduo das sessões do IHGB, sendo também o principal financiador das atividades realizadas pela Instituição, obviamente com verbas oriundas do Estado monárquico.

A reforma nos estatutos em 1841 definiu e sintetizou a aproximação entre o Instituto e o Império. O Instituto colocava-se dessa forma sob a proteção não apenas simbólica, mas literal e objetiva do Imperador e do Estado monárquico. Por parte do Imperador, esperava-se do Instituto um “aliado” na já referida escrita de uma História Oficial, de caráter nacional, que “unisse as partes” e forjasse uma identidade em comum ao “povo brasileiro” e a nação que surgia no pós-independência ainda

²⁹ Com base no levantamento realizado por Célia da Costa, chefe da Hemeroteca do Instituto. Disponível em <<https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>.

³⁰ Embora outros membros da família Real fossem agraciados com o título de Presidentes Honorários, apenas Dom Pedro II foi condecorado como “protetor” da Instituição.

envolta em revoltas autonomistas em suas províncias. História e Geografia eram fundamentais para a consolidação e a justificação histórica do regime monárquico.

No entanto, não era apenas com relação ao passado e as narrativas históricas que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se mostrava útil ao imperador e ao seu projeto monárquico. D. Pedro II tinha plena consciência de que o Instituto poderia e deveria escrever a história do *tempo presente*, ou seja, a história do seu período como Imperador do Brasil, como bem demonstra o relato e o pedido do monarca em uma sessão do IHGB para que o Instituto não se limitasse a escrever apenas sobre o passado:

Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência (RIHGB, 1849, p. 551).

Obviamente o Imperador estava preocupado com o legado que haveria de ficar da sua figura e do seu governo na história do Brasil, sendo o IHGB fundamental na escrita de uma história contemporânea “digna de elogios da posteridade”, visto a centralidade que a Instituição ocupava nos estudos históricos sobre o país naquele período. Schwarcz (1998, p. 128) ressalta como nesse contexto o monarca formava a sua corte ao mesmo tempo em que elegia “historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem”. Em um contexto de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma “questão estratégica”.

Não é por acaso, bem estabelecida a relação entre o IHGB e a Monarquia, o Instituto passa a ser fortemente identificado com a Monarquia, e, apesar da impossibilidade de se falar numa completa submissão historiográfica do Instituto pela coroa e da diversidade de temas contemporâneos abordados nas sessões e nas revistas do Instituto, inexistem registros de críticas a Monarquia e a figura do Imperador, mas ao contrário, posições políticas em simetria com a coroa.

O alinhamento, a afinidade e a proximidade construída entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Monarquia, expressada na figura do Imperador, foram tantas que, após a queda do regime, além de “lamentos” pelo exílio do seu

protetor maior e da família Real³¹, o IHGB passou a ser visto pelos líderes republicanos como um reduto de monarquistas. Daí as incertezas avindas com a queda do regime sob o qual o Instituto se apoiou durante todo esse período (1838-1889).

Com a queda da Monarquia, o Instituto teria que rever os seus conceitos e objetivos historiográficos bem como o seu lugar e sua função na sociedade. Dependentes majoritariamente de verbas estatais, o Instituto necessariamente teria de dialogar com a nova elite dirigente que dirigia o país. Por uma questão estratégica de sobrevivência, o IHGB teria que se remodelar e se adaptar aos novos tempos advindos com a República, sobretudo no que tange a sua relação com os novos dirigentes da nação. Paradoxalmente, o IHGB, que desde o início se declarava como uma instituição “científico cultural”, e, portanto distante das questões “político partidárias” teve que adentrar novamente no campo da política institucional para estabelecer relações com a esfera governamental através do diálogo e dos espaços de negociação com o governo republicano.

Ao contrário de permanecerem “distantes” da arena política, o IHGB tornou-se ele mesmo um espaço de discussão e de reflexão sobre as disputas que ocorriam do “lado de fora” da Instituição. Debates sobre a conjuntura política, sobre os problemas nacionais, sobre a história, foram abertamente discutidos nas sessões do Instituto, que longe de ser uma “torre de marfim”, sentiu as movimentações e os efeitos dos acontecimentos políticos.

Atentos à necessidade de adaptação a nova ordem política e social, o Instituto passa por uma remodelação e por uma redefinição de suas perspectivas que se expressam na reforma dos seus estatutos realizadas um ano após a proclamação da República: as modificações estatutárias do ano de 1890 marcam claramente uma sinalização de aproximação com a nova elite dirigente republicana.

Faz-se necessário ressaltar, essa mudança na Instituição não significou uma adesão ou uma conversão “em massa” ao republicanismo: os monarquistas continuavam presentes no IHGB e as saudações ao “protetor” continuariam por um longo período mesmo após o exílio e a morte do Imperador³².

³¹ 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. RIHGB, p. 537

³² Hruby resgata o pedido feito por Severiano da Fonseca para que “não se olvidasse da dívida de gratidão do Instituto” para com o Imperador. Também propôs que, enquanto o monarca estivesse vivo, sua cadeira jamais deveria ser ocupada, “devendo permanecer coberta com um véu”. (HRUBY, 2007. p. 34).

Há uma emblemática passagem ocorrida no ano de 1894, em uma sessão aniversária do Instituto conduzida pelo então Presidente do IHGB e do Supremo Tribunal Federal, Olegário Herculano de Aquino e Castro, quando do comparecimento do Presidente Prudente de Moraes ao Instituto, porém o chefe do executivo não se senta na cadeira do “imediato protetor do Instituto Histórico”, o Imperador Dom Pedro II (SOUSA, 2015). Há **mudanças** e **continuidades** no processo de adaptação do IHGB ao novo contexto sócio político.

A reforma nos estatutos de 1890 sinaliza uma “adaptação” aos novos tempos advindos com uma nova ordem política após a proclamação da República: a categoria de Presidentes Honorários do Instituto, antes dedicada a príncipes e soberanos da Família Imperial Brasileira, agora passa a ser destinada ao Presidente da República e a chefes de Estado estrangeiros. A mudança está registrada nas atas da Primeira Sessão Ordinária ocorrida no dia 1 de Março de 1890, na qual consta a nova categoria:

O Instituto História e Geográfico Brasileiro se comporá: de Sócios efetivos, de Sócios Correspondentes, de Sócios honorários, de Sócios Beneméritos. Além do Título de Sócio Protetor, que compete ao S. Dom Pedro de Alcântara, haverá também uma classe de sócios com o título de Presidentes Honorários, o qual poderá ser conferido unicamente ao chefe de estado e aos chefes de outras nações (RIHGB, 1890, p. 630).

Nota-se mais um elemento de continuidade em meio às mudanças e adaptações do Instituto ao novo contexto: embora a categoria seja agora destinada aos Chefes de Estados, o título de sócio protetor continua sendo de Dom Pedro; aliás, uma mudança sutil: pela primeira vez usa-se o conceito de “sócio protetor” nos estatutos. Dom Pedro foi desde o início Presidente Honorário da Instituição.

Como estratégia de aproximação da esfera governamental e da elite dirigente republicana, o título de Presidentes Honorários do Instituto dirigidos aos Chefes do poder executivo certamente foi exitoso.

Com a proclamação da República, o IHGB viveria um período de incertezas, pela forte repressão dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (o “Marechal de Ferro”) aqueles a quem o governo acusava de conspiradores e “restauradores monarquistas”. O IHGB, identificado fortemente com o regime deposto, certamente não seria bem visto pelos líderes republicanos.

Guimarães sinaliza como os novos donos do poder percebiam no tradicional reduto letrado uma herança típica do *Ancien Régime*. Dentre todos os chefes de Estado republicanos, Floriano Peixoto foi o único a quem o Instituto não concedeu o título de Presidente Honorário.

Após esse conturbado período, o Instituto dá sinais de reaproximação com a esfera governamental e com a nova elite dirigente do país, especificamente, após a indicação de Deodoro da Fonseca à Presidência Honorária do IHGB, em homenagem “às suas virtudes e serviços a Pátria”. Quando do seu falecimento, em 1892, o “generalíssimo” seria reverenciado de distintas maneiras na Instituição.

Outro registro que sinaliza e indica uma aproximação entre o Instituto e os chefes republicanos se dá a partir da eleição do primeiro civil para a presidência da República, Prudente de Moraes. Com a sua eleição, o Instituto concede-lhe o título de Presidente Honorário do Instituto, com aprovação unânime dos seus sócios e encaminha uma comissão para cumprimentar o novo chefe de governo.

As relações entre o Instituto Histórico e o Estado republicano estavam sendo definidas, sobretudo a partir do título de Presidentes Honorários da Instituição que funcionou como um meio fundamental para a aproximação com a esfera governamental e a elite dirigente republicana.

Dois aspectos nos permitem afirmar que a “adaptação” à nova conjuntura e a aproximação da Instituição com o Estado republicano foram exitosas: o primeiro, o aumento progressivo dos subsídios estatais direcionados a Instituição: 100% por cento de aumento das verbas estatais, no ano de 1894 (conforme página 25).

O segundo, a nomeação\concessão do título de Presidentes Honorários do Instituto a todos os chefes republicanos (com exceção do Marechal Floriano Peixoto) quando no exercício de seus mandatos como Presidentes da República: Deodoro da Fonseca (1891), Prudente de Moraes (1894), Campos Sales (1899), Rodrigues Alves (1902), Afonso Pena (1907), Nilo Peçanha (1909), Hermes da Fonseca (1911), Wenceslau Braz (1915), Epitácio Pessoa (1919), Artur Bernardes (1923), Washington Luís (1927)³³.

Outro registro de acontecimento que nos indica que as relações políticas entre o Instituto e o governo republicano ampliaram-se é a comissão do IHGB

³³ Com base no levantamento realizado por Célia da Costa, chefe da Hemeroteca do Instituto. Disponível em <<https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>. Acesso em [10 de Maio de 2016]

enviada em 1895 ao chefe do Executivo, Prudente de Moraes, para congratulá-lo pela “vitória” sobre os “revoltosos” da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Um gesto político de enorme relevância e simbolismo no que se refere ao posicionamento político da Instituição em simetria naquele contexto com a elite política e dirigente do país³⁴.

Com a reforma nos estatutos no ano de 1912, registradas nas atas do Instituto, a categoria de Presidentes Honorários do Instituto passa a ser tratada como uma distinção honorífica e não mais como uma categoria associativa (art. 15º), estendendo-se a possibilidade de sua concessão a ex-presidentes efetivos do próprio Instituto. A proposta de reforma dos estatutos pretendia regularizar essa questão, direcionando o título aos Chefes de Estado e somente àqueles que haviam assumido a presidência do Instituto, mediante proposta da diretoria do Instituto e um determinado número de assinatura dos sócios:

Artigo 15. A qualidade excepcional de Presidentes Honorários só poderá ser conferida em assembleia geral aos Chefes de Estado ou aos membros do Instituto, que tiverem sido Presidentes efetivos, mediante proposta de três ou mais membros da diretoria, perfazendo um total de vinte e uma assinaturas. Parágrafo único. A proposta assim apresentada considerar-se-á aprovada, e o Presidente do Instituto comunicará ao titular a distinção que lhe foi conferida, enviando-lhe o respectivo diploma (RIHGB, 1912, p. 363).

Quatro anos após tomar o poder, em 1934, Getúlio Vargas também seria agraciado com o título de Presidente Honorário do Instituto³⁵. Antes disso, em 1930, o Chefe de Estado se faria representar nos salões do IHGB através do Chefe da Casa Militar, o “digníssimo” General Augusto Limpo Teixeira de Freitas, o qual foi recebido em “encarecida de circunstância de magnitude” pelo Presidente do Instituto, Conde de Afonso Celso, Presidente perpétuo do Instituto (RIHGB, 1930, p.790).

A nomeação de Getúlio Vargas como Presidente Honorário do Instituto somente quatro anos após assumir como chefe do Executivo passa pela probabilidade de a sua indicação e posse como Presidente de Honra do Instituto serem efetivadas posteriormente a promulgação da Constituição de 1934 e a tentativa da construção de legitimidade de Vargas na presidência da República. O

³⁴ 11ª Sessão Ordinária em 25 de agosto de 1895. RIHGB, p. 372, 1896.

³⁵ Disponível em <<https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>. Acesso em 15 de Maio de 2016

envio do chefe da Casa Militar de seu governo ao Instituto anteriormente à sua posse nos revela a importância e a relevância que o novo chefe do Executivo destinava ao Instituto.

Embora não existam muitas pesquisas historiográficas sobre a relação entre o governo Getúlio Vargas e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é possível - através da Presidência Honorária do Instituto assumida por Vargas, da presença do Comandante da nação e de chefes de Estado no Instituto³⁶, do auxílio financeiro feito à Instituição no seu governo³⁷ - que houve uma proximidade e uma relação entre o IHGB e Vargas. Segundo Aldé (2008), Getúlio Vargas foi um dos que mais desfrutaram do status (do Instituto), frequentando as sessões e incluindo o local no roteiro oficial das visitas de chefes de Estado estrangeiros.

Guimarães (1991) lembra a passagem do “Segundo Congresso de História Nacional” realizado em 1931 pelo IHGB e que teve como seus Presidentes de Honra o Dr. Getúlio Vargas (chefe do Governo Provisório), o Conde Affonso Celso (presidente do IHGB), o Dr. Oswaldo Aranha (ministro da Justiça), o Dr. Afranio de Mello Franco (ministro das Relações Exteriores) e o Dr. Francisco Campos - (ministro da Educação).

A partir desse encontro, podemos verificar a composição e a circulação de membros do Estado na Instituição, assim como em períodos anteriores, mostrando uma proximidade entre os novos detentores do poder político no pós-30 e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inclusive no ingresso de membros do governo nos quadros da Instituição, como o Dr. Levy Carneiro (Consultor Geral da República) e José Carlos de Macedo Soares (Embaixador).

O autor cita ainda a tese levantada por Alfredo Valadão (membro do IHGB) da “revolução necessária do 7 de Abril”, em que “o fúnebre projeto da anarquia e da dissolução das províncias, que se apresentou aos nossos olhos desapareceu de um golpe”. Ainda que apresentada em 1929, a tese se encaixaria perfeitamente no projeto de centralização da nova elite dirigente de 30’. A centralização do Império era agora resgatada, através do IHGB, como um fator positivo da história e necessário para manter a unidade da nação, em consonância com o projeto político de centralização do capitaneado por Vargas (GUIMARÃES, 1991).

³⁶ Na sessão magna comemorativa do aniversário da entidade, em 1931, Getúlio Vargas fez questão de comparecer pessoalmente, presidindo o evento (GUIMARÃES, 1991, p. 75).

³⁷ Guimarães cita o projeto da Biblioteca de Autores Argentinos no IHGB, iniciada sob “os auspícios do Chanceler Oswaldo Aranha”.

Após Vargas, outros chefes de Estado brasileiros continuaram sendo congratulados com o título de Presidentes Honorários do IHGB: Eurico Dutra em 1947, Café Filho e Juscelino Kubitscheck em 1961, Castelo Branco em 1964, Costa e Silva em 1967, Garrastazu Médici em 1970, Ernesto Geisel em 1974, João Figueiredo em 1978, José Sarney em 1987, Fernando Collor em 1991 e Fernando Henrique em 1999³⁸.

A lista de chefes de Estado estrangeiros presidentes de honra do Instituto tem Portugal com o rei D. Carlos (1896) e os presidentes Craveiro Lopes (1957), Américo Tomás (1971), Jorge Sampaio (1999) e Cavaco Silva (2008), a Argentina, com Miguel Juárez Celmán (1889), Julio Roca (1899), Saenz Peña (1911) e Agustín Justo (1934). França, Estados Unidos da América e Suíça figuram, cada um, com um representante - Sadi Carnot (1892), Grover Cleveland (1896) e Walter Hauser (1900) - e Bélgica e Espanha com os reis Alberto I (1920) e Juan Carlos I (1983)³⁹.

O título ou a categoria de Presidentes Honorários da Instituição, iniciada desde a sua fundação com a “proteção” do Imperador Dom Pedro II, adaptada em seus estatutos e direcionada aos chefes de Estado durante a República e seguida como categoria honorífica durante todo o século XX, serviu como ponte de encontro e de acesso entre o IHGB e o Estado brasileiro, delineando a proximidade do Instituto com as esferas de governo durante toda a sua história.

³⁸ Segundo nota, o Instituto está no aguardo do Planalto para investidura do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

³⁹ Disponível em <<https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>. Acesso em 20 de Maio de 2016

3 O IHGB E O ESTADO AUTORITÁRIO (1964-1985)

Conforme visto no capítulo anterior, a relação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o Estado deu-se, ao longo da sua história, sobretudo a partir do financiamento público da Instituição, com verbas oriundas do Estado, sob os diferentes regimes políticos e do título de Presidentes Honorários do Instituto concedidos aos membros da Família Real Brasileira no contexto monárquico e redirecionada aos chefes de Estado nos períodos republicanos. Desde a sua fundação, a presidência simbólica da entidade conferida às autoridades políticas máximas do país, a começar pelo Imperador Dom Pedro II, considerado o “protetor” do Instituto, passando pelos chefes de Estado nos períodos republicanos que, com raras exceções, compareceram e assumiram a Presidência Honorária do Instituto, funcionou historicamente como um *ponto de encontro* e de aproximação entre o Instituto Histórico e o Estado brasileiro.

No que se refere à questão econômica da Instituição, desde a sua fundação, na primeira metade do século XIX, o Instituto contou com o apoio financeiro da “coroa” para a sua manutenção e a realização de suas atividades (inclusive da sua sede no Paço Imperial), prática seguida pelos seguintes governos republicanos que mantiveram, com variações de valores, os constantes repasses de verbas à Instituição. Os frequentes registros de pedidos de auxílio financeiro do Instituto, as reclamações feitas junto ao poder público por mais verbas e os momentos de crise pelo qual passou a Instituição quando da diminuição dos valores repassados (chegando à iminência de “fechar as portas”, no ano de 1989), revelam a crônica e a sistemática dependência financeira da Instituição com as verbas e auxílios de origem público\estatal.

Para além da relação econômico-financeira e político-simbólica da Instituição com o Estado, a composição associativa do Instituto contava com membros que ocupavam altos cargos políticos na máquina administrativa do Estado ou, ao contrário, com membros do Estado que frequentavam e ingressavam no quadro de sócios do Instituto, formavam entre si *redes de sociabilidades* e espaços de diálogo e de influências recíprocas entre os indivíduos que circulavam entre estas duas instâncias, delineando a proximidade da Instituição com a esfera estatal também em sua composição associativa. Portanto, analisaremos neste capítulo estes mesmos aspectos relacionados ao financiamento público e estatal do Instituto, nos períodos

correspondentes a cada chefe de Estado do regime ditatorial e o título de Presidentes Honorários da Instituição concedido aos chefes de Estado da ditadura civil militar no Brasil, conforme regem os estatutos internos da Instituição.

Quanto ao financiamento público da Instituição, analisaremos os valores dos subsídios de origens estatais repassados ao IHGB em cada um dos períodos correspondentes aos governos dos chefes de Estado do regime ditatorial. Esses repasses eram muitas vezes realizados através de convênios com órgãos estatais e administrativos, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) ou com o Conselho Federal de Cultura (CFC) em “parcerias” e incentivos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reconhecido nesse período pelo governo ditatorial como uma Instituição de “utilidade pública” ou como o IHGB se autodefiniria naquela conjuntura, um “divulgador da cultura nacional”. Outros aspectos relacionados à questão financeira da Instituição como a construção da sua nova sede no ano de 1972 durante e com o apoio financeiro do governo Médici, a completa isenção fiscal concedida pelo governo Castelo Branco ao Instituto, os estatutos e o orçamento interno da Instituição (contribuição dos sócios, joias de admissibilidade) também serão elementos que iram contribuir para a compreensão da relação econômica e financeira formada entre o IHGB e o estado autoritário em seus diferentes períodos.

Para além dos valores efetivamente repassados, elementos da relação financeira e institucional entre o Instituto e o Estado como os pedidos de verbas e auxílios e os agradecimentos feitos pelo Instituto através do envio de telegramas e da troca de correspondências com os chefes de Estado, ministros e membros de órgãos vinculados ao Estado também serão analisados neste capítulo. Com relação à referida categoria dos Presidentes Honorários da Instituição, abordada e historicizada no primeiro capítulo, realizaremos neste um levantamento dos chefes de Estado da ditadura que foram nomeados e que tomaram posses como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Analisaremos também as “Sessões Solenes” das respectivas cerimônias de posses, os convites do Instituto, a troca de correspondências com os generais, a presença de autoridades políticas e de Estado naquelas ocasiões e as manifestações de membros do IHGB, como dos seus oradores oficiais e de presidentes do Instituto nas ocasiões em que os chefes de Estado do regime ditatorial assumiam a Presidência de Honra da Instituição.

Gestos simbólicos como o comparecimento de representantes do IHGB ao velório do General Costa e Silva (o “inesquecível” Presidente de Honra do Instituto) e o repatriamento dos restos mortais de Dom Pedro I (o “patrono” da Independência) à cargo do chefe de Estado, general Médici, também serão elementos que nos auxiliaram a resgatar e a aprofundar a compreensão acerca das relações estabelecidas entre os chefes de Estado do regime ditatorial e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Abordaremos também a reforma ocorrida nos estatutos internos da Instituição no ano de 1965, referente à categoria de Presidentes Honorários do Instituto. Com a mudança, os chefes de Estado não mais seriam nomeados “automaticamente” como Presidentes de Honra do Instituto, mas somente através de um processo de indicação e de aprovação mediante votação (sigilosa) entre os membros do Instituto. O artigo 5º seguinte da mesma reforma também merece a devida atenção, segundo ele: “os sócios não respondem, direta ou subsidiariamente, pelos atos praticados em nome do Instituto”, o que nos leva a indagação do *por que* nem todos os sócios do Instituto queriam ser identificados com os “atos” (ou posicionamentos) tomados pela Instituição naquele período.

A análise de indivíduos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocupando cargos e “circulando” na esfera estatal faz-se oportuna para o entendimento das *redes de sociabilidades*⁴⁰, de circulação e de influência entre estes sócios do Instituto e os membros desse Estado autoritário e de outras Instituições ligadas a ele, como o Conselho Federal de Cultura (CFC) que frequentavam e ingressavam no quadro de sócios do Instituto, como é caso dos chefes de Estado e ministros do regime ditatorial. Como uma relação *bilateral*, com “vias de mão dupla”, a presença de membros do Estado, como ministros, políticos vinculados ao regime e os próprios chefes de Estado da ditadura no IHGB certamente nos dão indícios de uma bem sucedida aproximação entre o Instituto e os novos dirigentes do Estado autoritário, como havia se sucedido ao longo de boa parte da história do Instituto na sua relação com o Estado e com a classe política.

⁴⁰ Utilizamos aqui o conceito de *rede de sociabilidades* no mesmo sentido usado por Ângela de Castro Gomes, como um instrumento analítico e/ou categoria histórica que visa conhecer determinado meio intelectual em determinado momento e espaço, implicando necessariamente no conhecimento da sua “dimensão organizacional”, que não é “aleatória aos significados contidos em uma dada interpretação da realidade social” (GOMES, 1993).

Em 1966, dois anos após o golpe de Estado que destituiu o Presidente da República João Goulart, a deputada da UDN (União Democrática Nacional) Ligia Maria Lessa Bastos apresentou à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara um projeto de lei que passaria a considerar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como uma instituição de “utilidade pública”. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, no dia 14 de setembro de 1966, tornando-se a lei de Nº 1.068 (RIHGB, 1966, p.166).

Segundo os registros contidos na revista do Instituto, a notícia foi recebida com “palmas pelo plenário” do IHGB e realizado um agradecimento à deputada Ligia Maria Lessa Bastos “por ter comprovado inequívoco interesse pelo engrandecimento do Instituto Histórico, ao defender brilhantemente e sustentado o projeto que se converteu na lei Nº 1.068” que passou a considerar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como uma “instituição de utilidade pública” (RIHGB, 1966, p.186). Considerada a expressão da ala “mais pura do lacerdismo” e com extensa carreira política vinculada a UDN⁴¹ (mais tarde à Arena e ao PDS) a deputada Maria Lígia Bastos que, embora não tenha sido sócia do IHGB⁴², representou no espaço institucional, mais especificamente na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, a articulação e a aprovação de projetos de interesses do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como o referido projeto e anteriormente, em 1964, a apresentação de uma proposta de inclusão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no orçamento geral do Estado da Guanabara.

Cabe ressaltar que o líder do seu partido e então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, também mantinha estreitas relações com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seja pela constante troca de correspondências e de congratulações enviadas ao Instituto (inclusive com um discurso do governador publicado na sua revista) ou através dos repasses de verbas do governo do Estado da Guanabara ao IHGB, o que nos leva a inferir em uma possível articulação do chefe do Executivo com a deputada Maria Lígia Bastos na esfera legislativa para a apresentação de projetos beneficiando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cabendo ao Governador a promulgação dos projetos apresentados pela sua

⁴¹ In <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ligia-maria-lessa-bastos>. Acesso em 10 de Junho de 2016

⁴² A admissão de mulheres no quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi aprovada no ano anterior, em Assembleia Geral realizada no ano de 1965 (RIHGB, 1965, p. 208).

correligionária. Tanto Lacerda como a deputada Maria Lúgia Bastos apoiaram, em um primeiro momento, o golpe de Estado que afastou da presidência da República João Goulart. As relações político-pessoais estabelecidas a partir das *redes* de sociabilidades, de influências e de articulações entre membros do Instituto e de indivíduos que eram próximos ou sócios da Instituição presentes e atuantes na esfera política ou estatal certamente eram acionadas nos espaços institucionais, como na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, para a obtenção dos recursos públicos necessários ao funcionamento do Instituto.

Um ano mais tarde seria a vez da União reconhecer o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como uma Instituição de “utilidade pública” através do Decreto de lei Nº 61.251, artigo 1º, sancionada no dia 30 de Agosto de 1967 pelo então chefe de Estado, Costa e Silva. Três anos após o golpe de Estado, em um contexto de aumento da repressão com a promulgação dos Atos institucionais nº 2 e nº 3, cassações e deposições de governantes, recesso no Congresso, extinção dos partidos políticos tradicionais, imposição de eleições indiretas para governadores e presidentes da República e de denúncias de tortura contra opositores políticos do regime, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro seria alçado a categoria de “instituição de utilidade pública” pelo primeiro chefe de Estado da ditadura, demonstrando o prestígio que o Instituto tinha junto às autoridades políticas do regime ditatorial, ao que, presume-se, viam com “bons olhos” a Instituição.

O Instituto acreditava-se merecedor de tal consideração, manifestando-se naquela ocasião de que “essa providência há muito deveria ter sido tomada”, tamanho o reconhecimento e a “prova igualmente do conceito que merece o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Poder Público, tanto da União como do estado da Guanabara” (RIHGB, 1966, p.166). Certamente esse reconhecimento do IHGB como uma “Instituição como de utilidade pública” aumentava o prestígio e o poder de barganha do Instituto nos pedidos de auxílios e recursos financeiros aos governos necessários para a manutenção e realização das suas atividades.

Estes gestos simbólicos significavam indubitavelmente um reconhecimento por parte das autoridades políticas do Estado autoritário ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A proximidade do governo ditatorial com uma instituição da sociedade civil, secular e tradicional, produtora de saberes históricos e geográficos certamente contribuiria para a imagem e a legitimação do regime e dos seus chefes de Estado diante da sociedade.

A presença de autoridades políticas e de Estado no IHGB foram uma constante ao longo de toda a história da Instituição. Durante a ditadura civil militar, não seria diferente. A presença e a circulação de políticos e de membros do Estado autoritário nos salões do Instituto, como frequentadores e mesmo ingressando no quadro de sócios da Instituição demonstram a proximidade do Estado autoritário, na figura dos seus representantes, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dentre os membros do Estado, ministros e políticos com relação próxima ao Instituto podemos destacar o caso do ministro da Educação e Cultura da ditadura entre os anos de 1969 e 1974, Jarbas Passarinho, não apenas como frequentador do Instituto, mas sendo nomeado *Sócio honorário* da Instituição sob a presidência de Pedro Calmon, no ano de 1970 (RIHGB, 1970, p.211). Figura importante da ditadura e com extensa biografia política, Jarbas Passarinho assumiu a convite do general Artur da Costa e Silva o Ministério do Trabalho e Previdência Social em 1967, dois anos mais tarde, durante o governo do general Médici, seria convidado a assumir a pasta da Educação e em 1983, a convite do presidente João Figueiredo, assumiria o Ministério da Previdência. Após a redemocratização do país, Jarbas Passarinho ainda seria ministro da Justiça do governo de Fernando Collor, retornando ao Senado em 1992, para concluir o seu mandato até janeiro de 1995⁴³.

Quando na ocasião da visita do ministro Passarinho ao Instituto, em 1973, o Instituto agradeceu "à sua excelência Senhor Ministro Jarbas Passarinho, nosso consócio, que marcou com uma demorada visita ao Instituto a sua estima e apoio ao momento histórico e glorioso por que passa a nossa rejuvenescida Casa Secular" (RIHGB, 1973, p. 123). Faz-se necessário ressaltar: o IHGB, durante o auge do regime ditatorial no país, dizia-se passar por um "momento histórico glorioso", com o reconhecimento das maiores autoridades políticas do Estado autoritário, obtendo o prestígio e as verbas estatais necessárias para a realização de suas atividades. A relação do Instituto com o ministro Jarbas Passarinho iria muito além da esfera pessoal e se estenderia para a participação e a inserção do Instituto na formulação de políticas públicas ligadas à área da educação e da cultura promovidas pelo Ministério da Educação, via MEC, ou pelo Conselho Federal de Cultura (CFC):

⁴³ In <https://www.senado.gov.br/senado/grandesMomentos/passarinho.shtml>. Acesso em 20 de Junho de 2016.

No dia 4 de Março, foi enviado ao senador Jarbas Passarinho, ministro da educação e cultura, uma vibrante exposição assinada pelo Presidente do Instituto, refletindo as sugestões da Comissão especial de sócios, que estudou o assunto posto em debate na sessão extraordinária no dia 4 de fevereiro. O Presidente Pedro Calmon compareceu à reunião realizada em Brasília, na segunda semana de Abril e fez pessoalmente a entrega das sugestões do IHGB. Desta reunião do Ministro Jarbas Passarinho com os governadores dos Estados e representantes de instituições culturais convidadas, se originou o documento oficialmente denominado "Resolução de Brasília (RIHGB, 1970, p.209).

A boa relação estabelecida entre o Instituto e o ministro Jarbas Passarinho renderia não apenas as verbas necessárias para o funcionamento da Instituição, mas as "portas abertas" do ministério para a participação do Instituto na elaboração de políticas de Estado ligadas a área da educação e da cultura. A presença do presidente do Instituto Pedro Calmon em Brasília nos revela também a presença e a circulação de membros do Instituto nas esferas do estado autoritário - assim como os membros desse estado constantemente presentes nos salões do Instituto.

Outro importante nome vinculado à ditadura e bastante próximo do Instituto era o do general Aurélio da Lira Tavares, egresso como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1966. Figura importante do regime ditatorial, Aurélio da Lira Tavares tornou-se em 1964, durante o governo Castelo Branco, o comandante do IV Exército, em 1966, comandante da ESG (Escola Superior de Guerra) e no ano seguinte, a convite do general Artur da Costa e Silva, assumiu o Ministério do Exército. Como ministro, Lira Tavares seria um dos signatários do Ato Institucional Nº 5, mais tarde, no ano de 1969, devido à doença do general Costa e Silva, uma junta militar composta por Lira Tavares e mais os ministros da Marinha, Augusto Rademaker e da Aeronáutica, Márcio de Sousa, assumiram o comando do governo até março de 1969. Lira Tavares ainda seria embaixador do Brasil na França de 1970 a 1974 e membro da Academia Brasileira de Letras⁴⁴.

Na ocasião de sua posse como sócio honorário do IHGB, Lira Tavares pronunciou um discurso que seria publicado nas páginas da revista do Instituto, nele, o general faz uma defesa da democracia, referindo-se - ainda que indiretamente - ao regime ditatorial vigente como um "fenômeno transitório", de um período de "anormalidade no quadro da vida da nação democrática". Lira Tavares falou ainda

⁴⁴ In http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/lira_tavares. Acesso em 25 de Junho de 2016

da necessidade de um “exército de cunho e caráter democráticos” e do papel das forças armadas nos rumos da nação:

E aí esta porque, quando correm perigo os destinos da nação, é sobretudo na consciência cívica, do soldado, como cidadão servindo de sentinela desses destinos, que ela procura apoio para reencontrar-se consigo mesma, retomando, quase sempre à custa de duros sacrifícios e de soluções heroicas, o curso normal e o estado de equilíbrio da sua vida, reposta em coerência com os sentimentos e as aspirações nacionais (RIHGB, 1966, p.139).

Indubitavelmente o general estava justificando (nos salões e na revista do Instituto Histórico) a necessidade de intervenção das forças armadas para retomar o “curso normal” e o “equilíbrio” da nação dois anos após o golpe de Estado - não imaginaria o general que o regime de exceção perduraria por longos 21 anos no país. No discurso, Lira Tavares explanaria ainda sobre a importância da história na “arte de governar” e também como um instrumento de instrução cultural e cívica do povo (RIHGB, 1966, p.139). O Instituto Histórico e a própria história nesse sentido, desempenhariam uma função elementar na sociedade, de acordo com a concepção política e histórica do general:

A Benemerência da obra deste instituto, pela fidelidade e segurança que nos oferece, na interpretação do passado, está, por todas essas razões, sobretudo em que ela constitui um precioso patrimônio nacional, como fonte autêntica em que se devem alimentar a cultura e o civismo do povo (RIHGB, 1966, p.141).

A presença do general Lira Tavares no Instituto, o seu ingresso como sócio da Instituição e o seu discurso de posse reproduzido na revista do IHGB nos revelam a estreita relação entre um dos nomes de maior peso do regime ditatorial (chegando inclusive a assumir o comando do Estado poucos anos depois) e o Instituto Histórico e Geográfico, considerado pelo general como “um precioso patrimônio nacional”.

Entre outros políticos com relação bastante próxima ao Instituto estava o do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda⁴⁵. Sua relação com o

⁴⁵ Protagonista de alguns dos momentos mais importantes da política brasileira, Carlos Lacerda ocupou os cargos de vereador no Distrito Federal, deputado Federal nas Legislaturas 1955-1959 e 1959-1963 pela União Democrática Nacional pela UDN e eleito o primeiro Governador do recém-criado estado da Guanabara em 1960. Como jornalista, militou nos meios de comunicação, como no jornal "Tribuna da Imprensa", diário que foi o principal porta-voz da oposição durante o segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951/54). Foi um dos líderes civis do golpe militar de 1964, porém voltou-se contra ele em 1966, com a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está registrada nos frequentes envios de telegramas e congratulações ao Instituto, além dos repasses de verbas do governo do Estado da Guanabara à Instituição.

Interessante notar como o IHGB, que sempre se considerou uma instituição científico-cultural e distante das “disputas político-partidárias”, abria espaço nas páginas da sua revista para publicar o discurso do governador Carlos Lacerda, realizado na ocasião da inauguração de uma escola estadual com o nome de Max Fleiuss, “secretário perpétuo” do Instituto (RIHGB, 1965, p.427). Na ocasião, o governador manifestou-se sobre a necessidade de reeleger governadores comprometidos com o legado do seu governo e com as eleições diretas para governador e para presidente da República:

Nesse momento mesmo, tenta-se por mil e um sofismas, por mil e um artifícios políticos da pior qualidade, roubar ao povo o direito de escolher, no ano que vem o seu governo. Portanto, quem quiser escolher, no ano que vem o seu Governo, isto é, escolher o Presidente da República com o voto do povo e não unicamente os dos políticos... (e que políticos!...), tratem de escolher, este ano, um Governador que sustente a necessidade de que, no ano que vem, haja eleições livres e honestas (RIHGB, 1965, p.427).

Lacerda afirmaria em seu discurso que o tempo dos “donos do Rio de Janeiro” – “desde os tempos das sesmarias” – havia acabado e que único “dono” daquela cidade seria o povo fluminense. O governador reclamaria da perseguição que sofria dos meios de comunicação e de uma comparação a Hitler feita ao governador, segundo ele porque Hitler “também fazia muitas obras”. (RIHGB, 1965, p.429). Lacerda fazia ainda uma crítica direta à ditadura que começava a consolidar-se após o golpe de 1964 (lembrando que ele apoiou o golpe em um primeiro momento)⁴⁶:

Com a instituição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, Lacerda foi preso e teve os seus direitos políticos cassados. Tentou ainda articular uma “Frente Ampla”, junto com Kubitschek e Goulart, para a redemocratização do país.

In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda. Acesso em 05 de Julho de 2016

⁴⁶ Com a prorrogação do mandato de Castelo Branco em Julho em 1964 para 15 de Março de 1967, ignorou-se o compromisso de manter as eleições previstas para o ano de 1965. Com o aumento da repressão e com as cassações de mandatos de Governadores e lideranças civis que haviam apoiado o golpe, Carlos Lacerda acabaria marginalizado com o fim das eleições diretas (AARÃO, 2014, p. 87, 90).

De um lado o interesse dos que querem nos derrotar na Guanabara, para voltar o Brasil aquele tempo em que os Presidentes entravam e nunca mais saíam, e o Brasil já está bastante adulto para não precisar de tutores e sim de Presidentes eleitos pelo voto do povo. Não precisamos de tutores no Brasil (RIHGB, 1965, p.428).

Se o espaço cedido pelo Instituto ao governador teria sido ocasionalmente pela inauguração da escola com o nome de um sócio falecido do Instituto ou pela próxima relação e pelos constantes repasses de verbas feitos pelo governador da Guanabara à Instituição, a resposta está no campo da especulação. O fato objetivo é que o Instituto, ao publicar o discurso governador abriu espaço para o mesmo manifestar-se politicamente nas páginas da sua revista, colocando-se em contradição com o suposto *distanciamento* político apregoado pela Instituição desde a sua fundação.

Para além destes três importantes nomes com relação e participação ativa no Instituto, estão registrados os nomes de diversos outros membros do Estado e de políticos vinculados à ditadura que frequentavam os salões do IHGB, como ministros, governadores, deputados, embaixadores, generais, presidentes de associações e empresários e os próprios chefes de Estado do regime ditatorial. Podemos citar alguns nomes de autoridades políticas que marcaram presença no IHGB durante este período: o presidente da República, marechal Juarez Távora, o ministro da Guerra, Luiz Vianna Filho, o ministro da Marinha, Almirante Melo Baptista, o ministro da Agricultura, Dr. Hugo de Almeida Leme, o ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Levanière Wanderley, o embaixador da República do Salvador, Dr. Francisco Lino Osegueda, Dr. Fernando Monteiro, do Ministério da Aviação e Obras Públicas, os senadores Petrônio Portela, Gabriel Krieger, Nelson Carneiro, Dinarte Mariz, Benjamin Farah, Danton Jobim, Jesse Freire, os deputados, Aderbal Jurema, Marcelo Medeiros, Araújo Jorge, José Bonifácio e Francisco Studart (RIHGB, 1965, 267; RIHGB, 1973, p. 110, 143). Ou seja, o Instituto estava bem mais próximo do campo institucional da política e do Estado do que declarara e proclamava desde a sua fundação.

As relações do IHGB com o Estado ocorriam também através de órgãos estatais como o Conselho Federal de Cultura (CFC), entidade criada em 1966 pelo governo de Castelo Branco através do Decreto-lei Nº 74 e ligado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura da Ditadura. O Conselho seria composto, conforme o seu artigo 1º, por vinte e quatro membros nomeados diretamente pelo

Presidente da República, por seis anos, por “personalidades eminentes da cultura brasileira e reconhecida idoneidade”, nessa escolha, segundo o artigo 2º, o presidente da República “levará em consideração a necessidade de nele serem devidamente representadas as diversas artes, as letras e as ciências”⁴⁷.

Como um órgão de caráter normativo e de assessoramento direto do Ministério da Educação e Cultura, caberia ao Conselho Federal de Cultura, formular a política cultural nacional, decidir sobre o reconhecimento das instituições culturais, mediante a aprovação de seus estatutos, promover a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, conceder auxílios e subvenções às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, dentre outras providências (DECRETO, 1966). O Conselho seria o órgão responsável pelas políticas culturais e teria como objetivo o direcionamento dos recursos públicos para a estruturação das instituições de cultura, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (LUZES, 2014).

Criado em um contexto de inserção do Estado na área cultural, entendida como estratégica para as políticas de governo, o Conselho funcionaria como uma “orientação” do regime ditatorial no campo da cultura. Conforme Maia, o Conselho tinha como objetivo “institucionalizar a ação do Estado no setor cultural” cabendo ao órgão a função de “elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista do governo militar”, “valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos da Nação” (MAIA, 2012). A importância da área cultural nas diretrizes políticas do regime ditatorial e para a criação do Conselho Federal de Cultura está expressa no pronunciamento do então chefe de Estado marechal Castelo Branco no seu pronunciamento durante a criação do Conselho:

Não estaria concluída a obra da revolução no campo intelectual se, após trabalhos tão profícuos em benefício da educação, deixasse de se voltar para os problemas da cultura nacional. Representada pelo que através dos tempos se vai sedimentando nas bibliotecas, nos monumentos, nos museus, no teatro, no cinema e nas várias instituições culturais, é ela, naturalmente, nesse binômio educação e cultura, a parte mais tranquila e menos reivindicante. Poderia dizer que é a parte dos cabelos brancos, e, talvez, por isso, já segura do que fez e do que fará pelo Brasil. Cumpre, porém, dar-lhe, principalmente, condições de preservação, e, portanto, de sobrevivência e evolução (CFC, 1976, p. 20).

⁴⁷ Decreto de fundação do Conselho In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-republicacao-35524-pe.html>. Acesso em 15 de Julho de 2016

Ou na manifestação do então chefe de Estado Ernesto Geisel no plenário do Conselho Federal de Cultura reafirmando a importância estratégica da área cultural na perspectiva político-ideológico do comandante do regime ditatorial:

O desenvolvimento brasileiro não é apenas econômico; é sobretudo social, e dentro desse desenvolvimento social há um lugar de destaque para a cultura. O lugar que a esta cabe – acrescentávamos – é adequado e insubstituível, de vez que não existe na realidade desenvolvimento unilateral, mas sim global, atingindo o homem em toda a sua plenitude. (CFC, 1976, p. 3)

Vinculado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura, na aprovação das diretrizes e resoluções tomadas pelo Conselho, e ao chefe de Estado, na indicação direta dos indivíduos que iriam compor a entidade, as escolhas deliberativas do Conselho sobre quais instituições deveriam ou não serem reconhecidas e a receberem recursos financeiros do governo, visto que as instituições deveriam primeiro obter o seu registro junto ao Conselho Federal de Cultura para depois solicitarem o auxílio financeiro certamente eram balizadas e avaliadas por elementos subjetivos de ordem política e ideológica. Embora o primeiro Presidente do Conselho, Josué Montuello, afirmasse que no processo de escolha dos membros do Conselho “a nenhum se inquiriu de suas ideias políticas”⁴⁸, obviamente não seriam indicados indivíduos com concepções e trajetórias políticas em campos distintos das orientações e diretrizes políticas e ideológicas majoritárias do Ministério da Educação e Cultura e dos chefes de Estado do regime ditatorial.

O Conselho recebia pedidos de várias Instituições da área cultural onde, dentre as instituições escolhidas pelo Conselho Federal de Cultura para o reconhecimento e a deliberação para o repasse de verbas estava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das entidades com maior frequência de pedidos de auxílios financeiros ao Conselho: 10% por cento deles, entre os anos de 1971 e 1972 seriam provenientes do IHGB (CALABRE, 2006).

A proximidade do Instituto Histórico e Geográfico com o Conselho Federal de Cultura dava-se, sobretudo pela composição associativa mútua das duas Instituições formadas por membros que compunham tanto o IHGB como o Conselho Federal de Cultura, o que nos revela a formação de uma *rede* de indivíduos presentes e que

⁴⁸ Revista *Cultura*, nº1, 1967.

circulavam entre as duas Instituições, como os casos do Presidente do Instituto Histórico Pedro Calmon, vice-presidente da primeira composição do Conselho Federal de Cultura ou do primeiro presidente e um dos fundadores do Conselho Federal de Cultura, Josué Montuello, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro, ambos indicados diretamente por Castelo Branco ao cargo.

Segundo um levantamento realizado por Tatyana Maia, entre os anos de 1967 e 1975, quatorze membros do IHGB compunham os quadros do Conselho, sendo eles: Arthur Reis, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Manuel Diégues Júnior, Josué Montello, Djacir Lima Menezes, Raymundo Moniz de Aragão, Renato Soeiro, Clodomir Vianna Moog, Moyses Vellinho, Clarival do Prado Valladares, Miguel Reale, Silvio Meira e Pedro Calmon (MAIA, 2012, p.62).

A circulação e o “trânsito” destes intelectuais entre as duas instituições e a consequente proximidade desses membros do IHGB com as esferas do Estado possivelmente exerceram influência nas decisões do Conselho para os constantes repasses de verbas estatais ao Instituto, como o próprio Instituto reconheceria a articulação feita por Arthur César Ferreira Reis, vice-Presidente do Instituto e Presidente do Conselho Federal de Cultura, considerado pelo Instituto como “um amigo devoto para solucionar as suas dificuldades financeiras, não só de exercícios passados, como do atual” (RIHGB, 1970, p. 214).

A proximidade era tanta que o IHGB chegou a classificar a relação entre as duas instituições como uma “simbiose”, “mantida pela mútua participação de vários dos seus membros”, em um “clima de bom entendimento e no melhor propósito de bem servir a cultura brasileira” (RIHGB, 1979, p.192). A consolidação da bem sucedida relação entre o Instituto Histórico e Geográfico e o Conselho Federal de Cultura está registrada nessa “nota de admiração” do IHGB feita ao Conselho em 1977 e registrada nas páginas da sua revista:

A melhor demonstração dessas relações mantidas no elevado plano da cultura, é a presença de tantos membros mútuos das duas instalações, uma antiga, secular, outra jovem, da maior atualidade. Os mensageiros dessa ambivalência, a trabalharem, patrioticamente, em bem do passado, do presente e do futuro do Brasil, através dos assuntos que diante deles comparecem e pedem solução, tem neste nosso relato, uma continua aprovação em nome da congregação dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB, 1977, p.179).

Como uma relação bilateral, com vias de “mão dupla”, a aproximação da Instituição com o Estado e com o campo político dava-se também através de membros do IHGB que ocupavam cargos políticos ou na máquina administrativa do Estado ou que circulavam nos “salões do poder” em Brasília, como por exemplo, o próprio Presidente do Instituto durante a maior parte desse período, o professor Pedro Calmon.

Com uma longa trajetória na vida política, Pedro Calmon foi secretário particular do ministro da Agricultura no governo Artur Bernardes (1927 - 1930), deputado estadual na Bahia pelo Partido Republicano da Bahia e deputado federal pela legenda da Concentração Autonomista, em 1935. Foi ministro da Educação e Saúde do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1950 - 1951) e comandou interinamente o Ministério da Educação e Cultura durante o governo de Juscelino Kubitschek⁴⁹.

Segundo registro do CPDOC, como Reitor da Universidade de Brasília (UB), Pedro Calmon era considerado um “reitor diplomata”, sabendo superar várias crises estudantis, colocando-se sempre como “mediador entre o governo e os estudantes”. De acordo com seu lema: “paciência com os estudantes e lealdade para com o governo”. Após o golpe de 1964 e a edição do Ato Institucional nº 1, enquanto muitos professores e alunos da universidade foram expulsos ou tiveram os seus direitos políticos cassados, Pedro Calmon dissolveu a diretoria do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco da Faculdade Nacional de Direito).

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Pedro Calmon estreou na tribuna como orador em 1926, sendo eleito sócio efetivo da Instituição em 1931, orador oficial de 1938 a 1968 e Presidente da Instituição a partir de 1968, tornando-se Sócio *Grande-benemérito*. Pedro Calmon ainda seria nomeado vice-presidente do Conselho Federal de Cultura em 1967 e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL)⁵⁰.

Outro sócio do Instituto Histórico e Geográfico e com extensa biografia política é o de José Carlos Macedo Soares. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante um longo período, entre os anos de 1939 e 1968, José Carlos de Macedo Soares foi advogado, industrial, diplomata, sociólogo e historiador, tendo

⁴⁹ In <http://www.historia-brasil.com/bibliografia/pedro-calmon.htm>. Acesso em 25 de Julho de 2016

⁵⁰ In http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedro_calmon Acesso em 25 de Julho de 2016.

destacada atuação na vida pública e no setor privado do país, tendo participado em 1909, da Campanha Civilista, quando apoiou a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República e em 1930 participou do movimento da "Aliança Liberal", que apoiava a candidatura de Getúlio, integrando o primeiro governo provisório paulista como titular da Secretaria do Interior.

Durante o ano de 1932, desempenhou algumas missões diplomáticas na Europa. Ao retornar, elegeu-se deputado federal constituinte por São Paulo em 1933. Em julho de 1934, foi nomeado ministro das Relações Exteriores no governo Constitucional de Getúlio Vargas, em julho de 1937 foi nomeado ministro da Justiça, permanecendo até novembro do mesmo ano. De novembro de 1945 a março de 1947 foi interventor federal no Estado de São Paulo e em novembro de 1955 voltou a dirigir o Ministério das Relações Exteriores, durante a presidência interina de Nereu Ramos, afastando-se do cargo em 1958. Além de presidir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, José Carlos de Macedo Soares foi Presidente do IBGE entre os anos de 1936 a 1951 e 1955 a 1956, da Academia Brasileira de Letras (ABL), entre 1942 e 1943 e da Sociedade Brasileira de Geografia, entre 1945 e 1951⁵¹.

As figuras de Pedro Calmon e de José Carlos de Macedo Soares sintetizam bem a presença e o “trânsito” destes intelectuais de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nas esferas do Estado, não apenas com relação ao Estado autoritário vigente naquele período, visto que os mesmos estavam à frente da instituição nas relações institucionais e políticas com o governo ditatorial, como durante todo o período de atividades da Instituição desde a sua fundação.

Outros dois episódios registrados confirmam a presença e a circulação do Instituto através dos seus representantes nas esferas do Estado autoritário: o primeiro deles, um discurso pronunciado pelo presidente do Instituto Pedro Calmon no Dia Universal dos Direitos Humanos em uma sessão realizada em Brasília no dia 9 de Setembro de 1971 no Ministério das Relações Exteriores, presidida pelo ministro das Relações Exteriores (interino), embaixador Jorge de Carvalho e Silva, contando com a presença do ministro da Justiça, professor Alfredo Buzaid (RIHGB, 1970, p. 317).

O segundo registro da presença de membros do IHGB nos “salões de Brasília” está na Conferência realizada pelo Instituto em homenagem a Santos

⁵¹ In: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/jose-carlos-de-macedo-soares.html>. Acesso em 05 de Agosto de 2016

Dumont ocorrida no salão do Senado Federal (Palácio Monroe) no dia 18 de setembro de 1973, sendo o encarregado pelo pronunciamento na Conferência o representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o confrade Dr. Waldemiro Pimentel (RIHGB, 1973, p. 113).

Em síntese, assim como em outros períodos, a presença de membros e de autoridades do Estado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como visitantes, ingressando no quadro de sócios honorários ou como Presidentes de Honra da Instituição, nos revelam uma relação e uma proximidade entre os membros do Estado autoritário e o IHGB durante a ditadura, inclusive na relação entre o Instituto e o Ministério da Educação e Cultura, na figura do seu ministro e sócio do Instituto Jarbas Passarinho. Como uma relação bilateral, de presença e de circulação entre membros do Instituto e do Estado autoritário, os integrantes do IHGB que ocupavam cargos políticos ou em órgãos vinculados ao Estado, como na composição do Conselho Federal de Cultura, nos indicam uma relação e uma proximidade destes membros do Instituto com as esferas do Estado autoritário durante a ditadura civil militar - para além da nomeação dos seus chefes de Estado à Presidência Honorária do Instituto e dos subsídios de origem estatal repassados ao Instituto durante estes períodos, como veremos a seguir.

3.1 A DITADURA CIVIL MILITAR E O FINANCIAMENTO DO INSTITUTO

Conforme visto no primeiro capítulo, embora não se trate de uma instituição “oficial” do Estado, mas de uma instituição privada e de caráter científico-cultural, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro historicamente necessitou de verbas e subsídios de origens estatais para a sua manutenção e funcionamento, tornando a sua dependência financeira crônica com relação ao Estado. Com o golpe de Estado em 1964 e a implantação do regime ditatorial no país, a política de custeio e de manutenção financeira da Instituição não seria diferente, o IHGB recorreria novamente ao Estado e ao poder público para angariar os recursos necessários para sua a manutenção. Estes pedidos de auxílios financeiros bem como os valores repassados ao Instituto nesse período estão registrados nas atas e balanços financeiros publicados em sua Revista. Os subsídios repassados ao Instituto pelo governo durante a ditadura civil militar eram realizados muitas vezes através de

instituições ligadas ao Estado ou ao próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC), como no caso do Conselho Federal de Cultura.

Como vimos anteriormente, a composição do Conselho Federal de Cultura contava com membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como órgão consultivo do Ministério da Educação e Cultura, a proximidade e a presença destes membros do IHGB na composição do Conselho possivelmente exerceram influência nas decisões para o repasse de verbas ao Instituto.

A “simbiose”, conforme o IHGB definiria a relação entre as duas instituições, certamente seria proveitosa financeiramente para o Instituto: no ano de 1969, dois anos após a fundação do Conselho, seria repassado aos cofres do Instituto uma quantia no valor de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para a manutenção dos “serviços habituais” do Instituto. O valor seria pago em parcelas de NCr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) até chegar ao valor total do repasse aprovado pelo Conselho (RIHGB, 1969, p. 208). Segundo declaração do Instituto à época, as relações entre as duas instituições seriam “as melhores possíveis”. Os agradecimentos feitos ao Conselho seriam constantes nas páginas da sua revista. Conforme nota, devido aos subsídios repassados pelo Conselho, o Instituto poderia continuar “presente entre as instituições culturais do país” (RIHGB, 1970, p. 214).

O ano de 1973 registraria um caso “atípico”, quando “estranhamente” o Instituto “não necessitaria recorrer aos benefícios materiais de verbas concedidos habitualmente pelo Conselho Federal de Cultura”. O motivo: o Ministério da Educação já havia repassado ao Instituto a quantia de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) através de um convênio com o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do MEC destinado à manutenção do Instituto. A medida dever-se-ia, segundo o Instituto, sobretudo graças à “benemerência à sua Excelência Sr. ministro Jarbas Passarinho, nosso Consócio” (RIHGB, 1973, p.123). Neste mesmo ano, o ministro faria uma “demorada visita” ao Instituto (RIHGB, 1973, p.123). O Instituto ainda faria a ressalva de que “nem por ter assim acontecido deixam as relações entre as duas instituições de continuar amistosas”, mas ao contrário, a “parceria” e os convênios entre o Instituto Histórico e Geográfico o Conselho Federal de Cultura continuariam se renovando anualmente, inclusive para a publicação de livros do Instituto⁵² (RIHGB, 1973, p.123). Novamente no que se refere à articulação e a influência dos

⁵² O vice-presidente Pedro Calmon já havia assinado o convênio para a publicação do livro: *La Independência Del Paraguay Y El Imperio Del Brasil*, de R. Antônio Ramos (RIHGB, 1973, p.123).

membros do IHGB em órgãos ligados ao Estado e ao Ministério, faz-se necessário registrar que o diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do Ministério de Educação e Cultura, o professor Manuel Diegues Junior, era membro permanente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB, 1976, p. 283).

No ano seguinte (1974), através do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, o Conselho repassaria ao Instituto a quantia de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) “em função da sua qualidade de órgão difusor da cultura nacional, por sua Sala Pública de leitura e sua Revista, acessível ao público e distribuída às instituições culturais”, acrescido do valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o “pagamento das despesas obrigatórias como pessoal, material de consumo e outras”. O Conselho ainda disponibilizaria de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) para a publicação de livros que “tenham merecido o beneplácito do Instituto” (RIHGB, 1974, p. 161).

Os repasses aprovados pelo Conselho ao IHGB seriam permanentes ao longo de toda a década de 70'. Conforme registrado na Revista do Instituto no ano de 1976, “as relações entre as duas instituições continuam “de forma mais amistosa possível”. Também pudera, entre os anos de 1975 e 1976, o Conselho aprovou repasses ao Instituto no valor de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), (no campo da defesa do patrimônio histórico e artístico), Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para microfilmagens de documentos e Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para a realização do Congresso Comemorativo do Sesquicentenário de Dom Pedro II, além dos subsídios “habituais” para a publicação de livros. Por tudo isso, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “renovaria ao Conselho Federal de Cultura as expressões do seu melhor agradecimento” (RIHGB, 1976, p. 282).

A arrecadação de verbas através de programas e de políticas públicas ligadas a área da educação e da cultura promovidas pelo governo através do Ministério da Educação como para a realização de eventos culturais, comemorações de datas históricas ou realização de congressos temáticos, também foi uma forma utilizada pela Instituição como meio de arrecadação de recursos para financiar as suas atividades. Conforme o balanço da Comissão de Fundos e Orçamentos do ano de 1965 foram repassados ao Instituto pelo governo federal e pelo Estado da Guanabara os valores correspondentes a Cr\$ 9.000.000,00 (nove mil cruzeiros) e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco mil cruzeiros) para a comemoração do bicentenário da

mudança da capital da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro (RIHGB, 1965, p. 205). Havia convênios entre o Instituto e o Estado para a realização de eventos comemorativos de datas históricas, como a realização da Semana da Pátria, ocorrida no ano de 1969 e que contou com o auxílio do Instituto Histórico e Geográfico, merecendo os devidos agradecimentos do Sr. Governador do Estado, Francisco Negrão de Lima (RIHGB, 1971, p. 408).

Todas as prestações de contas do Instituto eram levadas ao conhecimento do Tribunal de Contas da União e do Estado, sendo apresentados também os “respectivos comprovantes”, conforme determinava a legislação vigente da época (RIHGB, 1965, p. 206). Percebe-se que além do constante repasse direto de verbas do Estado autoritário ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - através do Ministério da Educação ou do Conselho Federal de Cultura – eram repassados também auxílios específicos para a realização de eventos culturais e datas festivas, para publicações de livros, manutenções “habituais” do Instituto e para a construção da sua nova sede, bem como a sua completa isenção fiscal. Todos os chefes de Estado da ditadura civil militar garantiram o constante repasse de verbas à instituição, conforme a tabela abaixo:

Tabela 5 - Distribuição dos anos, governos e valores

Ano	Governo	Valores
1965	Castelo Branco	Cr\$ 9.000.000,00
1966	Castelo Branco	Cr\$ 110.000.000,00
1969	Costa e Silva	Cr\$ 150.000.000,00
1973	Médici	Cr\$ 300.000.000,00
1974	Médici	Cr\$ 200.000.000,00
1974	Médici	Cr\$ 90.000.000,00
1975-1976	Ernesto Geisel	Cr\$ 36.000.000,00
1975-1976	Ernesto Geisel	Cr\$ 9.000.000,00

Fonte: Dados da pesquisa. Porto Alegre, 2016.

Como observamos nos números apresentados no gráfico, tem-se um significativo aumento dos valores repassados ao Instituto do segundo para o terceiro ano do governo Castelo Branco, quando esses valores mais que decuplicaram,

ainda que o índice de inflação tenha tido um pequeno aumento de 34,24% em 1965 para 39,12% no ano seguinte⁵³. O aumento é bastante expressivo e revela o prestígio que a Instituição tinha diante do primeiro chefe de Estado do regime ditatorial, neste momento já Presidente de Honra da Instituição; Castelo Branco ainda concederia a isenção fiscal para a nova sede do Instituto.

Os valores repassados ao Instituto durante o governo Costa e Silva seguiram praticamente o mesmo patamar anterior, com um leve aumento de 40.000.000 (quarenta mil cruzeiros), somado ao recuo da inflação naquele período para a casa dos 25,0% no ano de 1969. Lembrando que Instituto teve uma relação bastante próxima com o general Costa e Silva, não por acaso, foi ele quem assinou o decreto que tornou o Instituto Histórico e Geográfico uma instituição de “utilidade pública” e a quem o Instituto se referiria mais tarde como o seu “inesquecível” Presidente de Honra.

O grande aumento dado seria registrado durante o governo do general Médici, que duplicou o valor repassado à Instituição do ano de 1972 para o ano de 1973. No entanto, faz-se necessário ressaltar, boa parte desse valor dizia respeito ao auxílio concedido ao Instituto para a construção da sua nova sede, iniciada nesse período com a aprovação do chefe de Estado. Os valores repassados ao IHGB durante o governo Médici permaneceram altos durante todo o seu governo, em comparação com os seus antecessores, considerando que a inflação havia baixado significativamente nesse período, chegando a 15,54% em 1973 durante o chamado “milagre econômico”, quando o país registrou uma taxa de aumento no PIB de 14%.

Os números traduzem a boa relação do Instituto com o chefe de Estado, general Médici que seria, além de Presidente de Honra do Instituto, o grande responsável pela construção da nova sede da Instituição, e a isto, o Instituto seria eternamente grato ao general Médici, não por acaso, o Instituto declarara estar vivendo um “momento histórico glorioso” nesse período, o que sob o âmbito financeiro da Instituição, justifica-se.

Já o governo de Ernesto Geisel seria marcado por um profundo recuo nos valores repassados ao Instituto, voltando ao valor do primeiro ano do governo Castelo Branco, 9.000.00 (nove mil cruzeiros) no ano de 1976, com a inflação

⁵³ Todos os dados econômicos históricos referentes à inflação e ao PIB utilizados tem como fontes o IGP-DI/FGV (1948-1979), IPCA (inflação oficial/1980-2013), IBGE, BCB-Depec.

duplicada em relação ao ano anterior, chegando à casa dos 46,25%. Casualidade ou não, a diminuição drástica dos recursos durante o governo Geisel coincide com o atraso do chefe de Estado a comparecer ao IHGB para ser empossado como seu Presidente de Honra, subjazendo uma possível perda de prestígio e de reconhecimento da Instituição diante do chefe de Estado.

Interessante observar como os valores repassados ao Instituto em cada um desses períodos coincidem com a proximidade que cada chefe de Estado tinha com a Instituição. Castelo Branco, Costa e Silva e Médici foram, sem dúvidas, os chefes de Estado do regime ditatorial que mais prestigiaram a Instituição ao longo do período em que estiveram à frente do governo, através de gestos simbólicos e subjetivos que demonstravam a importância que a Instituição tinha para eles; assim como a diminuição dos valores repassados durante o governo Geisel coincide com o comparecimento do chefe de Estado com três anos de atraso para ser empossado como Presidente de Honra do Instituto - em uma “rápida visita”, diferentes das “sessões solenes” que empossaram os seus antecessores. Não existem maiores registros de menções, correspondências ou gestos de proximidade entre o chefe de Estado, Ernesto Geisel e o Instituto.

Embora todos os chefes de Estado da ditadura tenham repassado valores e subsídios ao Instituto Histórico e Geográfico, durante o governo do general Médici foram repassados valores em muito superiores aos dos outros chefes de Estado, além do repasse definitivo para a construção da nova sede do Instituto. Alguns dos indícios subjetivos que levaram o general Médici a prestar tamanha relevância e prestígio à Instituição histórica durante o seu governo estão presentes em seu discurso de posse como Presidente Honorário do Instituto, onde o general Médici apresenta uma visão instrumental e pragmática da História, logo do Instituto histórico, afirmando que “não se governa sem a história”, ressaltando o vínculo existente entre “história, geografia e poder”. A história, em sua concepção, fazia parte da “problemática nacional”, cabendo à história e aos historiadores “a sua contribuição para a instrumentação de nossa economia, de nossa sociologia, de nossa ciência política, de uma educação cívica e democrática brasileira” (RIHGB, 1970, p. 317). O general ainda fazia questão de dizer que o seu governo “conta com Instituições docentes e culturais, ligadas à história, e especialmente com este Instituto”. (RIHGB, 1970, p. 319).

Apesar da maior parte das verbas para a manutenção do Instituto ser de origem estatal, a instituição contava também com uma economia e um orçamento interno próprio. Segundo o artigo 15º do regimento interno da Instituição, do ano 1965, formavam os fundos da Instituição: joias de admissão, emolumentos de diplomas e contribuição de sócios, receita resultante da venda da Revista e demais publicações do Instituto e as subvenções concedidas pelo poder público. A tabela de contribuição dos sócios correspondia aos respectivos valores: joia Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros), diploma Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) e mensalidade Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros); doações ao Instituto (RIHGB, 1965 p. 314).

No Artigo 16º, consta que esses fundos seriam aplicados no seu expediente, na reparação e na conservação de sua sede e dos objetos de sua propriedade ou uso; nos vencimentos dos funcionários administrativos; na impressão de suas publicações; nas despesas com congressos; na compra de livros, manuscritos, mapas e peças históricas, etnográficas, filmes e discos e no pagamento dos prêmios criados pelo Instituto (RIHGB, 1965, p. 295).

Em termos financeiros, as taxas cobradas aos sócios do Instituto não representavam grandes valores para a época, visto que o salário mínimo neste ano de 1965 era de Cr\$ 66.000,00⁵⁴ (sessenta e seis mil cruzeiros), ou seja, o valor da mensalidade de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), por exemplo, é simbólico e praticamente irrisório em termos financeiros. O preço da joia de admissibilidade para os membros que ingressavam na Instituição também é um valor baixo, tratando-se de uma sexta parte do salário mínimo, em um período em que a inflação estava relativamente estável, 34,24%, comparado ao ano anterior aonde a inflação chegou à casa dos 92,12%⁵⁵. Isto é, os valores cobrados pela instituição aos seus sócios, desde uma perspectiva econômica histórica, nos revelam mais simbólicos do que necessariamente efetivos para a manutenção da entidade, o que confirma a nossa tese de **insustentabilidade financeira** da Instituição, daí a necessidade de recorrer ao estado e às verbas públicas para a sua manutenção.

Apesar da existência do orçamento interno da Instituição mantido a base de contribuições e doações dos seus sócios, os constantes pedidos e reclamações feitas junto ao poder público por mais verbas, os períodos difíceis pelos quais

⁵⁴ In http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm. Acesso em 20 de Agosto de 2016

⁵⁵ Fonte: IGP-DI/FGV (1948-1979), IPCA (inflação oficial/1980-2013), IBGE, BCB-Depec.

passou a instituição ao longo de sua história, como quando esteve a ponto de “encerrar as atividades”, ou como quando ficou sem uma sede própria, também nos confirma a dependência financeira crônica da Instituição com relação às verbas de origem estatal. Quando o consócio disse que o Instituto “não tinha renda própria”, provavelmente estava se referindo ao fato do IHGB não ser uma instituição autossustentável financeiramente, dependendo majoritariamente das verbas do poder público para realizar as suas atividades.

Embora a maior parte das verbas públicas repassadas ao Instituto procedesse do governo federal, o Instituto também articulava pedidos e recebia subsídios nas esferas estaduais, como no caso do governo e da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, estado onde estava situado o Instituto. No ano de 1964, a deputada Lígia Maria Lessa Bastos (a mesma que proporia o projeto de lei que tornou o IHGB uma instituição de utilidade pública), apresentou à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara o projeto de lei Nº 635 que estabelece “dotação permanente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, onde constam os seguintes termos:

Art. 1º. – O orçamento estadual consignará a verba de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), a ser paga, obrigatoriamente, no primeiro semestre de cada exercício financeiro ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para manutenção e custeio de seus serviços gratuitos em benefício dos pesquisadores, professores e estudiosos (RIHGB, 1964, p. 241)

O projeto foi aprovado e promulgado pelo Presidente da Assembleia deputado Victorino James (UDN) no dia 17 de novembro de 1964, incluindo o IHGB no orçamento do Estado da Guanabara, passando o Instituto a ter o seu repasse de verbas garantido por lei. O Instituto faria questão de agradecer reconhecendo a medida como “o primeiro ato do poder público de estímulo e cooperação para continuar esta instituição a manter seus serviços em benefício do público” (RIHGB, 1964, p. 241).

Interessante observar que, todos os políticos que defenderam projetos de interesses do IHGB nos espaços institucionais eram membros da União Democrática Nacional (UDN), casos da deputada e do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, Maria Lígia Bastos e Victorino James, do deputado José Bonifácio, na Câmara Federal e do governador do Estado da Guanabara e principal

líder do partido, Carlos Lacerda, o que nos indica uma possível articulação de membros do Instituto com quadros políticos da UDN, como um *meio* de representação dos interesses do Instituto nos espaços institucionais, havendo a probabilidade de uma aproximação e um “alinhamento” entre o Instituto e grupos políticos vinculados a União Democrática Nacional, partido de oposição a João Goulart e apoiador do golpe que o destituiu da presidência da República.

Outra questão central de ordem financeira referente ao repasse de verbas e subsídios do governo à Instituição diz respeito à sede da Instituição e ao histórico de realocações e transferências de suas instalações desde a sua fundação nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, passando pelo Paço Imperial ao longo do século XIX e pela necessidade de uma nova instalação a partir da metade do século XX.

Anteriormente ao golpe de 1964 já são registrados pedidos de verbas ao governo federal para a construção de uma nova sede para o Instituto (RIHGB, 1963, p. 259). A União já havia cedido um terreno e um auxílio de oito milhões de cruzeiros concedidos por lei federal em 1955 e posteriormente repassado o valor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), através de lei do ano 1958, para a construção da nova sede do Instituto (RIHGB, 1963, p. 260).

Mesmo com estes auxílios e com o repasse direto de verbas do governo Federal para a construção da nova sede, o Instituto alegava que os valores repassados não eram suficientes, “além da inflação e da subida dos preços que impossibilitavam a realização da obra” (RIHGB, 1963, p. 260). Segundo o Instituto, eram necessários duzentos milhões de cruzeiros para a construção da nova sede, valor em muito superior aos Cr\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de cruzeiros) repassados pelo Estado até então (RIHGB, 1963, p. 261). O Instituto alegava passar por uma grave crise financeira no ano de 1963⁵⁶, sendo a precariedade das suas instalações o principal problema vivido pelo Instituto naquele período:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que desde 21 de Outubro de 1838 mantém abertos seus arquivos aos estudiosos, sua grande biblioteca e sua mapoteca, completa 125 anos de existência, tendo que enfrentar talvez o seu mais sério problema até hoje: falta absoluta de recursos para reiniciar as obras de sua nova sede, que estão paralisadas na segunda laje, enquanto o velho Silogeu em que funcionava já está parcialmente demolido e o que resta ameaça desabar (RIHGB, 1963, p. 259).

⁵⁶ A crise do Instituto e a precariedade das condições de sua sede foram divulgadas em nota pública no jornal O Globo do dia 19 de Outubro de 1963 (RIHGB, 1963, p. 260).

A situação pela qual passava o Instituto era delicada: a nova sede ainda não havia ficado pronta, ou pior, estava com suas obras paralisadas devido à falta de verbas para a sua continuidade e a antiga instalação aonde até então havia funcionado o Instituto estava em processo de “deterioração”, conforme relatado pelo Instituto:

Quem quer que visite as instalações atuais do Instituto, verificará com constrangimento a situação precária em que se encontram, amontoados quadros e mapas preciosos, acumulados bustos e peças históricas de alto valor, retratos e medalhas que dizem muito do nosso passado (RIHGB, 1963, p. 261).

O IHGB enviava reiterados pedidos de verbas e auxílios ao Congresso e ao governo federal alegando que “Instituições como essa não possuem renda própria, dependendo de auxílios do poder público os recursos financeiros para o prosseguimento das obras” (RIHGB, 1963, p. 261). Conforme demonstra este “apelo” do sócio Néelson Costa às autoridades políticas registrado no ano de 1963:

É, pois, uma instituição cultural que enobrece o nosso país, merecendo a compreensão dos legisladores e governadores estaduais, sobretudo, do Congresso Nacional, para que possa continuar a cumprir os seus objetivos cívicos e culturais, mantendo a sua alta finalidade de verdadeira Casa de História Nacional (RIHGB, 1963, p. 262).

Com a demora do repasse de maiores volumes de verbas do governo federal – que já repassava habitualmente três milhões de cruzeiros ao Instituto (RIHGB, 1963, p. 275) – o IHGB decide redirecionar os seus pedidos ao governo do Estado da Guanabara, estado onde estava localizado o Instituto e com o qual a Instituição mantinha boas relações com o seu governador, Carlos Lacerda.

A estratégia daria certo e um repasse no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) foi autorizado pelo governador que justificou tal decisão “pelo muito que essa entidade merece por seus inestimáveis serviços prestados à Cultura” (RIHGB, 1963, p. 376). O agradecimento da Instituição ao governador foi imediato nas palavras do seu *Presidente Perpétuo* José Carlos de Macedo Soares:

E assim procedeu, por iniciativa de Vossa Excelência, que patrioticamente presta dessa maneira inestimável serviço à cultura nacional, atendendo solícitamente ao que lhe fora pedido em janeiro p.p. – É com justo motivo, portanto, que lhe apresento os mais vivos agradecimentos em meu nome e da Instituição, que por mais de 125 anos vem contribuindo para o engrandecimento cultural do Brasil. – Aproveito o ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os protestos de minha mais alta estima e distinta comemoração (RIHGB, 1963, p. 376).

Graças ao repasse de verbas feito pelo Estado da Guanabara as obras da nova sede do Instituto haviam recomeçado. No entanto, em sua antiga sede, um novo “agente perturbador” havia surgido: por decisão judicial, o terreno onde estava situado o Instituto voltaria a sua antiga doadora, a Província Carmelitana Fluminense que agia, conforme o Instituto, como um “ambicioso latifundiário urbano, a ampliar o seu patrimônio territorial, à custa de uma instituição de cultura, destituída de intuítos lucrativos” (RIHGB, 1963, p. 246).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia sido despejado da sua antiga sede e do espaço territorial onde a mesma situava-se. O Instituto alegava que o despejo ia “contra os seus direitos”, pois havia se tornado proprietário do imóvel mediante escritura lavrada em Procuradoria da Fazenda Nacional, e registrada no Tribunal de Contas da União em 26 de Fevereiro de 1957 (RIHGB, 1964, p. 243).

Em meio à crise financeira e o despejo da sua antiga sede, bem como a condenação a demolição parcial do seu antigo prédio “imposta por exigências da remodelação urbanística”, o IHGB encontrava-se em meio a “embaraços e contratempos” (RIHGB, 1964, p. 242), como a paralisação das obras da sua nova sede, novamente em função da ausência de recursos financeiros e a ocorrência de um “acidente nocivo” no prédio da antiga sede do Instituto, registrado na Revista do Instituto naquele ano (1966), demonstrando a urgência de uma nova instalação para a Instituição (RIHGB, 1966, p. 165). O “acidente” ocorrido e relatado no ano de 1966 tratava-se de uma infiltração de água no depósito destinado ao armazenamento da Revista do Instituto, localizado no edifício da sua sede:

A catástrofe de janeiro de 1966 surpreendeu-nos com a infiltração d’água no depósito em grande quantidade e altura, que devido à dedicação dos funcionários do IHGB e dos operários da obra da nova sede, conseguimos esvaziar, impedindo maiores e graves danos. Os prejuízos sofridos alertam-nos quanto a possíveis repetições da infiltração d’água, pois, na segunda enchente deste ano, embora menor, ela repetiu-se. Assim sendo, é indispensável a retirada dos volumes da parte baixa para outro local (APUD LUZES, 2014, p. 11)⁵⁷.

⁵⁷ Processo 20.357/67. Carta de Adelaide Morosini Alba ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em 14 de Abril de 1967.

O IHGB recorreria novamente ao Poder Público para sair da crise e ainda esperava a aprovação do projeto apresentado, em 1959, à Câmara Federal pelo deputado José Bonifácio (UDN) que disporia ao Instituto um auxílio no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para a construção de sua sede. O projeto estaria parado na Câmara, segundo o IHGB, devido à ausência de apoio dos pares do deputado e em função da sobrecarga de emendas que tornam o projeto “ineficaz”. Diante de tal situação, o IHGB recorreria a estabelecimentos privados de créditos para tentar sanar a sua crise e reativar as obras de sua nova sede (RIHGB, 1964, p. 244).

A situação começaria a mudar a partir de 1964, mais especificamente em 1966, durante o governo do marechal Castelo Branco. Os fatos e as constantes exigências do Instituto para com o Poder Público da necessidade de mais verbas para a continuação da construção da sua nova sede surtiriam efeito no governo Castelo Branco, que emitiu o decreto de Nº 58.763 na data de 28 de Junho de 1966 que o definia nos seguintes termos:

Abre ao Ministério da Educação e Cultura o Crédito especial de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso 1 da Constituição Federal e da autorização contida na Lei. N. 4.927, de 17 de Fevereiro de 1966 e, tendo ouvido o Tribunal de Contas da União nos termos do art. 93, do Regulamento Geral da Contabilidade Pública. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário. Brasília, 28 de Junho de 1966, 145 da Independência e 78 da República. – H. Castelo Branco (RIHGB, 1966, p. 273).

O primeiro chefe do Estado após o golpe, o marechal Humberto Castelo Branco repassava o considerável valor de Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros) para a construção da nova sede do Instituto, do qual, faz-se necessário ressaltar, o mesmo já era seu Presidente de Honra. Para “coroar” o reconhecimento por parte das autoridades políticas e do chefe de Estado da ditadura para com a Instituição, foi-lhe concedida, nesta mesma ocasião, a isenção completa do imposto de renda para a sua nova sede, medida homologada pelo diretor do Ministério da Fazenda através do processo Nº 89.782-66. A leitura da medida foi “vivamente aplaudida” pelos sócios nos salões do Instituto (RIHGB, 1966, p. 186).

No entanto, dois anos após a medida, estranhamente o IHGB continuaria a reclamar da ausência de verbas para a conclusão de sua obra que, segundo o

Instituto, “não tem sido um mar de rosas” pelo mesmo motivo de sempre: “a falta de recursos”. As obras da nova sede encontravam-se paralisadas no decorrer do ano de 1969 (RIHGB, 1968, p. 190).

O Instituto atuaria em duas frentes para tentar resolver o impasse: uma com o professor Morales de Los Rios Filho, visando resolver o problema em escala federal e uma outra frente com o professor Pedro Calmon, articulando uma solução com o governo estadual (RIHGB, 1969, p. 207). A solução para o impasse envolvendo a nova sede do Instituto viria um ano mais tarde durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, em 1970, simultaneamente a posse do general Médici como Presidente Honorário do IHGB e a eleição do ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho como Sócio Honorário do Instituto (RIHGB, 1970, p. 210-211).

Quando na ocasião da posse do general Médici como Presidente de Honra do Instituto, o seu presidente Pedro Calmon aproveitou a oportunidade para pedir pessoalmente ao chefe do executivo a ajuda financeira necessária para a conclusão da nova sede:

O instituto desejaria ter recebido V. Ex. num palácio que estivesse ao mesmo tempo à altura de tão ilustre confrade, e lhe oferecesse a tranquila certeza de que esse precioso recheio de cultura estaria convenientemente preservado para as gerações futuras - que tal é o dever da instituição. Por isso, confiante na superior e generosa compreensão de V. Ex. no sentido de que lhe sejam facilitados os meios de terminar a sua nova sede, cuja construção, iniciada em terrenos cedidos por governos anteriores ao de V. Ex., e por eles custeada, o tem sido com dotações infelizmente insuficientes, e de tal modo que, se a construção prosseguir no mesmo ritmo, em 15 anos não estará terminada (RIHGB, 1971, p. 102).

O instituto alegava entender as "contingências do momento presente" (referindo-se ao momento econômico do país) e elogiaria o governo do general Médici e os seus "propósitos de contenção de despesas do governo", que "patrioticamente luta sem esmorecimento e já com admirável êxito, contra a inflação" (RIHGB, 1971, p. 102).

O general Médici acolheu o pedido feito pela Instituição e havia se comprometido a liberar os recursos necessários para a conclusão da nova sede do Instituto. O agradecimento e o convite da Instituição para a inauguração da nova sede estão registrados em um “telegrama histórico” enviado pelo presidente do Instituto Pedro Calmon ao chefe de Estado:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na primeira Assembleia depois audiência por Vossa excelência concedida à Diretoria vem apresentar a Vossa Excelência, Presidente de Honra da nossa venerada Casa, sinceros agradecimentos pela generosa acolhida e solução dada à aspiração do Instituto de concluir as obras do edifício para suas preciosas coleções e atividades cívicas com esperança patriótica possam ser inauguradas por Vossa Excelência em 7 de setembro de 1972 sesquicentenário da Independência. Atenciosas homenagens Pedro Calmon (RIHGB, 1970, p. 215).

O sócio Mozart Monteiro se encarregaria de fazer um levantamento histórico das sedes ocupadas pelo Instituto ao longo da sua história. Conforme o sócio, o Instituto, que é hoje “uma das mais antigas e importantes instituições culturais, não apenas do Brasil, mas de toda a América”, e com todo o seu “prestígio cultural”, nunca teve ao longo dos seus 133 anos de existência, uma sede “condigna” com o tamanho e a importância da Instituição, “nem no Império, nem na República” (RIHGB, 1971, p. 96).

A Instituição, segundo Monteiro, “nunca teve renda própria” e os seus sócios e dirigentes “nunca receberam um real pelo seu trabalho”. O IHGB sempre foi “a grande Casa da História do Brasil; sempre foi glorioso, mas também foi sempre pobre”. Finalmente, depois de todos esses anos “mal instalados” o Instituto poderia ter uma sede condizente com o tamanho e o prestígio da Instituição, um prédio “adequado às necessidades do Instituto” ao qual poderiam chamar de “Palácio da História” (RIHGB, 1971, p. 97).

Os agradecimentos, congratulações e louvores “ao patriotismo e a visão”⁵⁸ do general Médici pela liberação das verbas necessárias para a construção da sua nova sede seriam constantes durante aquele ano nos salões Instituto:

Hoje, como historiador, quero fazer justiça ao Presidente Médici. Deus permita que, no próximo ano, durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência, ele inaugure, pessoal e festivamente, o Palácio da História do Brasil. Acima da justiça da História, só existe a justiça divina (RIHGB, 1971, p. 96).

A nova sede do Instituto foi inaugurada no dia 5 de Setembro de 1972 pelo então chefe de Estado do regime ditatorial, Emílio Garrastazu Médici, com o comparecimento quase integral dos sócios e congressistas, registrado em uma “nota

⁵⁸ “Graças ao patriotismo e a visão do Presidente Médici, as obras de construção do novo edifício do Instituto Histórico – abandonadas durante sete anos – já recomeçaram; e estão marchando a passos largos.” (RIHGB, 1971, p. 96).

festiva”, que corresponde ao “estado d’alma comum a todos os sócios” (RIHGB, 1972, p. 243). O agradecimento ao general Médici seria eterno e o seu nome ficaria “desde o presente momento, para sempre, entre os grandes beneméritos do Instituto, ao lado de Dom Pedro II” (RIHGB, 1971, p. 121). O chefe de Estado seria premiado naquela ocasião com uma medalha de ouro do Presidente do Instituto Pedro Calmon (RIHGB, 1972, p. 257). Os elogios se estenderiam ao “esclarecido” ministro da Educação, o senador Jarbas Passarinho, “que tem feito das questões de cultura um dos objetivos principais da sua linha de ação” (RIHGB, 1971, p. 122).

Após passar por um período crítico com crises orçamentárias e de ausência de uma sede para a realização de suas atividades, o Instituto contava agora com uma nova sede, com doze andares e com total isenção fiscal, com as “bênçãos” do ditador Emílio Garrastazu Médici. Talvez isso explique o porquê da declaração, feita um ano mais tarde (1973), de que o IHGB passava por um "momento histórico glorioso" - no auge do regime ditatorial em nosso país.

3.2 OS GENERAIS COMO PRESIDENTES DE HONRA DO INSTITUTO

Conforme vimos, historicamente o título de Presidentes Honorários do Instituto Histórico e Geográfico foi conferido às autoridades políticas máximas do país: ao Imperador Dom Pedro II e aos soberanos e príncipes estrangeiros durante o regime monárquico e redirecionado aos “chefes de Estado” em uma adaptação ao período republicano. Com raras exceções, todos os chefes de Estado que assumiram os seus cargos permanentemente foram empossados como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁵⁹.

A partir da reforma realizada em 1912 nos estatutos da Instituição referentes à categoria da Presidência Honorária do Instituto, o título passa a ser conferido aos “Chefes de Estado” da nação, portanto, não fazendo qualquer distinção a respeito da natureza ou a espécie do regime político, ficando-se subentendido que, com viés democrático ou autoritário, o “Chefe de Estado” da nação seria nomeado Presidente Honorário do Instituto. Sendo assim, era de se esperar, a partir do que diziam os seus estatutos, que o Instituto Histórico e Geográfico nomeasse os chefes de Estado

⁵⁹ Entre os chefes de Estado que não assumiram a Presidência Honorária do Instituto estão: Floriano Peixoto, Jânio Quadros, João Goulart, Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Com a exceção dos que ocuparam o cargo interinamente ou não chegaram a tomar posse como presidentes.

da ditadura civil militar (1964-1985) como seus Presidentes de Honra. Em nenhum momento o Instituto questionaria a legitimidade destes chefes de Estado durante o regime ditatorial, mas ao contrário, contribuiria para legitimá-los enquanto “Presidentes da República” ao nomeá-los como Presidentes de Honra do Instituto.

No mesmo ano do golpe e da destituição do presidente João Goulart, o Instituto já indicaria o primeiro chefe de Estado do regime ditatorial, o marechal Humberto Castelo Branco à Presidência Honorária da Instituição. A indicação feita pelo secretário Virgílio Correia Filho e subscrita por 46 sócios não dependia de votação para ser aprovada (conforme determinava o artigo 29º dos estatutos) e assim foi declarada pelo embaixador do Instituto José Carlos de Macedo Soares (RIHGB, 1964, p. 262, 264): “Ao congratular-se com o instituto por ter proclamado as qualidades intelectuais e morais de quem bem merece a homenagem especial que lhe prestou a centenária instituição, ao admiti-lo em seu convívio, como presidente honorário” (RIHGB, 1964, p. 264).

Conforme registrado naquela ocasião, o general Jaguaribe de Mattos em “eloquente comentário” sobre a “expressiva decisão” da indicação do marechal Castelo Branco, “realçou-lhe a significação que distinguiu douto cultor das letras históricas e cidadão que sabe cumprir as normas do dever, com admirável integridade” (RIHGB, 1964, p. 264). Segundo o orador oficial do Instituto naquela ocasião, professor Pedro Calmon, “se hoje não recebesse o Instituto como o seu Presidente, recebê-lo-ia amanhã como um dos seus mais distintos consócios” (RIHGB, 1964, p. 285).

Como se verá, a nomeação destes chefes de Estado como Presidentes de Honra do Instituto iria muito além de um gesto protocolar, mas envolveria leituras biográficas dos generais, análises políticas e de conjuntura, congratulações e elogios aos chefes de Estado e aos seus respectivos governos. A aproximação do Instituto com os novos dirigentes do Estado autoritário se daria logo após o golpe, através do título de Presidentes Honorários do Instituto funcionando novamente como uma “ponte” entre o Instituto e a esfera política e do Estado.

O marechal Castelo Branco seria empossado Presidente Honorário do Instituto já no ano de 1964, em uma cerimônia nos salões do Instituto que, além de contar com a presença do próprio chefe de Estado, teve a presença do chefe da Casa Civil do governo Castelo Branco, ministros de Estado, generais, almirantes e brigadeiros, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara,

deputados e embaixadores. Na ocasião, foram pronunciados discursos dos oradores oficiais do IHGB e do próprio Castelo Branco (RIHGB, 1964, p. 314).

Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, faria questão de ressaltar que a indicação de Castelo Branco à Presidência Honorária do Instituto havia sido aprovada por “unanimidade do plenário” (RIHGB, 1964, p. 284), estranhamente, pois, até aquele ano, não havia a necessidade de votação dos sócios do IHGB para a indicação do Presidente Honorário. Provavelmente, o orador estava se referindo aos 45 membros do Instituto que subscreveram a proposta de indicação de Castelo Branco à Presidência Honorária do Instituto.

Apenas com a reforma dos estatutos realizada no ano de 1965 é que a indicação à Presidência Honorária do Instituto passaria a exigir a aprovação majoritária dos seus sócios, mediante processo de indicação e de votação sigilosa. Conforme o Art. 4º da reforma “o título de Presidente Honorário somente será concedido por deliberação de Assembleia-Geral, em escrutínio secreto, a chefe de Estado ou a ex-presidente do Instituto, sendo favoráveis quatro quintos dos votos apurados” (RIHGB, 1965, p. 292).

Essa reforma marcaria uma inflexão nos estatutos do Instituto no que se refere à categoria de Presidentes Honorários da Instituição: pela primeira vez a nomeação dos chefes de Estado à Presidência de Honra do Instituto passaria pelo “crivo” dos seus sócios, e não mais como uma indicação “automática” dos chefes de Estado à Presidência Honorária da Instituição, como havia ocorrido ao longo de toda a sua história.

A mudança estatutária pode indicar a existência de possíveis divergências entre os membros do Instituto quanto à nomeação dos chefes de Estado do regime ditatorial à Presidência Honorária da Instituição. O caráter sigiloso e a necessidade da ampla maioria dos votos serem favoráveis às indicações também nos dão indícios nesse sentido. A partir da reforma, nem todos os sócios do Instituto estariam comprometidos com a indicação dos chefes de Estado da ditadura à Presidência de Honra do Instituto.

O Artigo (5.º) seguinte da mesma reforma, parece corroborar com a tese de possíveis divergências entre os sócios do IHGB quanto à nomeação dos chefes de Estado da ditadura à Presidência Honorária do Instituto ou mesmo com relação aos pronunciamentos\posicionamentos com tendências favoráveis às biografias pessoais e políticas desses chefes de estado ou ao regime ditatorial do qual eram a

autoridade máxima. Conforme o artigo: “os sócios não respondem, direta ou subsidiariamente, pelos atos praticados em nome do Instituto” (RIHGB, 1965, p. 292).

O que a reforma propõe e estabelece é que, nem todos os membros da Instituição concordam ou avalizam os posicionamentos ou as opiniões emitidas “em nome” da Instituição. A relação e mesmo o apoio do Instituto ao regime e aos seus chefes de Estado não implicaria, a partir dessa mudança nos estatutos, no apoio da totalidade dos seus sócios.

É preciso ressaltar que, quando um membro do Instituto manifesta-se, na posição de *orador oficial* ou como presidente do Instituto, não o está fazendo de maneira “isolada”, ou emitindo apenas uma opinião pessoal, mas representando e “falando em nome” da Instituição, e, portanto, fundamentando-a como uma posição\opinião do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Entre as já mencionadas “permanências” em meio às mudanças pelas quais o Instituto passou ao longo de sua história, faz-se oportuno notar um artigo na reforma dos estatutos de 1965 que previa “a presença de um retrato do Imperador no salão do Instituto” como “homenagem permanente ao Imperador Dom Pedro II, sob cujo patrocínio foi criado e desenvolvido o Instituto” (RIHGB, 1965, p. 296). Mais de um século após a sua fundação, o Instituto mantinha suas homenagens ao “eterno protetor” do Instituto, o Imperador Dom Pedro II.

Com a sucessão no governo após a saída de Castelo Branco e a posse de Arthur da Costa e Silva, o novo chefe de Estado do regime ditatorial seria nomeado e empossado naquele mesmo ano como Presidente Honorário do IHGB, em sessão realizada no dia 25 de Agosto de 1967 e noticiada nas atas da Revista do Instituto (RIHGB, 1967, p. 175).

O novo comandante à frente do estado autoritário, em um período que ficaria conhecido pelo aumento da repressão e pela instituição do Ato-institucional N.5, compareceria aos salões do IHGB para receber o título de Presidente Honorário do Instituto. Na ocasião, o general recebeu homenagens e discursos em sua referência e também pronunciou um discurso aos sócios presentes naquela ocasião, entre os quais estavam os ministros de Estado do seu governo (RIHGB, 1967, p. 180-184).

Na ocasião, o orador oficial do Instituto Pedro Calmon faria questão de ressaltar que a nomeação de Costa e Silva como Presidente Honorário do Instituto não se tratava de um simples “protocolo” ou mero cumprimento do que estava

previsto nos estatutos da Instituição. Era mais do que isso – e aqui entra a subjetividade política do Instituto, para além do gesto simbólico da nomeação:

Constitui uma tradição – e representa uma admirável circunstância – erigir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o chefe de Estado em seu Presidente Honorário. Não é uma rotina: é uma chancela respeitosa do Poder espiritual à confiança que deposita a Nação no seu mandatário. Porque os chefes de Estado que o têm presidido aqui não chegaram com títulos usurpados ou precários. Representavam, como Vossa Excelência representa – a autoridade revestida da mais serena, da mais convincente, da mais duradoura das formas do poder político: a legitimidade (RIHGB, 1967, p. 177).

O orador oficial do IHGB estava literalmente defendendo a legitimidade do governo de Costa e Silva, o segundo chefe de Estado do regime ditatorial e que um ano mais tarde decretaria o Ato Institucional Nº 5. Calmon estava convencido da legitimidade e da legalidade do chefe de Estado, que segundo o orador, não teria chegado ao comando máximo do executivo com “títulos usurpados ou precários”, mas dentro da “linha da legalidade constituída” (RIHGB, 1967, p. 177).

Considerando a ressalva feita na reforma dos estatutos, de que “os sócios não respondem pelos atos praticados pelo Instituto”, é possível que tenha havido discordâncias no Instituto quando à nomeação ou com referência aos elogios feitos ao chefe de Estado, no entanto, como orador oficial do Instituto naquela ocasião, Pedro Calmon pronunciava-se em nome da Instituição enquanto defendia a legalidade e a legitimidade do governo Costa e Silva. Como instituição da sociedade civil, o IHGB contribuía dessa forma para a legitimação do regime ditatorial diante da sociedade.

Outro fato que demonstra como a relação entre o Instituto e general Costa e Silva iria muito além da nomeação do chefe de Estado como seu Presidente Honorário é a presença de membros do IHGB no velório de Costa e Silva quando do seu falecimento, em 1969. O Instituto faria uma homenagem ao seu “inesquecível presidente de honra” em um discurso proferido por Pedro Calmon que “exprimiu a saudade desta Casa pelo estadista que não falhou às promessas aqui feitas por ocasião de sua posse solene.” (RIHGB, 1970, p. 292). Segundo Calmon, o IHGB não poderia “furtar o dever” de “consignar a sua homenagem”:

Estas paredes ainda guardam o eco de suas graves palavras pronunciadas a 25 de agosto de 1967. Não eram simples cortesias formais. Eram compromisso de patriota sincero, conhecedor de nossa atividade cuja importância sabia avaliar. A prova é que na primeira vez em que tivemos de apelar para a sua autoridade para solucionar problemas de nossa manutenção, a solução veio rápida e decisiva. Honra lhe seja. (RIHGB, 1970, p. 292).

Pedro Calmon ainda fazia durante o seu discurso uma pequena análise biográfica e política do General Costa e Silva:

Fiel cumpridor dos deveres profissionais e cívicos que desempenhou sempre com galhardia, o Marechal Arthur da Costa e Silva tombou fulminado em momento delicadíssimo de sua ação política. Encarnou dignamente o espírito do movimento que transformou politicamente o País em 1964. Os atos fundamentais desse movimento trazem o seu nome, como o maior responsável pelas decisões tomadas em nome das forças armadas. Como chefe da Nação prosseguiu sem desfalecimento na direção que assumira como chefe do comando militar e como Ministro do Exército. As circunstâncias dramáticas em que se encerrou o seu ciclo de governo consternaram a Nação. O Instituto não falhou no cumprimento de seu dever. Pela sua diretoria compareceu ao velório e acompanhou o féretro de seu chefe honorário e benfeitor (RIHGB, 1970, p. 292).

Como se vê, o próprio IHGB fazia questão de ressaltar que a nomeação do chefe de Estado Costa e Silva à Presidência Honorária do Instituto não se tratava de uma “rotina” ou mera “cortesia formal”, a relação do Instituto com o segundo chefe de Estado do regime ditatorial foi além das formalidades e do cumprimento dos estatutos estendendo-se a presença do general nos salões do Instituto, às declarações elogiosas à sua biografia, aos comentários favoráveis ao seu governo, ao constante repasse de verbas feitos ao Instituto e ao gesto simbólico da presença de membros do Instituto no velório do general Costa e Silva, o seu “inesquecível Presidente de Honra” (RIHGB, 1970, p. 291).

Se a relação do Instituto com os dois primeiros chefes de Estados da ditadura Humberto Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva já haviam sido bem sucedidas, a proximidade e a relação com o próximo chefe de Estado, o general Emílio Garrastazu Médici, seria ainda melhor e mais “proveitosa” para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobretudo nos aspectos financeiros.

Com o afastamento do general Costa e Silva devido a problemas de saúde, uma junta militar constituída pelos três ministros militares impediu a posse do vice Pedro Aleixo e organizou uma eleição entre a alta oficialidade onde foi escolhido o nome do general Emílio Garrastazu Médici para assumir o governo. O general Médici assumiu em 1970 como o terceiro chefe de Estado do regime ditatorial.

Em sessão solene realizada no dia 3 de Junho de 1970 (mesmo em que assumia o governo), o general Médici tomava posse como Presidente Honorário do Instituto (RIHGB, 1970, p. 321). O comparecimento aos salões do Instituto e a tomada de posse dos chefes de Estado simultaneamente ao ano em que assumiam o comando do governo demonstra o prestígio e o reconhecimento que a Instituição tinha por parte das maiores autoridades políticas do país - assim como durante toda a sua história. Coube ao orador oficial Pedro Calmon realizar o discurso de posse e de homenagem ao general Médici, mais uma vez ressaltando não tratar-se de uma obrigação à nomeação do chefe de Estado como Presidente Honorário do Instituto: “[...] direi por fim, em nome do Instituto que o elegeu seu Presidente de Honra – que já aqui devia estar o general Emilio Médici na categoria dos sócios honorários” (RIHGB, 1970, p. 315).

Na ocasião, além do discurso do orador oficial, Pedro Calmon, marcado por elogios à biografia do novo chefe de Estado, o general Médici também pronunciaria um discurso de agradecimento e de exposição das suas ideias a respeito da História e da Geografia assim como uma análise da conjuntura política e social do país naquele momento (RIHGB, 1970, p. 316). A sessão ficaria registrada nas atas do Instituto como revestida do “maior brilho social e cultural”, e o discurso do general Médici como “da maior significação para a vida da nossa instituição” (RIHGB, 1970, p. 211).

No ano seguinte, o Instituto enviaria uma correspondência ao general Médici novamente agradecendo a presença e o reconhecimento do chefe de Estado ao comparecer pessoalmente ao Instituto para assumir a sua Presidência Honorária:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro agradece a V. Ex. a honra que lhe concedeu comparecendo a esta Casa para receber o diploma de Presidente Honorário da Instituição. Com esse gesto reforçou V. Ex. a tradição iniciada por D. Pedro II, que dignificou o Instituto a meio milhar de sessões, tradição continuada por muitos presidentes da República, ate os dois ilustres antecessores de V. Ex., os marechais Humberto de Alencar Castelo Branco e Artur da Costa e Silva, seus companheiros de armas que aqui se uniram a tantos outros ilustres militares que integram o colegiado. Com a sua vinda a esta Casa e com a oração densa de conteúdo e larga de visão que aqui pronunciou, em resposta aquela com que foi saudado, deu V. Ex. mais uma demonstração de quanto se empenha em prestigiar a cultura nos dois setores em que se pratica a cultura nesta Casa: o geográfico e o histórico (RIHGB, 1971, p. 101).

Este seria a primeira de muitas correspondências trocadas entre o Instituto e o chefe de Estado. O então, e agora Presidente do Instituto, Pedro Calmon, enviava

telegramas frequentemente ao chefe de Estado, principalmente durante a construção da nova sede do Instituto, ora pedindo a liberação de verbas e agradecendo os repasses feitos ao instituto, ora convidando o general para comparecer ao Instituto, como na ocasião da inauguração da sua nova sede ou mesmo na ocasião do aniversário de Médici, quando Pedro Calmon enviou um telegrama felicitando o chefe de Estado:

S. Excelência Presidente Emílio Garrastazu Médici – Palácio Planalto – Brasília – Distrito Federal. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro apresenta atenciosas homenagens seu Presidente de Honra ocasião feliz aniversário em que pedimos Deus todas felicidades grande benfeitor desta Casa pt Respeitosamente – Pedro Calmon, Presidente (RIHGB, 1972, p. 327).

O telegrama de agradecimento seria prontamente respondido pelo (ou em nome do) chefe de Estado, general Médici: “Pedro Calmon. Presidente Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Agradeço lembrança cumprimentar-me motivo transcurso data meu aniversário natalício pt – Emílio Garrastazu Médici vg Presidente da República” (RIHGB, 1972, p. 327).

Como visto anteriormente, a relação próxima do IHGB com o chefe de Estado traria vantagens financeiras ao Instituto, como os constantes repasses de verbas do Estado feitos à instituição (via MEC ou CFC) e a liberação das verbas necessárias para a construção de uma nova sede - “graças ao Presidente Médici”, que deixará o seu nome “entre os grandes beneméritos deste instituto”.

Não bastassem todos os benefícios concedidos ao Instituto pelo governo Médici, o IHGB ainda teria outro motivo para agradecer o chefe de Estado: o repatriamento dos restos mortais do imperador Dom Pedro I, o “patriarca” da Independência (RIHGB, 1972, p. 250).

Em uma sessão solene realizada no dia 27 de abril de 1972, tomava posse como Presidente de Honra do Instituto o Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, então presidente de Portugal⁶⁰. Na ocasião, o orador e presidente do Instituto Pedro Calmon mencionou em seu discurso o atendimento do pedido feito

⁶⁰ Américo Deus Rodrigues Thomaz foi um político e militar português e o último presidente do Estado Novo em Portugal. O período de seu governo vai de 9 de Agosto de 1958 até 25 de Abril de 1974, quando seu terceiro mandato seria interrompido pelo Movimento Revolucionário do 25 de Abril. Foi detido e conduzido para a ilha da Madeira. Demitido da Marinha, exilou-se no Brasil, regressando a Portugal apenas em 1980.

In: <http://www.hidrografico.pt/americo-rodrigues-thomaz-1894-1987.php>. Acesso em 15 de Setembro de 2016

pelo general Médici ao presidente Português sobre a repatriação dos restos mortais do Imperador Dom Pedro I:

Quando respondeu e correspondeu, ao apelo do Presidente Emílio Garrastazu Médici – Presidente de Honra deste Instituto, confiando à guarda da Nação brasileira os despojos mortais do fundador do Império, com o complemento cativante de vir trazê-los; para que conhecêssemos na sua extensão e no seu significado a importância e a beleza da oblata, senão a profundidade e o sentido do sacrifício (RIHGB, 1972, p. 250).

O presidente de Portugal, em seu discurso de posse, também mencionaria o pedido feito por Médici e os motivos pelos quais o teriam levado a aceitá-lo, abdicando da presença dos restos mortais de Dom Pedro no Panteão de São Vicente, em Portugal:

Na comunicação feita pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da minha indicação para Presidente de Honra do Instituto, foi posto em relevo o gesto do Governo português, cedendo ao Brasil os restos mortais do Príncipe heroico, o vosso Imperador e Rei de Portugal, D. Pedro IV. A mensagem do Presidente Médici, permito-me dizê-lo, tocou profundamente a sensibilidade portuguesa. Se desfalcava o panteão de São Vicente, povoado de tantas memórias vinculadas à civilização lusíada, permitiu conduzir ao monumento do Ipiranga o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. Lá era um, ali será único, e insubstituível. Um português, um brasileiro, eis o que foi DOM PEDRO DE ALCÂNTARA: brasileiro, continuando a política de integridade do Brasil, dos Reis do seu sangue, digno herdeiro de DOM JOÃO I: português, dando a vida por essa união efetiva, que não consistia na dependência, mas na igualdade; na igualdade da soberania, sem relegar os laços de família que as fazem irmãs: ambas formadas pela alma lusíada (RIHGB, 1972, p. 252).

Para o IHGB, a repatriação dos restos mortais de Dom Pedro I tinha um significado rememorativo na construção da narrativa histórica fundadora da nação e da nacionalidade brasileira durante os primórdios da Instituição, e a isto, o Instituto também deveria agradecer ao chefe de Estado e seu Presidente de Honra, o general Médici, ao qual, em uma das cartas de agradecimento o Instituto desejava os “votos pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e êxito do seu governo” (RIHGB, 1971, p. 121). Entende-se agora, porque, mesmo com o país vivendo sob um regime ditatorial, com o aumento da repressão e da censura, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dizia-se passar por um “momento histórico glorioso”.

Com a sucessão dos chefes de Estados e a posse do general Ernesto Geisel ao comando do Estado em 1974, o Instituto encaminharia a sua indicação e nomeação a Presidência Honorária do Instituto, o que ocorreria apenas três anos mais tarde com a visita do general aos salões do Instituto. A posse do general Geisel ocorreu no dia 13 de dezembro de 1977 com a visita do chefe de Estado ao Instituto, acompanhado do seu ministro chefe da Casa Militar, o general Hugo de Andrade Abreu e do governador do Rio de Janeiro, almirante Floriano Peixoto Faria Lima (RIHGB, 1977, p. 245).

O general foi recebido pelo presidente Pedro Calmon e pela diretoria do Instituto que apresentaram as instalações e o acervo da Instituição ao chefe de Estado que se mostrava “deveras interessado por tudo que lhe era dado observar, revelando sempre atenção pelo que via e ouvia”. Foram-lhe apresentados entre os documentos pertencentes à biblioteca e ao “valiosíssimo” acervo do Instituto, o título de sócio do Instituto do “Conde” Duque de Caxias, os arquivos do General Osório e do presidente Epitácio Pessoa e um exemplar de *Os Lusíadas*, que pertenceu ao próprio Luís de Camões, trazendo a assinatura autografada do poeta (RIHGB, 1977, p. 246).

Convidado para sentar-se na mesa de carvalho, assinou o termo de posse como Presidente Honorário do IHGB, sendo eleito por unanimidade pela Assembleia-Geral realizada em 17 de julho de 1974 (RIHGB, 1977, p. 245). Antes de deixar a sede do Instituto, o chefe de Estado, “no único pronunciamento que fez durante os cinco dias de sua movimentada permanência na cidade do Rio de Janeiro”, dirigiu-se à diretoria e aos demais membros do IHGB e proferiu um discurso “de improviso” (RIHGB, 1977, p. 246). Depois de ter permanecido “bem mais do dobro do tempo que estava previsto em sua agenda”, Geisel retirou-se acompanhado pelo presidente Pedro Calmon e demais sócios do Instituto “visivelmente satisfeito com a visita” (RIHGB, 1977, p. 252).

Em comparação às cerimônias anteriores dos chefes de Estado do regime ditatorial, a posse do general Geisel não foi realizada em “sessão solene” como na dos seus antecessores, mas na ocasião da visita do general ao Instituto, em uma sessão sem maiores protocolos e somente três anos após Geisel assumir como chefe de Estado - diferentemente de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, que compareceram e foram nomeados no mesmo ano em que assumiam o governo.

Outro registro importante é que pela primeira vez não houve discursos por parte do Instituto ao novo Presidente de Honra General Geisel.

Diferentemente do último chefe de Estado do regime ditatorial, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que assumiu o governo em 1979 e no mesmo ano compareceu aos salões do Instituto para tomar posse como Presidente de Honra do IHGB. A Sessão aconteceu no dia 15 de novembro onde foi aberta uma “sessão solene” destinada à tomada de posse do chefe de Estado à Presidência Honorária do Instituto, eleito por unanimidade em Assembleia realizada no dia 12 de setembro daquele mesmo ano (RIHGB, 1979, p. 199).

O presidente Pedro Calmon pronunciaria “de improviso” um “eloquente discurso”, saudando o general Figueiredo e ressaltando que os estatutos da Instituição determinavam que caiba ao presidente da República o supremo título de Presidente de Honra, conferindo o título “à grande maioria dos que honradamente a governaram”, “não reluzindo nessas cerimônias sentimento diferente – da distinção e da afabilidade” (RIHGB, 1979, p. 250, 253). Nas palavras do professor Calmon, dirigidas ao general Figueiredo, em nome do IHGB:

Vossa Excelência, Senhor Presidente, assume agora a presidência patriótica do Instituto. E é recebido com os aplausos e a simpatia que desde criança lhe encorajam a escalada (...) Sente-se na cadeira presidencial que mais de uma dezena de chefes de Estado ocupou neste recinto acadêmico; e nos guie os trabalhos – como orienta e dirige a Nação. Amando-a – para governar com bondade; orientando-a – para administrar com sabedoria; engrandecendo-a – para fazer mais feliz o povo brasileiro (RIHGB, 1979, p. 253).

Logo após receber o diploma de Presidente Honorário e o “colar privativo dos membros da casa”, o general Figueiredo pronunciou um “importante discurso transmitido para toda a Nação” que “ficará perpetuado nas páginas de nossa secular revista” (RIHGB, 1979, p. 250). Dentro da programação da solenidade, o chefe de Estado ainda assinaria o protocolo para o desenvolvimento do Programa Nacional de Educação para a Cidadania (PRONEC) (RIHGB, 1979, p. 249).

Constam nos registros daquela ocasião que após visitar as dependências da nova sede do Instituto acompanhado de Pedro Calmon e demais diretores, o general Figueiredo deu entrada no salão de honra do Instituto, onde foi “aplaudido de pé, calorosamente” pelos sócios do Instituto que o aguardavam, dentre outras autoridades políticas e de estado presentes na solenidade, como o governador do

Rio de Janeiro, Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas, o presidente do Senado Federal, Dr. Luís Viana Filho, o ministro da Marinha, Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, o ministro da Educação e Cultura, Dr. Eduardo Mattos Portella, o arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, cardeal Dom Eugênio de Araújo Salles, dentre outras autoridades que não compareceram ao evento, mas enviaram telegramas de congratulações como o ex-chefe de Estado Emílio Garrastazu Médici, o governador do Estado do Paraná, Ney Braga, o presidente da Câmara dos Deputados, Doutor Flávio Marcílio, o ministro chefe do Gabinete Civil da presidência da República, Golbery do Couto e Silva, o ministro chefe da Secretaria de Planejamento da presidência da República, professor Antônio Delfim Netto, o ministro da Justiça, senador Petrônio Portella Nunes, o ministro das Relações Exteriores, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, o ministro da Fazenda, Karlos Heinz Rischbieter, o ministro de Minas e Energia, César Cals de Oliveira Filho, o ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, o senador Jarbas Passarinho, o presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Gouvêa Macieira, e os empresários Roberto Marinho e Condessa Pereira (RIHGB, 1979, p. 249). Como se percebe, a proximidade do Instituto com os membros e dirigentes do estado autoritário, na figura máxima dos seus chefes de Estado, era uma realidade no final da ditadura civil militar, como tinha sido ao longo de toda a história do Instituto.

O IHGB ainda indicaria o nome do primeiro presidente civil, eleito indiretamente à presidência da República, José Sarney, para a Presidência Honorária do Instituto. Político ligado à ditadura, Sarney seria descrito pelo Instituto como “homem ligado à cultura, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-deputado, ex-governador, autor de projetos na área cultural” e de quem se tem “certeza de sensibilidade para os temas que são o objetivo desta Casa” (RIHGB, 1985, p. 341). Segundo os sócios que subscreviam a proposta com a indicação de Sarney

O sufrágio de seu nome representará, não só a manutenção de uma sistemática da instituição consagrada no mandamento do art. 4º do Estatuto, mas também o reconhecimento da convergência da personalidade do proposto com os altos interesses que caracterizam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB, 1985, p. 341).

A comissão que “dispensaria maiores comentários” aprovaria a indicação de José Sarney à Presidência Honorária do Instituto, ressaltando que a sua “notória vida pública credencia-o a ocupar a vaga que, tradicional e estatutariamente, a Casa

reserva a Chefes de Estado” (RIHGB, 1985, p. 242). Sarney seria nomeado Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 25 de setembro de 1985.

Após Sarney, o presidente Fernando Collor de Melo assumiu a Presidência de Honra do Instituto, ao contrário de seu sucessor, Itamar Franco que não a assumiu. Segundo nota, o Instituto estaria “à espera” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tomar posse como Presidente de Honra do Instituto. Quanto à presidenta Dilma Rousseff e ao atual presidente da República, Michel Temer, os mesmos ainda não assumiram a Presidência Honorária do Instituto. A prática de nomeação dos chefes de Estado à Presidência Honorária do Instituto se mantém até os dias atuais.

Em síntese, todos os chefes de Estado do regime ditatorial brasileiro de 1964 a 1985 compareceram pessoalmente e tomaram posse como Presidentes Honorários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde, para além da cerimônia protocolar, foram pronunciados discursos subjetivos e indicativos da relação e do posicionamento do Instituto diante dos chefes de Estado e do regime ditatorial – objeto de análise do quarto capítulo.

4 O IHGB E OS CHEFES DE ESTADO DA DITADURA CIVIL MILITAR

Como vimos no capítulo anterior, todos os chefes de Estado da ditadura civil militar (1964-1985) compareceram ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para tomarem posse como seus Presidentes de Honra. Nestas cerimônias de posse, foram pronunciados discursos de membros do Instituto e dos chefes de Estado que recebiam o título de Presidentes Honorários da Instituição.

Nos pronunciamentos realizados por parte do IHGB, através dos seus *oradores oficiais* ou dos seus presidentes nestas ocasiões, estão presentes elementos subjetivos referentes às biografias e trajetórias políticas e pessoais desses chefes de Estado e menções ao contexto histórico e a conjuntura política daquele momento, configurando-as em posicionamentos e concepções políticas expressadas e assumidas em nome da Instituição. Nos discursos dos chefes de Estado do regime ditatorial, visto que todos - à exceção de Ernesto Geisel - os pronunciaram, estão contidas análises de conjunturas sociais e políticas daquele período, defesas e programas de seus governos, concepções políticas, ideológicas e sobre a História desses chefes de Estado, inclusive sobre do “papel” da História e da Geografia e a “função social” do Instituto, nas suas respectivas visões e projetos de sociedade.

Portanto, analisaremos neste capítulo estes discursos pronunciados em cada uma das cerimônias de posses dos chefes de Estado, em ordem cronológica, primeiramente verificando os pronunciamentos realizados pelos membros do IHGB, e em um segundo momento analisando os discursos proferidos pelos chefes de Estado nas ocasiões das suas respectivas posses, procurando demonstrar e verificar os elementos que possam sugerir e indicar eventuais posicionamentos políticos da Instituição com relação aos chefes de Estado e ao regime ditatorial o qual representavam. Estes pronunciamentos pouco tinham de “protocolares” ou formais, mas são caracterizados pela subjetividade expressada pelos seus autores, que manifestaram neles concepções políticas e ideológicas, e posicionamentos com relação ao regime ditatorial em vigência naquele período. As denominações político-conceituais utilizadas pelo Instituto para designar estes chefes de Estado e a própria ditadura e os *silêncios*, o que estes discursos não mencionavam também dizem muito sobre a postura e o posicionamento político do IHGB diante do regime ditatorial e dos seus chefes de Estado.

Lembrando que, quando um membro do Instituto pronunciava-se, na posição de *orador oficial* ou presidindo a entidade nestas ocasiões, estava representando e falando *em nome* da Instituição, o que implica em um **posicionamento institucional** do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e não uma opinião pessoal ou individual de algum dos seus membros. É necessário ressaltar, entretanto, que esses pronunciamentos e posicionamentos da Instituição não representavam necessariamente a opinião individual dos membros do Instituto, vide a reforma ocorrida em 1965 que estabeleceu que nem todos os sócios do Instituto respondiam pelos “atos praticados” ou assumidos pela Instituição. Os elementos e fatores políticos presentes nos discursos pronunciados em referências aos chefes de Estado da ditadura, certamente tencionavam o suposto *distanciamento* da Instituição dos assuntos de ordem política, disputas “político-partidárias” e questões do *tempo presente*.

A relação do Instituto com os chefes de Estado da ditadura parece ter ido além da nomeação dos chefes de Estado à Presidência Honorária do Instituto, dos constantes repasses de verbas do regime ditatorial ao Instituto e da presença de políticos e membros vinculados ao Estado autoritário presentes nos salões e no quadro de sócios do Instituto. A relação estabelecida entre o Instituto e os chefes de Estado do regime ditatorial tratava-se, para além de uma relação meramente “protocolar”, ou “tradicional”, no sentido de uma *praxe* ou *continuidade*, de uma relação fundamentalmente política.

4.1 CASTELO BRANCO

O primeiro chefe de Estado do regime ditatorial, o marechal Castelo Branco, compareceu aos salões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para ser empossado como seu Presidente de Honra no mesmo ano do golpe de Estado que destituiu da Presidência da República João Goulart, em 1964 e em que assumia o comando do regime ditatorial.

A cerimônia de posse de Castelo Branco como Presidente Honorário da Instituição ocorreu em uma “sessão magna” realizada no dia 21 de Outubro de 1964, no 126º aniversário do Instituto, na sessão de número 1.983 (RIHGB, 1964, p. 312). Recordando que a nomeação de Castelo Branco à Presidência Honorária do Instituto antecede a reforma dos estatutos que exigiam a aprovação majoritária dos

seus sócios para a concessão do título de Presidentes Honorários aos chefes de Estado. Embora o orador Pedro Calmon tenha dito em seu pronunciamento que o Instituto havia decidido por “unanimidade de seu plenário conferir a Vossa Excelência a Presidência Honorária” (RIHGB, 1964, p. 284), o processo de indicação e de votação dos Presidentes de Honra só seria aprovado e estabelecido nos regimentos internos do Instituto apenas no ano de 1965. Talvez tenha sido uma tentativa de dar maior legitimidade à nomeação do chefe de Estado à Presidência Honorária da Instituição, e não como uma indicação “automática”, prevista nos estatutos do Instituto.

Já na Assembleia Geral realizada no dia 11 de Setembro de 1964, na qual foi comunicada a indicação do marechal Castelo Branco à Presidência Honorária do Instituto, foram tecidos elogios ao chefe de Estado pelo sócio do Instituto, o general Jaguaribe de Matos, que o distinguiu como “douto cultor das letras históricas e cidadão que sabe cumprir as normas do dever, com admirável integridade”. O presidente do Instituto, José Carlos de Macedo Soares, também se congratularia com o Instituto por ter “proclamado as qualidades intelectuais e morais de quem bem merece a homenagem especial que lhe prestou a centenária instituição, ao admiti-lo em seu convívio, como Presidente Honorário” (RIHGB, 1964, p. 264).

A sessão da posse de Castelo Branco foi presidida pelo embaixador e então *Presidente Perpétuo* do Instituto, José Carlos de Macedo Soares, e contou com a presença de autoridades políticas, ministros de Estado e membros das forças armadas. O responsável por pronunciar-se em nome da Instituição naquela ocasião foi o *orador oficial* do Instituto, professor Pedro Calmon.

O orador iniciou o seu discurso resgatando, em tons de exaltação, a história da Instituição e da sua fundação e do título de Presidente Honorário concedido inicialmente ao Imperador Dom Pedro II, que “durante mais de meio século” teria prestigiado a Instituição estando presente “em mais de 500 sessões no Instituto” (RIHGB, 1964, p. 284). A recordação era também uma forma de demonstrar o reconhecimento e o prestígio que a Instituição tinha diante das autoridades de Estado desde o período monárquico.

Após a breve introdução, Pedro Calmon dirigiu-se ao chefe de Estado, Castelo Branco, para explicar-lhe que a homenagem do Instituto destinava-se “não somente ao dirigente do País”, mas teve, “sobretudo em vista o cidadão”, “investido numa hora grave da existência nacional do difícil encargo de governá-lo com

equilíbrio e autoridade”. Segundo o orador, a “função simbólica” destinada ao “Presidente da República”, queria “realçar, em face do País, as virtudes do militar irrepresível que numa encruzilhada da história comandou o reerguimento da pátria” (RIHGB, 1964, p. 284). Diante de tal afirmação, caberia perguntar: estaria Pedro Calmon se referindo à destituição do presidente João Goulart e a instauração de um regime político de viés autoritário sinônimos de “reerguimento da pátria”?

Para além dos elogios à biografia de Castelo Branco, a compreensão de Calmon de que o país passava por um momento de “grave existência nacional”, e do “difícil encargo de governá-lo com equilíbrio e autoridade” e de que Castelo Branco estivera à frente do “reerguimento da Pátria” (em 1964), nos evidenciam algumas concepções políticas e subjetivas do orador oficial do Instituto. Naquela ocasião, indubitavelmente Pedro Calmon estava se referindo a nova ordem política estabelecida a partir do golpe de Estado que destituiu da presidência da República João Goulart, o que, na sua concepção política, era sinônimo de “reerguimento da Pátria”. Porém, logo a seguir, Pedro Calmon procurou se eximir ou precaver-se de qualquer posicionamento ou julgamento com relação ao governo de Castelo Branco, sob a justificativa e a compreensão do necessário *distanciamento* histórico para a avaliação do seu governo:

O julgamento do seu governo pertencerá à posteridade. Dar-nos-á ela a perspectiva indispensável à serena sentença do historiador, que repara com documento a injustiça, completa com a informação a narrativa, descreve com a imparcialidade o fato, interpreta com a confissão a consciência e ajuíza com a verdade o comportamento, desagravando a honra, premiando o mérito, destacando as qualidades, indicando os serviços em seu honesto ofício de substituir pelo definitivo o provisório, tão precários são os conceitos do dia comparados ao veredito das gerações. Mas as coordenadas que nos ajudarão a compreender esse governo e a interpretar a personalidade de V. Exa. Sr. Presidente, aí estão compostas pela sua biografia (RIHGB, 1964, p. 284).

A exaltação dos aspectos biográficos do chefe de Estado prosseguiu ao longo do seu discurso, com menções às origens e a ascendência familiar de Castelo Branco que, segundo o orador, era oriundo “de duas famílias, secularmente vinculadas à terra brasileira, por uma longa tradição de patriotismo a que não faltou a fama até o sangue, do martírio das grandes lutas liberais”. Desse *meio* e do encontro destas duas “almas cívicas” dos seus pais, “a cuja imagem haveria de

forjar-se o temperamento enérgico do soldado que subiu por merecimento todos os postos da hierarquia” (RIHGB, 1964, p. 285).

A biografia e a trajetória militar do marechal Castelo Branco, exaltadas e apresentadas como “impecáveis” por Calmon, pareciam avalizá-lo e legitimá-lo a ocupar o cargo de chefe de Estado. Os elogios pessoais e biográficos de Castelo Branco *deslocam-se* para concepções políticas do orador acerca do “papel” desempenhado pelo marechal após o golpe que destituiu João Goulart da presidência da República, ao que Calmon caracterizou como o “reerguimento da pátria”. As “coordenadas” e a avaliação, ainda que a *posteriori* de seu governo, dar-se-iam, nas palavras do orador, pelos seus aspectos biográficos. Ou seja: as “qualidades” pessoais e a trajetória de Castelo Branco estendem-se para a uma postura a *priori* favorável ao seu governo.

O orador ainda descreveria Castelo Branco como um “mestre da tática da Escola Militar e planejador da vitória de Montese”, que teria se inclinado aos estudos históricos como uma “consequência num imperativo do espírito profissional”, sabendo “harmonizar a ciência da Guerra, o pensamento filosófico e as letras educativas, conciliando a arte de dizer, a capacidade de realizar, contando e fazendo a história do Brasil”. A figura do Barão de Caxias é evocada pelo orador pela admiração que a “figura mais empolgante do nosso continente” despertava em ambos e que representava “não apenas a glória militar, mas a honra militar” através “daquela perseverança do cumprimento do dever”, como bem teria descrito Castelo Branco no seu “brilhante” estudo sobre a batalha de “Santa Luzia”, de 1942, citado pelo orador (RIHGB, 1964, p. 286).

Depois de toda a exaltação à biografia do chefe de Estado, o orador Pedro Calmon faria questão de ressaltar que “se hoje não o recebesse o Instituto como o seu Presidente, recebê-lo-ia amanhã com um dos seus mais distintos consócios” (RIHGB, 1964, p. 285). O IHGB faria questão de deixar claro que a nomeação de Castelo Branco à Presidência Honorária do Instituto não se tratava apenas do cumprimento do que estava previsto nos seus estatutos, mas sim de uma posição favorável da Instituição à indicação e a presença do chefe de Estado no quadro de sócios do Instituto. Para finalizar, Pedro Calmon chancelaria a posse de Castelo Branco à Presidência Honorária do IHGB exaltando o Instituto e a sua história:

Velho a casa que há cento e vinte e seis anos esclarece com ensinamento sábio o pensamento brasileiro, ajudando a sustentar as transformações nacionais com sólidos pilares da tradição. Jamais as descontinuou nesse seu sacerdócio inalterável, constante, vigoroso como costumam ser as lições espirituais a que não seduz o efêmero porque se ilumina do eterno. Senhor Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sendo esta a casa da tradição do Brasil, devo dizer por ela e em seu nome, considere-a Vossa Excelência como sua Casa (RIHGB, 1964, p. 286).

O discurso, as homenagens e os elogios à biografia de Castelo Branco expressam e condizem com a boa relação estabelecida entre o Instituto e o chefe de Estado, que garantiria o constante repasse de verbas à Instituição durante o seu governo e concederia a isenção fiscal à nova sede do Instituto. Como vimos comprovando, a nomeação dos chefes de Estado da ditadura à Presidência Honorária do Instituto foi muito além de um “gesto protocolar” ou do mero cumprimento dos estatutos da Instituição, configurando-se em posicionamentos e relações políticas e subjetivas do IHGB com os chefes de Estado do regime ditatorial.

Como mencionamos anteriormente, nestas cerimônias de posse também foram realizados pronunciamentos dos chefes de Estado. Castelo Branco iniciaria o seu discurso reconhecendo a “honraria” que lhe era distinguida com o título de presidente de honra do Instituto, reconhecendo-o como uma maneira de “chamar o Presidente da República para este grato convívio, dando-lhe assim melhores condições para também ser responsável pelo Patrimônio Histórico do Brasil” (RIHGB, 1964, p. 287).

Para o chefe de Estado, nenhuma instituição mais adequada que o IHGB, esta “secular Instituição”, para representar a “magnífica tradição de perseverança na missão de zelar pela nossa história”, além de assinalar que “um tesouro identifica os sócios desta Casa com as glórias nacionais aqui conservadas, para a exaltação do passado, conhecimento dos contemporâneos e admiração dos pósteros” (RIHGB, 1964, p. 287), o que demonstra a importância e o reconhecimento que o chefe de Estado tinha com relação à Instituição.

Como veremos, na maioria destes pronunciamentos os chefes de Estado expuseram em seus discursos algumas das suas visões e concepções acerca da História e da Geografia, sobre as suas respectivas “funções” na sociedade e a sua relação com o Estado. Para Castelo Branco, se a História deseja permanecer “imune a injunções que a deformam”, a “idoneidade” seria a “condição essencial de sua

conduta”, do mesmo modo que “a profundidade, aliada à probidade” deveriam ser umas das suas características. De acordo com a sua concepção de História, poder-se-ia dizer que e “olhar para trás, e sempre bem situado no presente, é o fundamento da sua posição” (RIHGB, 1964, p. 287).

Os “estudos históricos” do marechal, evocados pelo orador, deram-se “na tentativa de buscar na história novos ensinamentos e observações” dos “fatos militares, naturalmente colocados no caminho das suas investigações”, não lhe custando “situá-los no campo mais amplo do quadro político, seja o da guerra, seja o da paz”; aí estaria, segundo Castelo Branco, “a sedução que a História encerra para aqueles que se voltam a arte militar, que nela encontram valiosos elementos de observação”, o que explicaria “haver sempre, nos vossos quadros, numerosos militares, que buscam e encontram, no passado, apreciável subsídio para os estudos de sua profissão” (RIHGB, 1964, p. 288). No entanto, estes não teriam sido os únicos “ensinamentos” que o chefe de Estado encontrou no campo da História:

Verifiquei, outrossim, que a formação dos chefes à altura das suas graves responsabilidades não exclui, antes aconselha, o estudo do comportamento de outros chefes em acontecimentos do passado. Tudo, aliás, para retirar lições aplicadas à atualidade e ao futuro, jamais para permanecer numa pura atitude contemplativa. Do contrário estaríamos surdos aquela oportuna advertência de Descartes: “quando se é excessivamente curioso das coisas que se faziam nos séculos passados, fica-se ordinariamente muito ignorante das que se praticam no presente (RIHGB, 1964, p. 288).

Para Castelo Branco, este não seria o caso do Instituto que, “cultuando o passado, não fazeis senão criar estímulos para a grandeza do presente”, contando com “eminentes figuras da nacionalidade” e “indormidos guardiães do nosso extraordinário patrimônio histórico” dentre eles o chefe de Estado mencionaria José Carlos de Macedo Soares como “eminente personalidade da nossa diplomacia e das nossas letras históricas”. O chefe de Estado finalizou o seu discurso agradecendo “com satisfação” a homenagem recebida e disse sentir-se “muito honrado” em sentar-se entre “tão ilustres confrades” (RIHGB, 1964, p. 288).

Nas atas que registraram à cerimônia de posse de Castelo Branco, está o relato do recebimento do chefe de Estado “à entrada do silogeu por escolhida comissão de sócios”, que o teriam acompanhado ao salão, sendo encaminhado pelo presidente José Carlos de Macedo Soares a “cadeira presidencial” em “cumprimento do dispositivo estatutário” da Instituição. Compuseram a mesa que “ostentava bela

ornamentação de rosas vermelhas” ministros de Estado e autoridades militares. Castelo Branco “leu de pé, o juramento do bem servir o Instituto”, que constava nos seguintes termos: “de acordo com o Art. 9º, prometo promover quanto em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente os seus Estatutos”, sendo “saudado com palmas pelo auditório”. Conforme o registro da ocasião: “o salão apresentava aspecto altamente festivo. As bancadas dos sócios achavam-se totalmente repletas” (RIHGB, 1964, p. 313). No encerramento da cerimônia, o orador dirigiu-se ao chefe de Estado para agradecer-lhe e expressar a “satisfação” do Instituto em ter o chefe da nação presente nos salões do Instituto como Presidente de Honra da entidade:

Manifestar-lhe a satisfação dos sócios do Instituto em tê-lo como seu Presidente de Honra, não só por sua alta posição de Chefe da Nação, como também por méritos pessoais como estudioso da nossa História Militar e Política. As palavras cheias de vigor e repassadas de simpatia pela justiça a ser feita, de futuro, à ação do Presidente Castelo Branco à frente do governo revolucionário, foram vivamente aplaudidas pelo auditório, tendo o homenageado apertado a mão do orador, ao descer este da tribuna. À esta saudação tão amistosa do Instituto respondeu o Marechal Castelo Branco com um belo discurso aqui transcrito (RIHGB, 1964, p. 314).

Através deste registro da cerimônia, percebe-se claramente uma postura *positiva* e favorável do Instituto ao chefe de Estado, marechal Castelo Branco. No aspecto subjetivo deste relato, ressalto a denominação político-conceitual usada pela Instituição para definir o regime pós-golpe de Estado de 1964 como “governo revolucionário”. Deduz-se, a partir desta escolha conceitual, que o Instituto também compreendia\denominaria o golpe de Estado que destituiu João Goulart da presidência da República como “Revolução de 1964”.

É necessário fazer a ressalva que, contextualizando historicamente tal declaração, após o golpe, os militares e civis que assumiram o comando do Estado haviam se comprometido a realizar eleições no ano seguinte. No entanto, a denominação do regime ditatorial advindo de um golpe de Estado e deposição de um presidente democraticamente eleito como “governo revolucionário” expressaria uma concepção política bastante clara da Instituição. A escolha da denominação conceitual utilizada pelo Instituto é também uma concepção e um posicionamento político assumido pela Instituição.

4.2 COSTA E SILVA

A cerimônia de posse de Costa e Silva à Presidência Honorária do Instituto ocorreu, como mencionamos anteriormente, no mesmo ano em que o general assumia como chefe de Estado do regime ditatorial, em 1967. A “sessão solene” foi realizada no dia 25 de Agosto e, assim como o seu antecessor, Costa e Silva compareceu a sede do Instituto para receber o título (RIHGB, 1967, p. 175).

Como o *Presidente Perpétuo* do Instituto, José Carlos de Macedo Soares não pode comparecer a solenidade por “problemas de saúde”⁶¹, porque os “seus médicos não lhe permitem, no momento, uma viagem de São Paulo ao Rio de Janeiro”, coube ao 1º vice-presidente do Instituto, Dr. Rodrigo Octávio Filho, a “honra” de “saudar” e de empossar o “eminente Chefe de Estado ao cargo de Presidente de Honra deste Instituto”. Segundo o orador, vindo ao Instituto assumir a sua Presidência de Honra, Costa e Silva seguia “o exemplo de todos os seus antecessores, tanto na Monarquia, como na República” (RIHGB, 1967, p. 175). Esquecia-se o orador, ou omitia aqueles chefes de Estado que não compareceram ao Instituto para assumirem a sua Presidência de Honra, como o caso do presidente João Goulart⁶².

Conforme o vice-presidente, o chefe de Estado poderia sentir a partir de agora como presidente do Instituto, “não só o amor, não só a devoção, não só o patriotismo com que cultuam e dão vida às tradições de nossa pátria, mas também para aquilatar as pesadas e sofridas responsabilidades que lhe pesam sobre os ombros”, como “guardiães assustados de um patrimônio incalculável”, composto de um “acervo de documentos da mais alta importância” e por uma “biblioteca especializada e impar em todo o país”, cuja consulta “é indispensável a quem pretendia estudar e interpretar o passado de nossa pátria” (RIHGB, 1967, p. 175-176).

A autovalorização da Instituição, do trabalho dos seus sócios e do imenso acervo do Instituto logo daria espaço para reclamações ao chefe de Estado sobre as condições em que este patrimônio se encontrava, segundo o vice-presidente,

⁶¹ José Carlos de Macedo Soares faleceria no ano seguinte, aos 84 anos.

In: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/jose-carlos-de-macedo-soares.html>. Acesso em 05 de Outubro de 2016

⁶² De acordo com o levantamento nas fontes correspondentes entre os anos de 1961 a 1964, não há indícios ou menções à nomeação de João Goulart à Presidência Honorária do Instituto.

“confinado e desprotegido no precário arcabouço desta velha Casa” e “sem nenhuma segurança, ao leão das intempéries, e dos curto-circuito ou de um fósforo aceso atirado, descuidadamente, em um de seus assoalhos” (RIHGB, 1967, p. 176). O orador chega em certo momento do pronunciamento a se desculpar com o chefe de Estado por se dirigir à “Vossa Excelência em termos tão dramáticos”, mas a precária situação “de pobreza” em que se encontrava o Instituto e o seu acervo, justificava o tom de alarde do vice-presidente:

É que não temos sossego nesta casa. E não temos sossego porque nossa honrada pobreza é Franciscana. Creio mesmo que, de um certo modo, somos mais pobres do que o próprio São Francisco de Assis, por que ele, em seus momentos de descanso e beatitude, conversava com os pássaros, dialogava com os peixes.. E nós, depois dos estudos que aqui realizamos, só poderemos conversar com as traças, cujo apetite devorador já tem dado ao patrimônio do Instituto incalculáveis prejuízos (RIHGB, 1967, p. 176).

Em uma clara tentativa de autovalorização da Instituição diante do Chefe de Estado, no sentido de demonstrar o devido merecimento de recursos e de melhores instalações, as referências aos trabalhos e às atividades realizadas pelo Instituto prosseguiram ao longo de seu pronunciamento:

A verdade, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, é que nesta Casa o secular trabalho não para. Nossas salas de leitura vivem cheias de estudiosos e pesquisadores de todas as idades. O intercâmbio com outras instituições nacionais e estrangeiras é permanente e intenso. Nossa notabilíssima Revista já possui tanto volumes e é publicada com regularidade. Nossa tribuna é ocupada, quase semanalmente, por personalidades, de reconhecida cultura. Realiza o Instituto cursos de alto nível, como o que organizou, há dois anos sobre *A Fundação da Cidade do Rio de Janeiro*, e o que foi iniciado há dois dias, sobre a *História do Rio de Janeiro nos Séculos XVI e XVII*, e que se desenvolverá em quatorze conferências, sendo que tais cursos são grandemente frequentados por jovens estudantes. Valiosos e úteis são também os livros, anais e documentários que o Instituto tem conseguido publicar, alguns dos quais vamos ter a honra de oferecer a Vossa Excelência (RIHGB, 1967, p. 176).

Após as reclamações e as exigências por maiores recursos e auxílios do poder público feitas diretamente ao chefe de Estado, o vice-presidente mencionaria a pretensão do Instituto de construir uma nova sede, dirigindo-se a Costa e Silva, obviamente contando com o auxílio financeiro de seu governo para a realização e conclusão da obra:

Finalmente, alimenta a todos nós a esperança de que em breve conseguiremos os recursos necessários para efetivar, na construção ao lado (e que esta com suas obras paralisadas), e que se destina a ser a futura sede do Instituto, o acabamento dos três andares indispensáveis para guardarmos o insubstituível patrimônio história que Vossa Excelência acaba de conhecer, para local que ofereça maior segurança (RIHGB, 1967, p. 176).

O “tripé” que sustenta o discurso do vice-presidente do Instituto ao chefe de Estado foi de autovalorização da história do Instituto, do seu acervo e de suas atividades realizadas; reclamações quanto às condições de trabalho e em que se encontravam o acervo do Instituto; e por fim, os pedidos, ainda que indiretamente, por maiores verbas e recursos públicos ao Instituto, inclusive para a construção da sua nova sede. Percebe-se aqui, como o título de Presidentes Honorários da Instituição funcionava como um *meio* de aproximar os chefes de Estado da Instituição e logo, comprometê-los com o funcionamento e com a valorização do Instituto (sobretudo no aspecto financeiro), como bem expressado no juramento de posse dos Presidentes Honorários, “de bem servir o Instituto” e “promover quanto em mim couber o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Para finalizar, o vice-presidente mencionaria novamente a “espada de Caxias”, pedindo “inspiração” e “proteção” ao Instituto, passando a palavra ao orador oficial do Instituto, Pedro Calmon (RIHGB, 1967, p. 177).

Pedro Calmon iniciou o seu pronunciamento se referindo ao título de Presidentes Honorários como uma tradição do Instituto em “erigir” os chefes de Estado à sua Presidência de Honra, não se tratando de uma simples “rotina”, mas de uma “chancela respeitosa do Poder espiritual à confiança que deposita a nação no seu mandatário”, pois, segundo Calmon, os “chefes de Estado que o tem presidido aqui não chegaram com títulos usurpados ou precários”, mas representavam “como Vossa Excelência representa”, a “autoridade revestida da mais serena, da mais convincente, da mais duradoura das formas do poder político: a legitimidade” (RIHGB, 1967, p. 177).

Evidencia-se aqui a concepção e o posicionamento político que Pedro Calmon tinha com relação ao governo de Costa e Silva, tratava-se, para ele, de um governo e de um chefe de Estado “legítimos”. Cabe a contextualização histórica para o questionamento desta afirmação\concepção: em 1967, três anos após o golpe de Estado e o não cumprimento das eleições previstas para o ano de 1965, já decretados os Atos Institucionais nº 2 e nº 3, que previam eleições indiretas para

governadores e presidentes da República, cassações e deposições de governantes, recesso no Congresso, extinção dos partidos políticos tradicionais e denúncias de tortura contra opositores políticos, o ministro do Exército, Costa e Silva assume por via indireta a chefia do Estado, através de decreto do presidente Castelo Branco (AARÃO, 2014), mesmo assim, Pedro Calmon, *orador oficial* do Instituto, e, portanto, falando *em nome* da Instituição, considerava e avaliava como **legítimo** o governo Costa e Silva.

O período em que Costa e Silva esteve à frente do comando do Estado ficaria conhecido pelo aumento da repressão e da censura através da sua assinatura e promulgação do Ato Institucional Nº 5 que concedia poder ao “Presidente da República” para dar recesso a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmara de vereadores (municipais), suspender os direitos políticos pelo período de 10 anos de qualquer cidadão brasileiro, cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores, proibir manifestações populares de caráter político, suspender o direito de *habeas corpus* (em casos de crime político, crimes contra ordem econômica, segurança nacional e economia popular) e impunha a censura prévia nos jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas⁶³. Se a avaliação do caráter legítimo de Costa e Silva como chefe de Estado deu-se *a priori* do seu governo, três anos mais tarde - durante a cerimônia de posse de Médici à Presidência Honorária do Instituto - Pedro Calmon mencionaria “o saudoso” general Arthur da Costa e Silva como um “militar irrepreensível” e um “devotado Chefe da Nação”, dando os indícios de uma aprovação do general Costa e Silva a frente do comando do Estado (RIHGB, 1970, p. 313).

Após a introdução, assim como no seu pronunciamento à Castelo Branco, Calmon iria lembrar a história da Instituição e da sua fundação – “exatamente criada há 129 anos – na fase decisiva em que as desordens da regência se sobrepujam a unidade do império”. O Instituto teria nascido, conforme o orador, de “uma necessidade educativa”, quando o país “precisava da sua lição de história” para “dar ao sistema o sentido da sua continuidade” e para “dar às gerações a diretriz do seu patriotismo” (RIHGB, 1967, p. 177). A próxima relação com o Imperador Dom Pedro II é novamente ressaltada pelo orador:

⁶³ In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm

Instituição nacional instalada pelo Chefe de Estado em salas do seu palácio: cujos quadros se constelaram das maiores reputações da nossa cultura: sob a direção pessoal do Imperador, que, enquanto reinou, lhe presidiu, com imperturbável assiduidade, as sessões ordinárias. Foram-lhe mais de quinhentas. Enquanto reinou: e depois disso (RIHGB, 1967, p. 177).

A constante referência à próxima relação do Instituto com o Imperador, do modo como é mencionada, parece servir como um elemento de *auto prestígio* da Instituição, demonstrando o reconhecimento que as autoridades de Estado tinham com a Instituição ao longo da sua história, que, quando mencionada ao chefe de Estado, tencionavam para uma *continuidade* deste prestígio por parte das autoridades de Estado presentes no Instituto.

Referindo-se aos chefes de Estado que assumiram a Presidência de Honra do Instituto, Pedro Calmon ressaltaria que “distinguiram o Instituto com o seu patrocínio” todos os chefes de Estado “que no Governo se sucederam na linha da legalidade constituída”. Aqui, expressa-se claramente mais uma concepção política do orador oficial do Instituto: segundo ele, todos os chefes de Estado que assumiram a Presidência Honorária do Instituto se sucederam “**na linha da legalidade constituída**”. Calmon parece ignorar, ou mesmo considerar *legais* os chefes de Estado de regimes autoritários que assumiram o comando do Estado mediante golpe ou por vias indiretas, como o caso de Costa e Silva. Não obstante, conforme a sua afirmação, os chefes de Estado que não assumiram a Presidência Honorária do Instituto não estariam dentro da linha da “legalidade constituída”? Calmon “esquecia-se” que João Goulart não havia tomado posse como Presidente Honorário do Instituto ou não considerava o seu governo como dentro da “legalidade constituída”?

Calmon segue o seu pronunciamento mencionando a “impressão contraditória” da “brandura e da altivez” que teve do primeiro chefe de Estado que ele presenciou nos recintos do Instituto, “com seu olhar doce e o seu topete agressivo, a palavra musical e o gesto imperioso” de Epitácio Pessoa (RIHGB, 1967, p. 178), e o último chefe de Estado recebido “com honra” por Pedro Calmon, em uma cerimônia que contou também com a presença de Costa e Silva, do general Castelo Branco:

O último, coube-me a honra de receber em sessão solene como esta. A seu lado achava-se Vossa Excelência, e como hoje, brilhavam no recinto os bordados do generalato brasileiro, envolvia-o a afeição de seus camaradas, cingia-o, afagava-o, prestigiava-o a estima de um público luzido, e em volta de sua modéstia sem gestos, da sua autoridade sem ênfase, dos serviços de guerra e paz sucintamente lembrados pelo orador oficial – se compôs um

circulo efusivo de simpatia, mais veemente à proporção que a sua simplicidade, comunicativa e natural, dele nos aproximava, como, pelo resto da vida, aproximou do instrutor austero e do comandante heroico os comandados e os discípulos... O último presidente honorário do Instituto foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (RIHGB, 1967, p. 178).

O discurso de exaltação do marechal Castelo Branco e a declaração de que brilhavam no IHGB “os bordados do generalato brasileiro” em plena ditadura civil e militar, traduz-se numa postura positiva e favorável do Instituto com relação aos militares chefes de Estados do regime ditatorial. Os eloquentes elogios feitos ao seu antecessor direcionam-se para o general Costa e Silva e para a exaltação da sua biografia e da sua trajetória militar:

Vem Vossa Excelência, Presidente Arthur da Costa e Silva, da mesma dura escola em que se forjou aquele caráter em que se fez aquela carreira: como o seu antecessor – é Vossa Excelência um soldado que completou a longa parábola de serviço ainda ontem a primeira patente de sua classe, já agora, o primeiro funcionário do seu país. De aspirante a general de exército, o tempo que vai da juventude humilde de cadete – à alvorada de 31 de março foi exaustivamente preenchido pela atividade profissional. Dela não o desviaram as sereias pérfidas, quando o navegante é incauto e cantam elas sobre a versatilidade do mar. Entre o quartel e o estudo, a existência correu-lhe sóbria e trabalhosa, como é na entrosagem progressiva dos cursos que não acabam e das missões que não terminam, a disciplina da existência militar. Subindo de postos, por merecimento que ninguém lhe contestou, nos entusiasmos do rio-grandense sólido, afeito, como os de sua província, à sorte das armas, subia na consideração dos companheiros e se impunha ao apreço público. No Brasil e no estrangeiro, o desempenho impecável dos encargos lhe valeu os créditos, as classificações, os elogios, os prêmios o foram recomendando às incumbências mais árduas e aos comandos mais difíceis, através da escalada silenciosa que é na corporação o acesso dos postos (RIHGB, 1967, p. 178).

Assim como Castelo Branco, a biografia de Costa e Silva apresentada por Calmon parece gabaritá-lo a ocupar o cargo de chefe de Estado, sobretudo pelo “merecimento” do general, visto que, “o desempenho impecável dos encargos” que ocupou ao longo da sua trajetória lhe valeram “os créditos, as classificações, os elogios, os prêmios” que o foram “recomendando às incumbências mais árduas e aos comandos mais difíceis”, conseqüentemente, ao comando do Estado do regime ditatorial.

Em meio aos elogios biográficos e da “impecável” trajetória militar de Costa e Silva, chama a atenção para a caracterização do dia 31 de Março, data do golpe que

destituiu Jango da presidência, como uma “alvorada”⁶⁴. Não obstante, a concepção e o posicionamento definitivo do orador oficial do Instituto, com relação ao momento histórico e ao movimento político que destituiu João Goulart da presidência da República, viriam na sequência de seu pronunciamento:

No pináculo da carreira – naquele ano dramático de 1964 – coube a Vossa Excelência (e repito as eloquentes palavras que ao despedir-se do ministério da guerra lhe dirigiu o eminente General Aurélio da Lira Tavares) coube a Vossa Excelência o grande mérito de haver restabelecido o primado da disciplina e do princípio hierárquico. E foi assim, e está sendo assim, porque não será nunca de outro modo que podemos ver o exército reinvestido no seu verdadeiro papel, inabalavelmente fiel aos princípios da Revolução, como Força Armada obediente, dentro da lei, à autoridade do Poder Civil (RIHGB, 1967, p. 179).

Novamente, Calmon exalta e defende o caráter **legal** e legítimo do golpe de Estado de 1964, elogiando o papel desempenhado por Costa e Silva no reestabelecimento da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, em sentido mais amplo, na sua atuação no movimento político que destituiu da presidência da República João Goulart, movimento descrito por Pedro Calmon como uma “revolução”, que atuava, segundo ele, “dentro da lei”. Na sequência, Calmon confirmaria a sua convicção na legalidade do governo Costa e Silva: “hoje o encarna Vossa Excelência, rodeado do mesmo indispensável sentimento de coesão e de legalidade que é o apanágio tradicional das classes armadas no Brasil” (RIHGB, 1967, p. 178). A atuação das forças armadas no movimento político que destituiu da presidência da República João Goulart e rompeu com a linha da legalidade, visto que Jango foi eleito democraticamente, e instaurou no País um regime ditatorial, com cassações e detenções de opositores – para ficar no primeiro momento do golpe – seria para Calmon, “o verdadeiro papel” do exército, “inabalavelmente fiéis aos princípios da Revolução”.

O orador retoma em seu pronunciamento os elogios à Costa e Silva, desta vez utilizando-se de termos e conceitos próprios do *meio* militar, possivelmente como forma de demonstrar proximidade com o chefe de Estado, novamente mencionando o Barão de Caxias como uma figura que simbolizasse esse *ponto em comum* entre o Instituto e o general:

⁶⁴ 1. a primeira claridade, o crepúsculo da manhã. 2. *p.met. aer mar mil* toque de corneta ou banda marcial ao alvorecer, para despertar os soldados nos quartéis ou a guarnição a bordo de navios; toque de alvorada.

Das alturas destoutra presidência – de um seminário de historiadores, que também se aquartelam nos redutos inexpugnáveis, também se distribuem pelas guaritas vigilantes, também descem a batalha pelos direitos, pelo renome, pela integridade, pela glória da pátria – pode Vossa Excelência vê-lo em diferentes dimensões. Não na sua superfície por onde rola o progresso, delineada, nos extremos, pelas fronteiras geográficas, mas na sua densidade moral. O Brasil estruturado e estratificado na formação quadrisseccular, a verdade de sua história e junto a essa verdade erudita, as relíquias que a testemunham. Símbolos sutilmente complementares: que tanto podem ser de um marco de pedra (que é como a ara do altar, neste recinto venerável) como um sabre de general-chefe: duas colunas distanciadas de trezentos anos do edifício imenso da nacionalidade: a pedra de padrão de Cananéia, posta religiosamente na praia selvagem pelos portugueses, quando descobria o Brasil, o sabre de Caxias que lhe firmou a unidade (RIHGB, 1967, p. 178).

As referências ao *meio* militar prosseguem na fala de Calmon, que encerraria o seu pronunciamento estabelecendo mais uma “coincidência” entre o Instituto, o chefe de Estado e o meio militar: o dia da posse de Costa e Silva era também o Dia do Soldado. Conforme relembrou Calmon, por um soldado havia sido fundado o Instituto, o marechal Cunha Matos, entre outros “ilustres soldados” que “nesta Casa defenderam com a palavra a pátria que tinham defendido com a espada”. Em nome “das antigas, e grandes gerações” o orador declarava ao chefe de Estado que “a Casa que o recebe é também a dos que, não tendo morrido pela Pátria a quem nada negaram, viveram pela Pátria a quem tudo deram”. Foi assim que a “Academia da Memória, da Tradição” e do “Ímpido civismo” recebeu em sua Presidência Honorária o chefe de Estado, Costa e Silva. Para Calmon, “nesta hora, mais do que nunca, a Casa do Brasil” (RIHGB, 1967, p. 180). Em um contexto de fomentação do patriotismo e de exaltação dos símbolos nacionais, utilizados nas políticas educacionais, culturais e em propagandas da ditadura, a afirmação de Pedro Calmon, após o seu pronunciamento, estava em consonância e simetria com o discurso e a narrativa política e ideológica do regime.

Encerrado o pronunciamento feito por Pedro Calmon, em nome do Instituto, é passada a palavra ao novo Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e segundo chefe de Estado da ditadura, o general Costa e Silva, que agradecerá “as palavras magníficas” do presidente em exercício (Dr. Rodrigo Octávio Filho), este “soldado ilustre”, como também ao orador Pedro Calmon, este “orador brilhante, sempre brilhante”. Citando Rui Barbosa, Costa e Silva se confessaria “inibido” para expressar “tamanha gratidão” e “sentimento de respeito

“por esta Casa”, mas a ocasião o “importa” algumas palavras” (RIHGB, 1967, p. 180).

Antes de iniciar o seu pronunciamento, Costa e Silva desejaria “começar prestando o compromisso” que se apresentava sobre ele “de maneira muito elegante, para que fique bem gravado”. Os convidados levantam-se e é feito o juramento de posse do chefe de Estado, que o leu nos seguintes termos: “prometo promover, quanto em mim o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a observar fielmente o seu Estatuto e Regimento interno”. Após a leitura do juramento, o presidente Rodrigo Octávio fez a entrega do diploma à Costa e Silva, sob os “calorosos aplausos” dos presentes na solenidade (RIHGB, 1967, p. 181).

O general iniciou o seu discurso agradecendo a “venerada Instituição” o “título inestimável” de Presidente Honorário com o que “tão generosamente o galardoaram seus ilustres membros”, e agora, seus “conspícuos e prezados consócios”. O chefe de Estado reconheceria que esta “insigne honra” não lhe era concedida à “sua pessoa”, mas a “posição temporária” que ocupava na “política nacional” (RIHGB, 1967, p. 181), identificando o título como uma *praxe* prevista nos estatutos do Instituto - embora a concessão ao chefe de Estado tenha sido aprovada mediante votação entre os seus sócios.

Costa e Silva compreenderia a homenagem porque via nela “o sentido de relacionar a missão dos que zelam pela história Pátria” com os “detentores eventuais dos seus destinos”, aos quais incumbe o “dever de defendê-los, sem perder de vista, no preparo do futuro, as linhas mestras da vocação e dos legítimos anseios do povo, identificados pelo estudo do seu passado” (RIHGB, 1967, p. 181), o que pressupõe “o compromisso de fidelidade à sua história pelo que, aos governantes, se impõe o dever de estimular o patriótico esforço daqueles que a estudam, com seriedade e profundidade, na vigília da pesquisa e no imparcial testemunho dos arquivos” (RIHGB, 1967, p. 182). A História estaria, de acordo com a concepção do chefe de Estado, relacionada com “a complexa e relevante tarefa de dirigir uma Nação”, sintetizada na referência à citação de Bossuet, para quem “a História deve constituir elemento indispensável da arte de governar”. Esta seria “a grande e justa razão do respeito e especial apreço” que o chefe de Estado tinha ao “fecundo e silencioso” trabalho realizado ao longo dos 129 anos “de dedicação e investigação”, direcionados “a história, a geografia do Brasil e a vida de seus homens ilustres”

(RIHGB, 1967, p. 182); o que confirma a afirmação feita no segundo capítulo com relação ao reconhecimento e ao prestígio que a Instituição e a sua história tinham diante do chefe de Estado.

Segundo Costa e Silva, desde a sua fundação o Instituto teria sido “marcante na vida intelectual brasileira”, tendo na sua criação “a presença da toga, da espada e da cruz”, respectivamente representadas por José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do Instituto, eleito e reeleito consecutivas vezes; Cândido José de Araújo Viana, o Marques de Sapucaí, vice-presidente do Instituto; Marechal-de-Campo Raimundo José da Cunha Matos, vice-presidente do Instituto, e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, 1º Secretário, que com mais “vinte e sete patrícios”, há 129 anos se reuniram na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, para “erguerem este monumento de saber e cultura” que é “o nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (RIHGB, 1967, p. 182).

A figura de Dom Pedro II é retomada pelo chefe de Estado, como um dos “mais notáveis e assíduos frequentadores do Instituto”, comparecendo “durante quase meio século a 506 sessões”. A cadeira em que se sentava o Imperador “aí está, cativa”, como um “testemunho da veneração e do carinho que a todos inspira quem sempre a ocupou com dignidade e sabedoria” (RIHGB, 1967, p. 182).

Para Costa e Silva, o Instituto vinha “com dedicação e pertinácia” e “eficiente proveito social”, “cumprindo a sua finalidade estatutária” e “superando sacrifícios e dificuldades de toda ordem” (RIHGB, 1967, p. 183), demonstrando o reconhecimento do trabalho realizado pelo Instituto e conhecimento das dificuldades financeiras pelas quais passava a Instituição. Segundo o chefe de Estado, sob a presidência “bem merecida e fecunda deste grande brasileiro e notável cidadão”, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, o Instituto “se destacava como uma das mais úteis entidades públicas do País”, o que justificaria a sua assinatura do decreto, “ainda que tardiamente” pelo governo da República, reconhecendo a “utilidade pública do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Costa e Silva citaria “em rápidos traços”, os motivos desta deliberação do governo: quatro Congressos de História Nacional (1914 – 1931 – 1938 – 1949), um Congresso Internacional de História da América (1922), Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, oito cursos promovidos por ocasião do centenário de nascimento da Princesa Isabel, de Joaquim Nabuco, de Rui Barbosa, Capistrano de Abreu, Teodoro Sampaio,

Clovis Bevilacqua, João Ribeiro e Afonso de Taunay. Ademais, os 272 volumes de sua Revista Trimestral que “encerram valiosos estudos esclarecedores de dúvidas e controvérsias sobre o nosso passado”, todas estas atividades realizadas pelo Instituto comprovam a sua “incessante atividade no campo das letras históricas” (RIHGB, 1967, p. 183).

Antes de finalizar, o chefe de Estado se pronunciaria sobre a nova sede do Instituto, mencionada pelo vice-presidente no seu discurso, demonstrando o conhecimento do projeto e se manifestando favoravelmente sobre a necessidade do auxílio financeiro do poder público para a sua construção:

Sei que o Instituto luta, ainda agora, por concluir sua sede iniciada há mais de 6 anos. Sua planta, muito bem concebida e elaborada, diz perfeitamente com a importância da finalidade da Instituição, com os foros de Cultura, da antiga capital da República e com as exigências arquitetônicas do Rio de Janeiro. Obra de tal magnitude exige, entretanto a mais ampla e generosa colaboração dos poderes públicos, quer da União, como do Estado (RIHGB, 1967, p. 183, 184).

O chefe de Estado citaria ainda a Constituição para defender a necessidade do auxílio e do amparo do Estado para o financiamento e a construção da nova sede do Instituto: “a Constituição da República, em vigor desde 15 de março último, repetindo o Art. 174 da de 1946, estabelece em seu Art. 172 – que o “amparo a cultura é dever do Estado”” (RIHGB, 1967, p. 184).

Costa e Silva encerraria o seu pronunciamento agradecendo novamente a “benemérita Instituição” pela “honraria” com que lhe foi “distinguido”, afirmando que “não esqueceria os deveres e encargos” que assumia como Presidente Honorário do Instituto, assim como os que lhe “pesavam sobre os ombros como presidente da República (RIHGB, 1967, p. 184)”.

Antes de encerrar a cerimônia, o vice-presidente do Instituto faria questão de ressaltar o “entusiasmo e a satisfação” dos sócios do Instituto com as palavras e com o comprometimento do chefe de Estado com os “deveres e encargos” de Presidente Honorário da instituição e, sobretudo pela declaração e o posicionamento favorável de Costa e Silva ao auxílio do Estado para a construção da nova sede do Instituto:

Com a devida vênia do Senhor Presidente da República e nosso Presidente de Honra, antes de encerrar a sessão, eu quero dizer à Sua Excelência, que nós do Instituto hoje vamos dormir sossegados, vivíamos alarmados com o que aqui se passa e as palavras de Vossa Excelência foram tão generosas, tão cheias de promessas, que estamos todos com os corações batendo e com profunda emoção. E não satisfeito apenas em dizer as palavras que foram por nós ouvidas, Vossa Excelência ainda nos deu a honra de vir assinar este decreto, aqui no Instituto, neste dia (RIHGB, 1967, p. 184).

Se a intenção da Instituição com o título era aproximar o chefe de Estado do Instituto, a “estratégia” parece ter tido êxito. Ao comparecer ao Instituto e assumir a sua Presidência Honorária, Costa e Silva comprometia-se com “os deveres e encargos” da Instituição, dentre eles, subjetivamente, o auxílio e o incentivo financeiro à Instituição, inclusive para a tão desejada construção da nova sede do Instituto.

Como vimos no capítulo anterior, durante o governo Costa e Silva, foram realizados consideráveis repasses de verbas ao Instituto, inclusive para a construção da sua sede, de acordo com a concepção expressa pelo chefe de Estado de “dever do Estado” de prover o amparo e o incentivo a entidades culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além da promulgação do seu governo do Decreto-lei que tornou o IHGB uma Instituição de “utilidade pública”. A próxima e “benéfica” relação do Instituto com o chefe de Estado seria sintetizada pelo próprio Instituto que descrevia Costa e Silva como o seu “inesquecível Presidente de Honra”.

4.3 MÉDICI

A cerimônia de posse de Emílio Garrastazu Médici como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocorreu em “sessão solene” realizada no dia 3 de Junho de 1970, no mesmo ano em que o general assumia como o terceiro chefe de Estado do regime ditatorial (RIHGB, 1970, p. 312). O encarregado pelo pronunciamento por parte do IHGB seria novamente Pedro Calmon, já presidente do Instituto. Coube a ele a saudação e o discurso em homenagem ao chefe de Estado. Como de *praxe*, Calmon iniciou o seu pronunciamento exaltando a história da Instituição e rememorando “os patriarcas” que há 132 anos haviam fundado o Instituto “para que nele, *ad aeternitatem*, se preservassem as tradições do País” (RIHGB, 1970, p. 312).

Assim como em seus discursos anteriores, o orador relembrou o pedido feito pelos fundadores do Instituto para que o Imperador “digna-se a ser seu patrono”, mas “aquele príncipe estranhamente brasileiro fez melhor” e “considerou-se seu Presidente”. Enquanto lhe durou “o reinado de meio século”, as reuniões do Instituto foram para ele “como os conselhos do Governo, um ato de Estado”; para ter o Instituto perto de si, “instalou-o numa dependência de suas casas”, para frequentá-lo, “não atravessava a rua – transpunha o passadiço”. O Imperador Dom Pedro II seria descrito pelo orador como “impregnado de um sentimento liberal, aliás, inexorável com a sua estirpe, magistrado por inclinação”. Nas mais de 500 sessões em que presidiu o Instituto, o Soberano “raramente interferia nos debates” e “sem constranger com a majestade a democracia”, “assistia-os com solícitude educativa, estimulava a cultura colocando-se na posição confortável de quem a absorve”, parecendo um “mestre entre alunos” (RIHGB, 1970, p. 312).

A seguir, Pedro Calmon contextualizaria historicamente a fundação do Instituto, criado “em plena Regência”, quando a nacionalidade “afirmou-se, conheceu-se, poliu-se, adquirindo a consciência de sua unidade”. Para “conservar a memória da Pátria”, o Instituto “juntou-lhe a ressonância cívica, porque à investigação da verdade – seu primeiro mandamento – acrescentou os entusiasmos comemorativos – sua obrigação pedagógica” (RIHGB, 1970, p. 313). A essa história “patriótica”, caberiam os “grandes feitos” e os “grandes homens” da nação, a serem lembrados, como função *pedagógica*, como exemplos cívicos para os homens do tempo presente e para as gerações seguintes:

Longe fulguravam os exemplos de heroísmo. Aqui recebiam-se os heróis. O que de efêmero tinha o fato grandioso, os historiadores supriram com a perpetuidade (...) Não recorremos ao acontecimento do dia. Voltamos aos dias santificados pela bravura ou pela Ilustração, em que se distribui o calendário patriótico: refutamos o ingrato esquecimento: a nossa tarefa é reivindicatória; restituímos às novas gerações o que de imprecívél houve nas gerações extintas; asseguramos o seu acesso à experiência; atualizamos o passado, não para que retarde, mas para que inspire, pelos modelos (imortais) plasmamos a imagem (nacional) (RIHGB, 1970, p. 313).

Um símbolo de um “grande feito” a ser rememorado seria, para Calmon, a cerimônia que empossou na Presidência Honorária do Instituto “o saudoso” marechal Arthur da Costa e Silva, em sua definição: um “militar irrepreensível e devotado Chefe da Nação” (RIHGB, 1970, p. 313). Evocando novamente a figura de

Caxias, “modelo dos espadins dos cadetes das Agulhas Negras”, de quem “a liga insolúvel da integridade brasileira” se fez com a sua espada, Calmon adentraria na biografia e na trajetória militar do general Médici: “cadete da Academia Militar de Realengo”, de “cuja turma de 1927 se destacou o moço de Bagé”, recomendado pela sua “indeclinável vocação das armas, para realizar uma das mais belas, e mais nobres carreiras do Exército brasileiro” (RIHGB, 1970, p. 313). Segundo Calmon, Médici vinha “da mais exposta, da mais histórica, da mais dramática região do País”, a periferia; é nela que “as opções se traçam, a visão global do país emerge purificada por antigos e lendários sacrifícios, os descendentes são contemporâneos dos antepassados”. É na periferia que se delineiam “os trajetos pelos quais rolaram as cavalgatas estrondosas, vadeados pelos esquadrões destemidos, sancas e coxilhas, verdes campos abençoados de paz por onde bravejou a guerra: baluarte ideal da nacionalidade” (RIHGB, 1970, p. 314). As origens de formação do general Médici prosseguiriam em tons de exaltação e em estilo de *prosa poética* por Pedro Calmon:

Nessas raízes bajenses deparamos com as influências que lhe marcaram na juventude a sensibilidade irizada do romantismo – na idade em que os recrutas carregam na mochila (como os *grogards* de Bonaparte) o bastão de marechal: a influência cívica de Gaspar Martins, a influência militar de ínclito Osório. Dirá V. Exa. nas confissões da autobiografia (gênero literário que transfere aos estadistas o encargo dos historiadores, quando se dispõe, menos do que abrir o arquivo, a abrir o coração) se, como imagino, a sugestão do Bayard brasileiro o engajou na cavalaria e a lição do tribuno dos pampas o arredou da política. O fato é que se deixou absorver pela profissão. Na trilha do Patrono. Cavaleiro na acepção melhor da palavra, ou seja, conforme a ética, o sentido e o vigor da arma, a cuja transformação assistimos na época presente – em que a gloriosa tempestade das cargas se esvaiu nos ecos da literatura, sem que a mecanização lhe matasse a alma, essa rija alma de cavaleiro que fazia de cada soldado um esboço de Condestável... A sua vida é um exemplo de dedicação exclusiva ao exército e ao País (RIHGB, 1970, p. 314).

Neste momento do pronunciamento, Pedro Calmon chega ao período da biografia em que Médici assume como chefe de Estado do regime ditatorial, deixando-se evidenciar uma postura positiva e favorável à ascensão do general ao comando do Estado. Para Calmon, os méritos “pessoais” e biográficos do general Médici legitimavam-no ao comando do Estado. Uma “das mais belas, e mais nobres carreiras do Exército brasileiro” e um “exemplo de dedicação exclusiva ao exército e ao País”, conseqüentemente avalizavam o general Médici a ocupar o cargo de chefe do Estado:

Surpreendeu-o a escolha para dirigir a Nação quando comandava V. Exa. o terceiro exército, naquele quartel-general de Porto Alegre, que se honra de possuir, e isso agradecemos a V. Exa., a mais valiosa coleção de retrato dos chefes militares do Brasil. Recebeu-a como uma convocação. Nome indicado para assumir em tão delicadas circunstâncias a presidência da República, abonou-o, antes de tudo, a confiança que inspirava. Quem serve mais de 40 anos a pátria sem dela se servir; quem se mantém fiel aos compromissos da mocidade e cada dia os confirma, no silêncio, na correção, no dever; quem merece de sua classe, de sua terra, de sua gente, a alta consideração que desfruta; quem fez do destino sem ambição uma trajetória limpidamente coerente, apresentando como título, à esperança depositada no seu descortino, os antecedentes de honrado patriotismo, podia governar o Brasil – voltado para os interesses, para a premências, para os anseios do Povo (RIHGB, 1970, p. 314).

A “escolha” do general Médici para ocupar o cargo máximo de chefe de Estado durante o regime ditatorial parece dar-se, de acordo com a narrativa apresentada pelo orador, unicamente por benemérito e pela biografia do general Médici, visto que, a sua escolha teria sido “abonada”, antes de tudo pela “confiança que inspirava”, ignorando a conjuntura e os inúmeros fatores, relações e articulações que envolveram a sucessão no comando do regime ditatorial. Haveria de se perguntar **quem** havia “abondado” o nome do general Médici para o comando do Estado, alçado ao cargo por via indireta, que não através do devido processo democrático. Nas palavras de Calmon, “somente quem serve mais de 40 anos a pátria sem dela se servir”, quem “se mantém fiel aos compromissos da mocidade e cada dia os confirma, no silêncio, na correção, no dever; quem merece de sua classe, de sua terra, de sua gente, a alta consideração que desfruta”, quem “fez do destino sem ambição uma trajetória limpidamente coerente, apresentando como título, à esperança depositada no seu descortino, os antecedentes de honrado patriotismo”, é que poderia (e teria legitimidade) para “governar o Brasil”. A trajetória do general Médici inexoravelmente o gabaritava a ocupar o posto de chefe da nação.

Mencionando a viagem que o chefe de Estado faria ao Nordeste, região “assolada pela seca que o abrasa e esfomeia”, Calmon faria questão de dizer à Médici “em nome do Instituto”, que, caso não tomasse posse como seu Presidente Honorário, “já deveria estar o general Emílio Médici na categoria dos sócios honorários” do Instituto, pela “iniciativa que adotou, de criar em honra de grandes vultos da nacionalidade os parques históricos”, dentre eles a casa natal e o sítio de infância do General Osório (RIHGB, 1970, p. 315). Mais uma vez, o Instituto faria questão de ressaltar que os chefes de Estado não estavam ingressando na

Instituição apenas pelo cargo que ocupavam e pelo cumprimento dos seus estatutos, mas também devido à “contribuição” que os mesmos haviam dado ao campo da História: Costa e Silva, pelos seus “estudos históricos” e Médici, pela criação dos “parques históricos”, tinham o devido merecimento de estarem ingressando no Instituto.

Calmon mencionaria similaridades no aspecto histórico, entre o Instituto e o chefe de Estado que, conforme o orador, “no culto a tradição viu argutamente os fundamentos reais da educação cívica”, resultando no “encontro” entre o general Médici e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que teriam olhado “ombro a ombro as mesmas perspectivas – em que a grandeza nacional se delineia no seu perfil iluminado de velhas epopeias e triunfos desejados” (RIHGB, 1970, p. 315).

Antes de finalizar o seu pronunciamento, Pedro Calmon faria questão de dizer ao chefe de Estado que “o Instituto queria mais do que um Presidente de Honra”, pretendiam que “esta casa mais do que centenária, seja um pouco sua”; não lhe pediam “apenas a bondade de prestigia-la com o cobiçado patrocínio”, mas requereriam “a sua assistência, os seus conselhos, a sua participação, a sua possível assiduidade, sempre que puder dispensar-lhe alguns momentos da agenda repleta” (RIHGB, 1970, p. 315).

Neste trecho do pronunciamento, verificamos a tese levantada no segundo capítulo de que a nomeação dos chefes de Estado à Presidência Honorária do Instituto funcionava também como um modo de aproximar os chefes de Estado da Instituição e com isso comprometê-los com o repasse dos recursos financeiros estatais necessários para o funcionamento da Instituição, em sentido literal, do “cobiçado patrocínio”.

Assim como nos seus discursos anteriores, o orador mencionaria as más condições das instalações do IHGB, segundo ele, “incompatíveis com a importância do acervo”, composto por 500 mil peças documentais, 200 mil volumes da biblioteca, incluindo os da livraria particular de D. Pedro II: “vale dizer, um dos arquivos mais opulentos, uma das bibliotecas mais ricas do País”. Novamente o seu discurso contrastaria a riqueza patrimonial da Instituição com “a pobreza monástica de instalações insuficientes”. Segundo Calmon, “também disso falaria ao Presidente que conosco dividirá as suas preocupações com o esclarecimento da consciência brasileira”, em uma menção clara aos compromissos e pedidos de auxílio financeiro

que viriam ao chefe de Estado e agora Presidente de Honra do Instituto (RIHGB, 1970, p. 315).

Para o encerramento do pronunciamento, o Instituto agradeceria a presença do chefe de Estado por ter vindo “empossar-se” na Presidência de Honra do Instituto, assim como fizeram “os Chefes da Nação por ele distinguidos em eleição semelhantes” (RIHGB, 1970, p. 315). Perante o “supremo magistrado”, o Instituto desejava “reiterar a sua determinação” enquanto Instituição responsável pela produção e pela manutenção dos estudos e arquivos históricos:

Dar as gerações que nos sucederam o mais precioso subsídio de suas desinteressadas atividades, esta é a sua Filosofia e o seu magistério; o que aos auditórios da História pede o Futuro: a Verdade. Deixou de ser a Academia do Passado. É a Escola do Tempo. Não do tempo diluído na voragem: mas do tempo somado à energia criadora, de que se constitui a imortalidade da Pátria (RIHGB, 1970, p. 315).

Analisando o pronunciamento feito por Calmon à Médiçi, verificam-se semelhanças com os discursos anteriores feitos pelo orador aos chefes de Estado antecessores. A estrutura dos pronunciamentos segue praticamente a mesma: a rememoração e exaltação da história do Instituto e do seu “protetor”, o Imperador Dom Pedro II, elogios às biografias dos chefes de Estado, autovalorização do patrimônio, do acervo e do trabalho realizado pelo Instituto, reclamações quanto às condições de suas instalações, e das dificuldades financeiras da Instituição e o esperado comprometimento dos chefes de Estado com os auxílios e o “patrocínio” da Instituição.

Quanto à questão financeira, especificamente, analisando os discursos do IHGB, percebe-se que o roteiro traçado nos pronunciamentos segue uma lógica bastante sugestiva: primeiro, a autovalorização da história, do patrimônio e do trabalho realizado pelo Instituto (logo o merecimento das verbas do estado), depois as reclamações aos chefes quanto às más condições financeiras e de instalações em que se encontrava a Instituição, e como conclusão, a indução ao “comprometimento” dos chefes de Estado com o repasse financeiro para a manutenção da entidade, dependente das verbas estatais para o seu funcionamento.

Encerrado o pronunciamento do Instituto, é passada a palavra ao chefe de Estado, Emílio Garrastazu Médiçi, para que faça o seu discurso de posse como

Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O chefe de Estado iniciou o seu pronunciamento da mesma forma que o orador do Instituto, Pedro Calmon: lembrando a história da secular Instituição e dos seus “austeros assoalhos” que já “testemunharam, ao longo dos seus 138 anos” a presença dos chefes de Estado, a começar pelo Imperador Dom Pedro II, que conforme constam nos anais da Instituição, esteve “mais de meio milhar de vezes” presente no Instituto, e essa presença “foi tão íntima que a sua cadeira se fez cativa depois da queda do Império e além de sua morte” (RIHGB, 1970, p. 316).

Médici relembria a “tradição” do Instituto em conceder o título de Presidente de Honra aos chefes de Estado, “posto que a República tornou tradição investir o Presidente na Presidência de Honra do Instituto”, por conseguinte, ali se encontrava o General, “levando adiante o caminho desses homens providenciais, que foram Humberto de Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva” (RIHGB, 1970, p. 316).

Ao contrário de Costa e Silva, que reconhecia em seu discurso estar sendo homenageado porque “assim previam os estatutos da Instituição”, Médici não via na “tradição o traço mais visível de sua vinda”, mas que “sentia”, na homenagem que recebia do Instituto, “a visualização inteira do vínculo entre História, Geografia e Poder”. Na concepção do chefe de Estado, a História e a Geografia eram imprescindíveis no auxílio para as formulações das políticas de governo; segundo o chefe de Estado “a ninguém é lícito ignorar a importância da contribuição da Geografia e da História no desenvolvimento nacional” (RIHGB, 1970, p. 316). Médici explicaria a necessidade da História e da Geografia na elaboração das políticas de Estado:

[...] é que os objetivos para os quais se dirige uma sistematizada política de Governo se configuram à luz espaço-temporal, daí exercerem os fatos geográficos e históricos ponderável influência na sua elaboração e condução (RIHGB, 1970, p. 316).

A partir do questionamento: “acaso se pode prever e provar sem mapas, sem dados, censo que merecem fé, sem conhecer-se o solo, o subsolo, o sobressolo e o sub-mar?”, o chefe de Estado afirmaria que “não se governa sem Geografia e sem os geógrafos”, e por isso mesmo, não se deveria minimizar a contribuição das suas “instituições docentes, culturais e executivas”, e muito menos do “papel dos homens

que a fazem: professores, topógrafos, estatísticos, oceanógrafos, pesquisadores, censitários, servidores”; do contrário, “como pode um país continente, como o nosso Brasil, encontrar o seu destino sem conhecer, a fundo, a sua base física, sem conhecer a base humana?” (RIHGB, 1970, p. 316, 317). A Geografia seria imprescindível para Médici, no conhecimento da “base física e humana” da realidade brasileira e conseqüentemente para a elaboração e sistematização das políticas do seu governo:

O desenvolvimento de nossa infraestrutura econômica depende do conhecimento de nossa Geografia. Não quero referir-me, apenas, à fome que o Brasil tem de geógrafos, de meteorologistas, de cartógrafos, de estatísticos, mas também a influência dos estudos demográficos sobre as formulações da política nacional (RIHGB, 1970, p. 317).

O imprescindível investimento do governo nos estudos geográficos e na formação de geógrafos para a formulação e sistematização das políticas de Estado voltadas ao “desenvolvimento nacional” passava também pela impossibilidade de se estar “copiando” modelos exteriores e, portanto *estranhos* e inadequados à realidade geográfica brasileira:

Não pode o homem público brasileiro copiar linhas de ação político-administrativas aos povos de crescimento populacional gradual e controlado, se a nossa realidade é a explosão demográfica. Se os brasileiros somos hoje três vezes mais do que éramos nos meus vinte anos e é assim evidente a nossa juventude demográfica, o Brasil não pode ser governado de maneira semelhante às nações amadurecidas ou envelhecidas. Quem fala em nação demograficamente jovem, logo vislumbra a minoria economicamente ativa, em contraste com o imenso contingente em que o consumo supera a produção (RIHGB, 1970, p. 317).

A solução do “impasse” ou a adequação das políticas de Estado à nova realidade populacional brasileira passaria, de acordo com o chefe de Estado, pela realização de “verdadeiros investimentos demográficos”, que consistiria em retirar da renda nacional, antecipadamente, os recursos necessários ao equilíbrio entre população ativa e passiva que “esse rápido crescimento populacional ameaça romper”. Médici ressaltaria ainda que “o desenvolvimento de países em processo de explosão demográfica”, como o Brasil na década de 70’, “não prescinde de atrair créditos internacionais de ajuda e investimento ou de exportar riquezas naturais, visando ao aumento da renda nacional”. O chefe de Estado descartaria, como solução à explosão demográfica, a “terceira alternativa” de “controle de natalidade”,

que “violentaria a nossa sensibilidade”, convencido de que só competia ao Estado “chegar a intimidade da família, pela educação, respeitando o inalienável poder decisório de cada qual” (RIHGB, 1970, p. 317). Após a explanação sobre a importância da Geografia e dos geógrafos e das suas instituições para o “desenvolvimento nacional” e para a formulação de políticas direcionadas para a realidade geográfica brasileira, o chefe de Estado direcionaria o seu discurso à História.

Assim como a Geografia, para Médici a ninguém era “lícito ignorar a importância da contribuição da História no desenvolvimento nacional”, seja como “instrumento de ação, na elucidação de temas e na definição de alternativas perspectivas” ou no “encontro de métodos de análise dos acontecimentos, que sirvam ao individual e ao coletivo”. Para o chefe de Estado, assim como a Geografia, “não se governa sem História e sem historiadores” (RIHGB, 1970, p. 317). Ressaltada a “relevância” dos estudos históricos e geográficos na questão do “desenvolvimento nacional”, o chefe de Estado faria um “alerta” ao “homem público” sobre a “tensão existente” nestes dois campos, da História e da Geografia, entre “tendências puramente científicas e as distorções a que estas últimas podem conduzir” (RIHGB, 1970, p. 318).

Como exemplos dos “extremos” a que levaram “o pragmatismo na Geografia”, Médici cita o determinismo geográfico, o racismo, a teoria das zonas de influência e a “lei dos espaços crescentes” a qual Ratzel sintetizou na afirmação “impudica” de que “estados vitalmente fortes, com uma área de soberania limitada, são dominados por categórico imperativo político de dilatar seu território pela colonização, pela união com outros estados ou pela conquista”. Tais “poluições do pensamento geográfico” fermentaram “especulações filosóficas” que “acabaram por levar muitas nações ao colonialismo e ao nazismo, e a humanidade, ao racismo e à guerra” (RIHGB, 1970, p. 318). Como exemplo destas “distorções” e “poluições” no campo História, o chefe de Estado citaria o materialismo histórico:

Veja-se a que extremos levou o pragmatismo na História, com o materialismo histórico que, não se contendo nos limites da técnica de direção do Estado, pretende se instituir como lei a todas as gerações e a todos os povos, como instrumento fundamental da adoção de uma concepção de vida, que minorias ativas pretendem impor, pela alienação dos valores espirituais do homem, pela violentação do princípio de autodeterminação e pela pressão psicológica do terrorismo de requintes miliformes (RIHGB, 1970, p. 318).

O general Médici prosseguiria em sua crítica ao que chamou de “história engajada”, “pragmática”, á serviço de interesses do *presente*, sobretudo do marxismo e do materialismo histórico, reproduzidas principalmente por “professores de história” no *meio* universitário brasileiro:

Ainda temos memória e indignação para a safra, em nosso país, da História engajada, de senso ultra pragmático, a serviço da dialética marxista, vergando as verdades do passado ao peso dos interesses do presente, forjando uma “História Nova”, dócil a ideologia que a História mesma provou repudiada sempre pelo povo brasileiro e recrutando entre professores de História o grupo de maior efeito multiplicador no processo de mobilização e contaminação da mente universitária brasileira (RIHGB, 1970, p. 318).

Vistos os “radicalismos” a que podem levar os “excessos pragmatistas” na História e na Geografia, o chefe de Estado defenderia que era preciso “que a mocidade vislumbrasse as imensas potencialidades que num país assim em ascensão”, como o Brasil na década de 70’, “se abrem na busca infatigável da verdade científica” (RIHGB, 1970, p. 318). Na perspectiva do chefe de Estado, para o “geógrafo brasileiro” haveria “todo um universo a revelar no sangue e no solo do homem deste País”; para os historiadores, “toda uma consciência cívica democrática que se há de preservar e aperfeiçoar na análise autêntica dos fatos, solidarizando gerações” (RIHGB, 1970, p. 319).

Como exemplos das *funções* que a Geografia poderia desempenhar na sua relação com o governo, inserida na “problemática nacional”, o chefe de Estado mencionaria o “8º Recenseamento Geral do Brasil”, a “dinamização do Plano Nacional de Estatísticas Básicas”, a “criação do Banco de Dados”, a “aceleração do Plano Cartográfico Nacional” e o “papel” desenvolvido pelo IBGE na formulação das políticas de seu governo:

Oportuno é dizer que meu governo mede a sua responsabilidade, com respeito a Geografia e a estatística, pelo êxito da atuação da Fundação IBGE, no quadro de um sistema integrado: sistema estatístico-geográfico. Sua tarefa fundamental é produzir um elenco de dados, informações e estudos, que constituem um suporte indispensável ao processo de formulação, implementação e acompanhamento da política nacional (RIHGB, 1970, p. 319).

Após criticar os *usos* “pragmáticos” da história, em função de interesses e objetivos do *presente*, o chefe de Estado iria expor o que “esperava” da “história e dos historiadores”, conforme a sua concepção política e ideológica de sociedade enquanto chefe de Estado do país:

Oportuno é dizer que esperamos da História e dos historiadores, a sua contribuição para a instrumentação de nossa economia, de nossa sociologia, de nossa ciência política, de uma educação cívica e democrática brasileira, a sua contribuição para a evolução e o aprimoramento das instituições e dos homens, assim como para o fortalecimento do caráter nacional. Como amostragem dessa atitude, estamos empenhados em sensibilizar o povo para o trato do fato e de vultos históricos e, no rumo desse incentivo, participamos, há bem pouco, da memorável inauguração do Parque Osório com a transformação, da velha morada da grande lança de nosso povo no Império, em local de romaria popular, para a reminiscência, a recreação, o encontro cultural e até mesmo o turismo (RIHGB, 1970, p. 318).

O uso “pragmático” da História, condenado pelo chefe de Estado, é válido para a “instrumentação” de setores e diretrizes políticas do seu governo. O problema para o chefe de Estado parecia ser menos a história servir a “interesses do presente” e mais a quais objetivos ela deveria servir. Essa é contradição na sua concepção de História apresentada em seu discurso. O *uso* da história parecia legítimo se usado de acordo com a concepção política e de sociedade do chefe de Estado, e não por projetos políticos “opostos” ao seu, como no caso do marxismo. Em oposição às “poluições” e as “distorções” na História, Médici acreditava em uma “verdade científica”: a crítica ao “uso pragmático” da História não se estende a sua concepção de História ou mesmo à criação dos “parques históricos” durante o seu governo, como se a eleição do que deveria ser preservado ou rememorado fosse uma escolha “científica” e não permeada por fatores e motivações de ordem política e subjetiva.

Como afirmamos no segundo capítulo, a proximidade dos chefes de Estado com Instituições culturais e *produtoras de saber*, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma Instituição secular, com prestígio e reconhecimento histórico, colaboravam com a imagem e com o processo de legitimação destes chefes de Estado e do regime diante da sociedade. Médici faria questão de ressaltar em seu pronunciamento que o seu governo “contava com instituições docentes e culturais, ligadas à História, e especialmente com este Instituto, para o relevo maior

da comemoração do nosso sesquicentenário de nossa independência” (RIHGB, 1970, p. 319).

O chefe de Estado “confiaria em Deus” para que a “família brasileira” esteja mais unida, para que “os 150 anos de vida independente” sejam “o retrato de um povo que, coeso e determinado, alcança, em verdade, a etapa superior de sua emancipação econômica”. Essa “interação”, junto “a base física e humana”, seria o “terceiro pilar indispensável a contribuição brasileira para o entendimento entre os povos” que encontravam-se “imune as disciplinas de formigueiro”, porque estariam voltados para “o objetivo filosófico maior da essência do desenvolvimento espiritual do homem”, a construção da “autêntica sociedade democrática” (RIHGB, 1970, p. 320).

4.4 ERNESTO GEISEL

Como demonstramos no segundo capítulo, Ernesto Geisel compareceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para assumir a sua Presidência Honorária somente três anos após assumir como chefe de Estado.

Ao contrário dos seus antecessores, que compareceram ao Instituto no mesmo ano em que assumiram a chefia do Estado e foram empossados em “sessões solenes”, com cerimônias e com pronunciamentos da Instituição e dos chefes de Estado, Ernesto Geisel, o penúltimo chefe de Estado do regime ditatorial tomaria posse como Presidente de Honra do IHGB durante uma rápida “visita” ao Instituto, sem maiores protocolos ou pronunciamentos por parte dos representantes do Instituto ou do chefe de Estado que, na ocasião, pronunciou “breves palavras”. A visita do chefe de Estado na sede do Instituto ocorreu no dia 13 de dezembro de 1977 e foi noticiada nas páginas da Revista do Instituto (RIHGB, 1977, p. 245).

Geisel compareceu ao Instituto durante uma visita que fazia ao estado do Rio de Janeiro, após ter assistido na Escola Naval as solenidades de declaração de novos guardas-marinha e da entrega de condecorações da Ordem do Mérito Naval a personalidades civis e militares, chegando ao Instituto acompanhado do seu ministro Chefe da Casa Militar, general Hugo de Andrade Abreu e pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, almirante Floriano Peixoto Faria Lima (RIHGB, 1977, p. 245).

Em sua chegada ao edifício do Instituto, que já contava com uma nova sede, devido à ajuda do general Médici, Ernesto Geisel foi recebido pelo presidente do IHGB, Pedro Calmon, pelo 1º vice-presidente, Américo Jacobino Lacombe, pelo 3º vice-presidente, Antônio Camilo de Oliveira, pelo 1º secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e pelo 2º secretário, Fernando Monteiro. Após a recepção e a troca de “cumprimentos e apresentações”, Geisel foi conduzido pela diretoria ao 10º pavimento do edifício, aonde se encontravam os sócios do Instituto “em número apreciável”, à espera do chefe de Estado (RIHGB, 1977, p. 245). Segundo consta no registro da visita, o “Presidente da República apertou a mão de todos e conversou, ligeiramente, com alguns que já eram seus velhos conhecidos”, dentre eles podemos citar - embora a sua presença não esteja registrada na ata do evento, mas apenas em um registro fotográfico da visita - do general Lira Tavares, sócio do Instituto e nome importante do regime ditatorial, que com a junta governativa havia assumido o comando do Estado até a posse do general Médici.

Na sala Teresa Cristina, onde se achava parte da biblioteca particular de Dom Pedro II, o chefe de Estado “aproximou-se da grande mesa de carvalho” e, “convidado a sentar-se, assinou o termo de sua posse como Presidente Honorário do IHGB”. O general havia sido “eleito por unanimidade” em Assembleia Geral realizada no dia 17 de julho de 1974 (RIHGB, 1977, p. 245). A seguir, o presidente Pedro Calmon “passou-lhe as mãos o diploma”, explicando-lhe ser “de igual modelo e disposição gráfica do diploma assinado em 1847 pelo presidente do IHGB, Candido José de Araújo Viana, futuro Marquês de Sapucaí”, quando conferiu o título de sócio do Instituto ao então Conde de Caxias. O diploma de Caxias, doado ao Instituto após a sua morte, foi “examinado pelo Presidente Geisel” (RIHGB, 1977, p. 246).

Sobre a mesa onde o chefe de Estado acabava de assinar o termo de sua posse no IHGB, “estavam espalhados numerosos documentos (amarelados pela passagem de bem mais de um século)”, referentes “a vida militar do Duque de Caxias”, “desde o decreto do Príncipe Regente D. João, permitindo verificasse praça de cadete, aos cinco anos de idade, no 1º Regimento de Infantaria”, até o decreto do Governo Imperial, de 1866, “confiando-lhe o comando geral das forças brasileiras em operações de guerra no Paraguai, sem faltar nenhuma das promoções, de tenente a marechal” (RIHGB, 1977, p. 246). Novamente a figura de Caxias é retomada como um dos “grandes nomes” pertencentes ao quadro de sócios do

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como forma de demonstrar o prestígio da Instituição e também como uma “figura histórica” de admiração em comum entre o Instituto e o general Geisel.

Além da documentação referente ao período imperial, estavam também sobre a mesa o arquivo do general Osório e o do então presidente Epitácio da Silva Pessoa, “sob cujo governo o Brasil comemorou a passagem do 1º centenário de sua independência política” (RIHGB, 1977, p. 246). Como mostra da “não menos rica biblioteca do IHGB”, foi dado a Geisel para examinar um exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas*, que pertenceu ao próprio Luís de Camões, “trazendo a assinatura autografada do poeta”. Este livro, pelo qual Dom Pedro II tinha “especial carinho”, teria sido segundo Calmon, “o único livro que o Imperador fez questão de levar para o exílio”. O presidente Calmon esclareceria ao chefe de Estado que, mostrava-se “deveras interessado por tudo que lhe era dado observar”, que “tais papéis representavam uma pequena amostra do imenso e valiosíssimo acervo de documentos arquivados no IHGB, em número de cerca de meio milhão de peças” (RIHGB, 1977, p. 246).

Antes de deixar a sala, o chefe de Estado, “no único pronunciamento que fez durante os cinco dias de sua movimentada permanência na cidade do Rio de Janeiro”, dirigiu-se à Diretoria e aos demais sócios do Instituto e, de “improviso”, realizou um pequeno pronunciamento demonstrando o reconhecimento ao Instituto e falando sobre a importância da História e da preservação dos documentos históricos para a posteridade:

Bem sei o que esta Casa representa e tive grande prazer de vir hoje até aqui. Dou muita importância aos documentos históricos e preocupo-me sobremaneira em que sejam eles bem resguardados para o uso das futuras gerações. A História vale como preservação da nacionalidade e como mestra das instituições (RIHGB, 1977, p. 246, 251).

Posteriormente, o chefe de Estado manifestaria a instrução sua dada ao Ministério da Educação e Cultura para que “procure publicar livros importantes de nossa história” solicitando ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, “na oportunidade muito grata de sua visita”, indicasse as obras “que a seu juízo mereçam ser reeditadas”. As “singelas palavras” pronunciadas por Geisel foram “aplaudidas por muitas palmas” pelo plenário, “tal a espontânea e louvável promessa de reedição de obras históricas” (RIHGB, 1977, p. 251).

Prosseguindo a visita nas instalações do Instituto, “sempre atento e interessado” e “paciente em ouvir as explicações”, o chefe de Estado adentrou na Sala Pública de leitura, consulta e pesquisa do Instituto, onde “cumprimentou e conversou com as funcionárias e consulentes”. Nesta mesma sala “examinou com interesse” a galeria de retratos dos chefes de Estado Presidentes de Honra do Instituto, “de D. João VI a Ernesto Geisel”. Passando para as outras dependências da sede, “sempre ouvindo os esclarecimentos de Pedro Calmon”, o chefe de Estado se deteve no Salão de Honra, apreciando o painel inacabado de *D. Pedro II na Varanda da Coroação*. Foi-lhe mostrado, também nesta sala, a poltrona de uso do Imperador, “nas quinhentas vezes em que ele presidiu sessões no Instituto”, tornando-se cativa em memória do Imperador por sugestão do general Severiano da Fonseca, irmão do chefe do Governo Provisório (RIHGB, 1977, p. 251).

Na “contígua” Sala Imperial, Geisel observou a mesa do Conselho de Estado e comentou com os historiadores presentes sobre os mecanismos de funcionamento daquele órgão do regime monárquico brasileiro. No museu do Instituto, o grande “atrativo” para o chefe de Estado foi o “famoso sabre do Duque de Caxias”, usado pelo “condestável do Império em todas as suas campanhas pela unidade nacional”. Teria sido essa a “espada gloriosa” que “serviu de modelo para o espadim dos alunos da Academia Militar das Agulhas Negras” (RIHGB, 1977, p. 251). Revelando sempre “atenção pelo que via e ouvia”, o chefe de Estado foi levado à “opulenta biblioteca”, aonde “interessou-se por seu acervo, o seu funcionamento e pelos seus processos de restauração de velhos livros”, fazendo diversas indagações a bibliotecária. Depois de ter permanecido no Instituto “bem mais do dobro do tempo em que estava previsto em sua agenda”, o chefe de Estado se retirou “visivelmente satisfeito com a visita”, tendo sido acompanhado até a saída pelo presidente Calmon e demais membros da Diretoria do IHGB (RIHGB, 1977, p. 252).

Embora o chefe de Estado tenha demonstrado certo reconhecimento à Instituição comparecendo a sua sede e assinando o termo de posse como Presidente de Honra da Instituição, a sua breve “visita” ao Instituto - em comparação às “sessões solenes” em que tomaram posse seus antecessores, bem como os pronunciamentos de exaltação e de comprometimento com o Instituto dos chefes de Estado anteriores - podem indicar um menor prestígio do Instituto diante de Ernesto Geisel; afirmação esta que parece mais provável se analisarmos que durante o seu

governo os valores repassados ao Instituto diminuíram drasticamente em relação aos outros chefes de Estado do regime ditatorial.

4.5 FIGUEIREDO

Conforme comunicado em nota pelo Instituto, em cumprimento do Art. 4º dos seus estatutos, foi eleito Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, João Batista de Oliveira Figueiredo, último chefe de Estado da ditadura no Brasil. A votação, realizada em Assembleia Geral no dia 12 de setembro de 1979, sufragou o seu nome que “orçou pela unanimidade e foi aclamado com palmas pela Assembleia composta por elevado número de sócios”. O Instituto aguardaria a “honrosa visita de sua Excelência” (RIHGB, 1979, p. 199).

A cerimônia de posse de Figueiredo como Presidente de Honra do Instituto, ocorreu em sessão solene presidida por Pedro Calmon no dia 15 de Novembro de 1979, por coincidência, na efeméride do nonagésimo aniversário da proclamação da República. Além dos pronunciamentos do Instituto e do chefe de Estado, as atas da cerimônia descreveriam também a visita do chefe de Estado nas instalações do Instituto (RIHGB, 1979, p. 199).

Após ter visitado as principais dependências do Instituto, Figueiredo, acompanhado da diretoria do Instituto, deu entrada no Salão de Honra onde foi “aplaudido de pé, calorosamente” pelos membros do Instituto e por numerosos convidados que aguardavam a sua chegada. Presidindo a sessão, Pedro Calmon convidou para compor a mesa, além do chefe de Estado, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas, o presidente do Senado Federal, Dr. Luis Viana Filho, o ministro da Marinha Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, o ministro da Educação e Cultura, Dr. Eduardo Mattos Portella e o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Eugênio de Araújo Salles (RIHGB, 1979, p. 249). Diferentemente da ocasião em que o seu antecessor Ernesto Geisel, a cerimônia de posse do general Figueiredo foi de muita pompa e contou com a presença de inúmeras autoridades de Estado.

Conforme previsto na programação oficial da cerimônia, inicialmente o chefe de Estado assinou o protocolo para o desenvolvimento do Programa Nacional de Educação para a Cidadania, o PRONEC. Após ler a súmula das principais efemérides, o 1º secretário do Instituto, Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos

Pedrosa leu o termo de posse de João Batista de Oliveira Figueiredo como Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, termo assinado pelo presidente do IHGB, Pedro Calmon e pelo novo Presidente de Honra do Instituto, que recebeu “das mãos do Presidente do IHGB” o diploma e o “colar privativo” dos membros da Casa, ao que, logo passou a usá-lo, “sob aplausos da assistência”. Posteriormente ao protocolo de posse, o presidente do Instituto, Pedro Calmon, pronunciou “de improviso”, um “eloquente discurso” saudando o chefe de Estado, João Batista Figueiredo (RIHGB, 1979, p. 250).

O orador iniciou o seu pronunciamento destacando o “acerto” do chefe de Estado em comparecer ao Instituto na efeméride do nonagésimo aniversário da República. Calmon expressaria em tons de exaltação da história do Instituto que “nenhuma academia no País se honrará de por tanto tempo (141 anos!) de ter conciliado a diversidade do pensamento e a unidade da Pátria”. Como “símbolo” da conciliação no Instituto da “diversidade do pensamento e unidade da pátria”, Calmon mencionaria a “dignidade dos conselheiros e barões de 1899”, que quiseram que permanecesse vazia e vedada, pelo laço verde e amarelo, a “viúva do sistema extinto”: a cadeira em que o Imperador Dom Pedro II presidiu mais de 500 sessões do Instituto, “acolhida piedosamente pela justiça do novo regime”; a homenagem “era da República à Monarquia”. Na Instituição que “acima dos estilos de governo desfraldara desde 1848, o pavilhão nacional”, não devia se “estranhar a magnanimidade” deste gesto, pois, na Instituição “pulsava a gratidão do grêmio, pela predição constante do trono, que o instalara nas dependências do Paço”, para que pudesse frequentá-lo “com a pontualidade da audiência que dava aos conselhos da Coroa – e do Brasil, pelo reinado tolerante e escrupuloso que nos dera por meio século a ordem e a liberdade” (RIHGB, 1979, p. 251).

O presidente do Instituto questionaria “que lição tiraram os brasileiros dessa admirável atitude – em face do passado?” Segundo Calmon, deveriam entendê-la como “um apelo a concórdia e a colaboração”, pois “fora, e além do conflito, a abertura a todos os cidadãos dos caminhos da paz e do trabalho”, regiam os trabalhos na secular Instituição. Esse respeito à “diversidade de pensamento” e o “influxo de compreensão e convivência” explicariam o “gesto respeitoso” do Instituto em oferecer a Presidência Honorária à Deodoro da Fonseca, mesmo sendo eternamente grato ao seu “protetor”, o Imperador Dom Pedro II. Este “propósito”

maior justificaria a sucessão “nas poltronas do Instituto” de sócios “modernos e jovens, aos veneráveis e primitivos” (RIHGB, 1979, p. 252).

O Instituto havia sido fundado, conforme o seu orador, “em um dos períodos mais inquietos de nossa evolução”, pelos “homens severos da independência” que, já havendo a conquistado, agora a “desejam-na inteligente e educada”, pois tinham a consciência de que “as pátrias não se completam com as exterioridades da lei”, mas “forjam-se nos auditórios, firmam-se na tribuna, iluminam-se na imprensa, enrijam-se no debate, ganham na capacidade de memória as dimensões morais que a eternizam”; esta seria “a leal obrigação” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que “através dos seus 141 anos de atividade, não se interrompeu jamais” (RIHGB, 1979, p. 252).

Após rememorar um pouco da história da Instituição, o orador mencionaria o título de Presidentes Honorários da Instituição previsto em seus estatutos desde a fundação do Instituto bem como o objetivo e a razão de sua concessão aos chefes de Estado:

Determina os nossos Estatutos que caiba ao Presidente da República o supremo título – de Presidente de Honra. Em sessão magna, conferiu-o o Instituto à grande maioria dos que honradamente a governaram. Não reluziu nessa cerimonia sentimento diferente – da distinção e da afabilidade. É como se renovássemos os votos feitos no início, ainda na Regência, a seu chefe, Araújo Lima, ministro inexcelsível, Bernardo de Vasconcelos. Para que o Estado nos trouxesse, representado pelo seu alto dirigente, o interesse e as aspirações; e neste conagraçamento, da História e da Autoridade, palpássemos, visível e nobre, a união dos espíritos, a aliança das intenções, a liga áurea da palavra e do Poder, a bem, por força, da perenidade do País (RIHGB, 1979, p. 253).

Segundo Calmon, o título de Presidentes Honorários havia sido concedido “à grande maioria” dos chefes de Estado que “honradamente governaram” o país. Deduz-se, a partir desta afirmação que, Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel que receberam o título de Presidentes Honorários do Instituto também haviam governado “honradamente” o país. Mais uma vez, Calmon emite opiniões e posicionamentos políticos com relação aos chefes de Estado anteriores *em nome* do Instituto.

Comprova-se também que o título de Presidentes Honorários “funcionava” como um *meio* de aproximação entre a Instituição e o Estado, aliás, havia sido assim ao longo de toda a história do Instituto. O “conagraçamento da História e da autoridade”, a “aliança das intenções”, a “liga áurea da palavra e do poder”,

sintetizavam em *prosa poética* a intenção e a *vontade* do Instituto em manter-se próximo do Estado. Para o Instituto, que historicamente declarou manter-se distante da “política”, a afirmação de Calmon vai em direção contrária do *distanciamento* político da Instituição:

Vossa Excelência, Senhor Presidente, assume agora a presidência patriótica do Instituto. E é recebido com os aplausos e a simpatia que desde criança lhe encorajam a escalada. Diviso, na doce penumbra em que se ocultam os auspícios mais presentes, a figura excelsa de seu Pai – o general Euclides de Figueiredo, cujo testemunho cívico lhe constitui hoje o compromisso com o que há de sólido e duradouro na vida nacional; e revejo, na sua fé de ofício, primoroso servidor do Brasil, os galardões que nos asseguram a realização das promessas e dos projetos – sejam quais forem as dificuldades circundantes. Saudamos em Vossa Excelência um lúcido condutor de destinos (RIHGB, 1979, p. 253).

Novamente, Pedro Calmon exalta a biografia do chefe de Estado homenageado, como se a trajetória de Figueiredo justificasse e legitimasse a sua ascensão ao cargo máximo de chefe de Estado, haja vista que o general Figueiredo tinha um “compromisso” com “o que havia de sólido e duradouro na vida nacional”; um “primoroso servidor do Brasil” ocuparia por merecimento a chefia do Estado. A definição do orador Pedro Calmon de Figueiredo como “um lúcido condutor de destinos” revela e configura-se em uma postura política favorável do Instituto com relação ao último chefe de Estado do regime ditatorial e ao seu governo.

Para finalizar o seu pronunciamento, Calmon pediria ao chefe de Estado para sentar-se na cadeira presidencial que “mais de uma dezena de chefes de Estado ocupou neste recinto acadêmico” e que “guia-se os trabalhos (do Instituto) – como orienta e dirige a Nação”: “amando-a – para governar com bondade; orientando-a – para administrar com sabedoria; engrandecendo-a – para fazer mais feliz o povo brasileiro” (RIHGB, 1979, p. 253).

Após o discurso do presidente do Instituto, o chefe de Estado, general Figueiredo realizaria o seu pronunciamento como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual o intitulou de “O Ideal do Presidente”. Antes de iniciar o seu pronunciamento, o chefe de Estado expressou “a satisfação e o desvanecimento” de estar recebendo o título de presidente honorário do IHGB, “como tantos brasileiros muito mais ilustres já o fizeram” e prestou o juramento de posse do Instituto, prometendo “promover, quanto a mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (RIHGB, 1979, p. 260).

O chefe de Estado iniciou, como na maioria dos discursos anteriores, rememorando a história da “venerável Instituição” que “há mais de 140 anos é a casa por excelência onde se cultivam os valores imperecíveis da pátria” e onde “a História dos homens se entrelaça com a terra, fase física da vida humana”. Nos seus arquivos, livros e documentos, “guarda-se a memória dos fatos e dos lugares”. Para Figueiredo, a “inspiração de juntar História e Geografia” teria sido sintetizada nas palavras dos seus fundadores do Instituto Cunha Matos e o Cônego Cunha Barbosa que as julgavam “de absoluta e indispensável necessidade, para o conhecimento de todos os brasileiros”. Ainda rememorando a história da Instituição, Figueiredo mencionaria a figura de Dom Pedro II, “que aqui esteve mais de quinhentas vezes”, com a sua “límpida vocação de estudioso, antes que de político”, não deixando jamais de merecer as “homenagens especialíssimas” e o “imperecível reconhecimento” do Instituto ao seu “inesquecível protetor” (RIHGB, 1979, p. 260).

Dirigindo-se à Calmon e aos “seus mais ilustres companheiros de silogeu”, o chefe de Estado afirmaria não ser “tarefa para os pequenos espíritos fazer jus ao padrão da glória à civilização de nossa Pátria”, recitando, nas palavras do Imperador, a “tarefa” de “conservar e manter à serviço do homem o testemunho da História e da Geografia”, em especial “por nos encontrarmos, em plena época da História instantânea, a entrar-nos casa a dentro, à plena cor, em horário de determinado”. Na expressão de Figueiredo, “hoje todos somos testemunhas oculares dos fatos do dia”, através da “dramatização e da reconstituição”, somos todos “espectadores ou participantes dos episódios históricos”. Os “veículos de comunicação social – o cinema, o teatro, o livro, a revista, a história em quadrinhos, o rádio, a televisão” teriam “uma indeclinável responsabilidade” (RIHGB, 1979, p. 260), visto que “a natureza” mesma dos meios de comunicação “impõe condensar, sintetizar, reduzir os fatos e dados à linguagem mais simples e dramática”, onde os “princípios e sentimentos” representam-se através de “símbolos” e “situações ao nível da experiência pessoal das multidões, em pequenas frações de tempo”. Nessa condição, não “surpreende” o chefe de Estado que a História muitas vezes “dê lugar à propaganda maciça e massificadora”, ou que a “realidade perder vez para a versão” (RIHGB, 1979, p. 261). Assim como Costa e Silva e Médici, Figueiredo criticaria o “amesquinamento” da História, pelas “simplificações necessárias ou intencionais das intenções e propósitos”, em uma crítica subjacente aos objetivos e interesses do *presente* e que a deturpariam:

Ora, as atividades humanas são complexas por natureza. Processam-se em meio a contradições próprias de todo organismo vivo não arregimentado, não comandado em suas ações e em seu pensamento. Por isso, o trabalho paciente de ordenar e sistematizar a História e a Geografia e livrá-las da deturpação em inseparável do bem geral da sociedade (RIHGB, 1979, p. 261).

Para o chefe de Estado, “cultivar a história” seria o “primeiro requisito para amar e respeitar a Pátria”. Colocar “a sua vida a serviço da Pátria”, seria a “aspiração suprema do homem” (RIHGB, 1979, p. 260). Nesse sentido, o Instituto estaria - ou deveria estar - na concepção de história do general Figueiredo, imbuído desta “missão”: à “serviço” da pátria, lembrar as datas da “nossa história” como “dias de recordar e viver”:

Nós, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro temos uma tarefa clara, importa pelo reconhecimento da realidade. Essa tarefa é reviver a História. Incentivar o patriotismo. Divulgar e referenciar a memória dos nossos homens. Celebrar os feitos das nossas armas, e às conquistas da paz e da harmonia entre as Nações. Temos de dizer aos brasileiros quanto é nobre e digno ser patriota, amar e respeitar os símbolos nacionais (RIHGB, 1979, p. 261).

Como exemplo de uma das datas a serem lembradas e comemoradas, o chefe de Estado falaria sobre os 90 anos da proclamação da República, definida por ele como “a mais profunda mudança política experimentada pelo Brasil”; o general relembriaria a *ideia* de República como uma “cogitação antiga”, que “precede a Independência”, desde a “Guerra dos Mascates, no início do Século XVIII à Confederação do Equador, aos Farrapos, à Sabinada, no fim da regência”, e uma “dezena de movimento e revoluções que pretenderam implementar uma República na América Portuguesa e no Jovem Império”. O processo político “em sua fase decisiva” durou, segundo Figueiredo, de 1870 a 1889, “do Manifesto Republicano, contemporâneo à fundação do Primeiro Clube, do jornal e do Partido Republicano, à memorável convenção de Itu, três anos depois, até a abolição”, período em que o movimento republicano “cresceu, fortaleceu-se e frutificou, sob a Chefia de Deodoro da Fonseca” (RIHGB, 1979, p. 262).

Fazendo uma analogia da proclamação da República com o período “convencionalmente chamado de *abertura política*”, o chefe de Estado mencionaria que “talvez a República não fosse tão desejada por alguns” que “hoje como ontem, pretendem a manutenção do *status quo*”, aqueles que “apenas dão apoio verbal à

transformação da sociedade brasileira, preferem falar, em vez de procurar fazer a sua parte para minorar injustiças e privilégios ainda existentes” (RIHGB, 1979, p. 262). As mudanças seriam igualmente indesejadas, segundo Figueiredo, por aqueles que:

Ao contrário, tudo querem mudar, destruir, amoldar a feições alienienas e alienadas. À modelos que repudiamos. A ideologias que atentam contra a liberdade mais fundamental do homem, de pensar e decidir. Apoiar ou divergir. Aplaudir ou condenar (RIHGB, 1979, p. 262).

Embora a sua crítica sirva a regimes de caráter autoritário, Figueiredo parece estar se referindo, assim como Médici, ao marxismo e ao materialismo histórico, frequentemente mencionado por seus críticos como *estranhos* à realidade brasileira e ao povo brasileiro. O chefe de Estado acreditava “não exagerar” ao dizer que “estamos, atualmente em pleno processo de realização dos ideais e dos sonhos dos fundadores da República”. Figueiredo explicaria o porquê de tal convicção:

Em primeiro lugar, nunca, como nos dias de hoje, foi tão importante a participação de todo o povo no esforço nacional de aperfeiçoar as instituições políticas; amparar e apoiar a cultura; aproveitar e desenvolver os recursos econômicos; assumir as nossas responsabilidades quanto à educação, à saúde, à criação de oportunidades quanto de emprego e trabalho, à assistência social, enfim, ao apoio do homem, como objetivo supremo do desenvolvimento (RIHGB, 1979, p. 262, 263).

Fazendo uma relação entre o seu ideal de República com o contexto de “abertura política” e o processo de redemocratização do país, o chefe de Estado aproveitaria em seu discurso para conclamar aos brasileiros para a “participação consciente e firme nos caminhos apontados pelos fundadores da República” (RIHGB, 1979, p. 263). Em consonância com o título de seu discurso, Figueiredo expressaria o que seria para ele “a República dos seus sonhos”:

A República dos meus sonhos é a da conciliação. Do progresso com liberdade. Da liberdade com responsabilidade fixada na lei. Da paz com justiça social. Da ordem dentro da Democracia. Da legitimidade da representação política. Sem maculação do voto pelo abuso do poder econômico ou político. Da supremacia da lei sobre a vontade dos homens. Do respeito aos princípios federativos herdados dos fundadores, ainda hoje guardiães dos Estados – membros e da autonomia real da federação. A República dos meus sonhos é aquela em que a contribuição de pobres e ricos, para o bem comum, seja proporcional às possibilidades de cada um. A República dos meus sonhos é a que estou procurando realizar: democrática, justa, federativa, aberta, generosa, representativa das

excelências da gente e da terra brasileira. A República dos meus sonhos não se compadece com os corações empedernidos. Nem com os cérebros fechados. Antes requer que todos usem a liberdade de dizer a verdade. A República dos meus sonhos haverá inspirar-se na ética do cristianismo – que tão claramente identifica nossos traços nacionais (RIHGB, 1979, p. 263).

Chama atenção a defesa da democracia nos discursos dos chefes de Estado. Médici defende em seu discurso a “construção de uma autêntica democrática” em plena vigência do regime ditatorial do qual o general era chefe de Estado, após a promulgação do Ato Institucional Nº 5, em um período de aumento da repressão, da censura, da cassação de opositores da ditadura e denúncias de tortura amplamente divulgadas no Brasil e no exterior. Figueiredo, como último chefe de Estado do regime ditatorial faz a sua defesa da democracia, da lei e da participação do povo no processo de construção de uma república democrática, ainda que projetando-a em seu ideal de República, estabelecendo uma contradição entre um discurso democrático e em defesa das liberdades e o comando de um regime ditatorial em vigência há uma década e meia no país.

O chefe de Estado ainda faria questão de ressaltar que a sua República ideal teria “um Legislativo atuante em toda a sua amplitude constitucional” e um “Judiciário bravo e independente na aplicação das leis”, respeitado sobretudo “pela autoridade provinda da isenção e da capacidade quase sobre-humana dos juízes de se colocarem acima das queixas e dos litígios”. A “República dos sonhos” do chefe de Estado seria “forte, justa e firme”, sabendo combinar “a justiça com a compaixão”, a “ponderação com a ação pronta e necessária a garantir o prevailecimento da lei – como forma de assegurar o direito”. Esta República haveria de “torra-se de civismo e firmar-se no patriotismo dos brasileiros” (RIHGB, 1979, p. 264).

Para finalizar o seu pronunciamento, o general Figueiredo citaria a definição de Geografia do primeiro Secretário Perpétuo do Instituto: “é a luz da História”, homenageando os “estudiosos destas duas ciências”, que tiveram “papel imortal na formação de nossa nacionalidade”, e se “muito nos orgulhamos do fizeram, devemos recordar que esta missão é permanente”. Datas como a da proclamação da República deveriam, segundo o chefe de Estado, “nos levar a rememorar com satisfação e reverência os feitos dos nossos maiores”, além de “inspirar-nos a construir com nosso esforço comum um futuro que os envaideceria”. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ajudaria na “missão” de colocar “o nosso ilustre

passado a serviço de um futuro digno de todos os brasileiros”; esta seria a maior “tarefa” do IHGB na concepção política e histórica do chefe de Estado, que, “humildemente”, pediria aos membros do Instituto que “o considerassem mais um companheiro de trabalho” (RIHGB, 1979, p. 264).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos ao longo do trabalho, a relação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vem desde a sua fundação, por membros da burocracia do Estado monárquico, pelo financiamento da “coroa” à Instituição e pela “proteção” do Imperador Dom Pedro II ao Instituto, ou seja, a proximidade do IHGB com o Estado está necessariamente vinculada a sua gênese – nos “braços” do Estado monárquico.

Com a queda da Monarquia e instauração da República, o Instituto soube se reorganizar e se adaptar ao novo contexto político e histórico. Através do título de Presidentes Honorários, redirecionado aos “Presidentes da República” reestabeleceu a relação entre o Instituto e os chefes de Estado, que em sua grande maioria, compareceram ao Instituto para tomarem empossarem-se como seus Presidentes de Honra e garantirem o repasse de verbas à Instituição. A presença de autoridades políticas do Estado monárquico e da elite política republicana no Instituto, como visitantes ou como sócios, também configuraram a proximidade da Instituição com o Estado e com autoridades políticas ao longo de sua história.

Durante a ditadura civil militar (1964-1985), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro manteria uma estreita relação com o Estado, sobretudo através da Presidência Honorária do Instituto concedida aos chefes de Estado do regime ditatorial que, conforme vimos, compareceram na sua totalidade ao Instituto para serem empossados como seus Presidentes de Honra; em sua maioria, no mesmo ano em que assumiam como chefes do Estado, demonstrando o prestígio que a Instituição tinha diante dos militares que assumiram a chefia do Estado após o golpe que destituiu João Goulart da presidência da República.

A indicação destes chefes de Estado à Presidência Honorária do Instituto não se tratava apenas do cumprimento do que estava previsto em seus estatutos, visto que, com a reforma dos estatutos de 1965, a nomeação dos Presidentes Honorários do Instituto exigia a aprovação majoritária dos seus sócios mediante processo de votação. Portanto, com a exceção do marechal Castelo Branco, anterior à reforma, todos os demais chefes do regime ditatorial foram deliberadamente aprovados pelos sócios do Instituto como seus Presidentes Honorários, alguns inclusive, “aprovados por unanimidade do plenário”. Ademais, frequentemente nos pronunciamentos do Instituto nas cerimônias de posse dos chefes de Estado, o orador oficial do IHGB

faria questão de ressaltar que a nomeação era uma decisão voluntária do Instituto e não apenas o cumprimento de um protocolo.

O caráter “festivo” destas cerimônias também é um elemento subjetivo que simboliza uma atitude positiva do Instituto diante destes chefes de Estado, se levarmos em conta que os mesmos estavam no comando de um regime ditatorial. A declaração de que “brilhavam no recinto os bordados do generalato brasileiro” (RIHGB, 1967, p. 178) durante uma ditadura em que militares ocupavam a chefia do Estado é bastante indicativa quanto à *postura* do IHGB diante do regime.

Assim como ao longo da sua história, o Instituto obteve o auxílio financeiro do Estado para a sua manutenção e a realização das suas atividades durante o regime ditatorial. Todos os chefes de Estado da ditadura garantiram o repasse de verbas à Instituição nos períodos em que estiveram à frente do Estado, variando apenas as quantias repassadas ao Instituto. Além do constante repasse de verbas, o chefe de Estado, General Médici, liberaria os recursos necessários para a construção de uma nova sede para o Instituto. Graças à “ajuda” do chefe de Estado, o IHGB inauguraria a sua nova sede, e a isto, o Instituto seria eternamente grato à Médici⁶⁵.

Como demonstramos, a presença de autoridades políticas do regime nos salões do IHGB foram uma constante ao longo de toda a ditadura civil militar. A presença dos chefes de Estado, de ministros e de membros das forças armadas no Instituto, visitando-o ou mesmo ingressando no seu quadro de sócios evidenciam a próxima relação estabelecida entre a Instituição e as autoridades do regime.

A presença de membros do Instituto em instituições vinculadas ao Estado, como o Conselho Federal de Cultura, a “circulação” de sócios do Instituto no Ministério da Educação e Cultura, através das “parcerias” e convênios entre o Instituto e o MEC e a próxima relação com o ministro Jarbas Passarinho, sócio do Instituto, demonstram a proximidade entre os membros do Instituto e a esfera estatal do regime ditatorial.

Como verificamos a liberação para o repasse de verbas para o Instituto deu-se muitas vezes através do Conselho Federal de Cultura, onde a presença de sócios do Instituto no Conselho possivelmente exerceu influência na deliberação dos recursos destinados à entidade.

⁶⁵ O Instituto encontra-se atualmente em atividade nesta mesma sede, inaugurada em 1972.

Simbólico, mas não menos importante, é o decreto do governo Costa e Silva que passou a considerar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma instituição de “utilidade pública”. A elevação da Instituição à categoria de “utilidade pública” durante a ditadura demonstra o reconhecimento que o Instituto tinha durante e diante do regime ditatorial.

Analisando os discursos proferidos pelos chefes de Estado percebe-se, além do reconhecimento à Instituição, uma visão bastante “pragmática” e instrumental da História, que deveria ser usada, em suas concepções, de modo pedagógico para divulgar e fomentar valores cívicos e patrióticos através das datas a serem comemoradas dos “grandes feitos” e dos grandes homens da “nossa história”. A defesa da democracia, da república e das liberdades individuais também são uma constante nos pronunciamentos dos chefes de Estado, ficando evidente a contradição entre os seus discursos e as medidas de caráter autoritárias tomadas pelos seus respectivos governos.

Verifica-se assim que, através do título de Presidentes Honorários, configurou-se uma relação **institucional** entre o Instituto e os chefes de Estado da ditadura, através do financiamento estatal do Instituto, uma relação **econômica** entre a Instituição e o Estado e através da presença de membros do regime no IHGB, uma relação entre os sócios do Instituto e autoridades do regime. Concluímos que todos estes fatores, permeados de elementos essencialmente políticos estabeleceram uma estreita relação entre o IHGB, os chefes de Estado e o regime ditatorial.

Além da relação estabelecida mediante estes fatores, os pronunciamentos dos membros do Instituto nas ocasiões das cerimônias de posses dos chefes de Estado da ditadura expuseram concepções e posicionamentos políticos e subjetivos expressados e assumidos *em nome* do Instituto com relação aos chefes de Estado, ao regime ditatorial e ao papel das forças armadas no movimento que destituiu o presidente João Goulart.

Em todos os pronunciamentos feitos por seu orador oficial, Pedro Calmon, o qual expressou a opinião oficial do Instituto, foram tecidos elogios às biografias e as trajetórias militares dos chefes de Estado, como se as mesmas, apresentadas como “impecáveis”, subjetivamente os gabaritassem e os legitimassem a ocuparem o cargo máximo de chefes de Estado. De acordo com estas narrativas, pode-se deduzir que os militares chegaram ao comando do Estado unicamente por suas

“brilhantes” trajetórias e por benemérito, e não através de um amplo movimento com elementos e interesses políticos e econômicos, e que se sucedeu do alto comando das forças armadas, após a deposição de João Goulart, a chefia do Estado de maneira autoritária.

Ao afirmar que Costa e Silva, assim como o seu antecessor Castelo Branco, encontravam-se na “linha da legalidade constituída”, o Instituto assumia um posicionamento político bastante objetivo com relação ao regime ditatorial instaurado no país com o golpe de Estado de 1964: tratava-se, sobretudo de um regime inserido dentro da ordem **legal**, amparado na lei, daí a afirmação de que os chefes de Estado que tem presidido o país não chegaram – no Instituto – “com títulos usurpados ou precários” (RIHGB, 1967, p. 177). O Instituto considerava abertamente **legítimos** os chefes de Estado do regime ditatorial e o próprio regime instaurado com a deposição do presidente João Goulart. Ao considera-los legítimos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contribuía para a legitimação destes chefes de Estado e do regime ditatorial o qual representavam diante da sociedade.

Para o Instituto, Costa e Silva “encarnava o sentimento de coesão e de legalidade que é o apanágio tradicional das classes armadas no Brasil” (RIHGB, 1967, p. 178) sendo o responsável por haver “restabelecido o primado da disciplina e do princípio hierárquico” (RIHGB, 1967, p. 179). Definitivamente o Instituto considerava legal todo o processo de intervenção e de deposição do presidente João Goulart. Ou seja, as forças armadas não estavam rompendo com “a linha da legalidade”, mas mantendo-a ao intervirem para a deposição de Jango; este seria “o exército reinvestido no seu verdadeiro papel”, “fiel aos princípios da Revolução” (RIHGB, 1967, p. 179); lembrando que o Instituto já havia feito a afirmação de que Castelo Branco havia comandado “o reerguimento da pátria” (RIHGB, 1964, p. 284) após a deposição de João Goulart.

O orador oficial ou o presidente do Instituto sempre se referem aos chefes de Estado como “Presidentes da República”, legitimando-os, como se os generais tivessem chegado a chefia do Estado mediante o devido processo democrático, e não por *vias* indiretas. A denominação para designar o golpe de Estado como “governo revolucionário” também revela o posicionamento político do Instituto com relação ao movimento que destituiu João Goulart da presidência da República. A denominação política e conceitual utilizada pelo Instituto é também uma escolha e um posicionamento político.

Para além das opiniões emitidas nos pronunciamentos dos membros do Instituto, é necessário analisar também os *silêncios* presentes nestes discursos, com relação ao que ocorria ao *lado de fora* da Instituição. Após um golpe de Estado que destituiu o presidente da República, o regime ditatorial instaurado, promulgando atos Institucionais, cerceou o estado democrático de direito, aboliu o devido processo democrático e impôs eleições indiretas para governadores e presidentes da República, decretou recesso no Congresso, cassou opositores políticos, restringiu liberdades individuais, de manifestação e de organização política, suspendeu o *habeas corpus*, impôs a censura, perseguiu, praticou a tortura e o desaparecimento de opositores do regime; mesmo assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro exaltava e defendia a legalidade e a legitimidade destes chefes de Estado e do regime ditatorial.

Todas essas concepções\opiniões políticas expressadas *em nome* do Instituto configuram uma relação política e revelam uma *postura* favorável do Instituto com relação aos chefes de Estado e ao próprio regime, comprovando a hipótese sugerida ao longo desse estudo de que, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de estabelecer uma estreita e orgânica relação com o Estado durante a vigência do regime ditatorial, assumiria um *posicionamento* político favorável aos chefes de Estado e à ditadura civil militar.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **“A vida política”**. **Modernização, ditadura e democracia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ALDÉ, Lorenzo. **Responsável pela produção dos primeiros estudos históricos sobre o país, o IHGB completa 170 anos fiel às tradições**. 2008.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado in **O Brasil Imperial volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens**. XIII Encontro de História. Rio de Janeiro: Anpuh, 2008.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840) in **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal da Cultura, 1071-1974. In: **Estudos Históricos**, n. 37, janeiro-junho de 2006.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes**. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-82, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Ago. 2016.

CARVALHO, José Murilo (org). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes: Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.** [online]. 1991, vol.5, n.11, pp.173-191. ISSN 0103-4014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em 07. Set.2016.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. **A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889)**. Campinas, SP : [s. n.], 2009.

FERREIRA APUD Sessão Aniversária de 15 de dezembro de 1880 in **RIHGB**, Tomo XLIII, parte II, 1880, p. 500.

FÉRTIG, André. História, memória e o Império do Brasil.: Januário da Cunha Barbosa, Karl von Martius e a criação de um passado para o Brasil. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 19, n.1, jan/jun 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2004, vol.24, n.47, pp.29-60. ISSN 0102-0188. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>>. Acesso em 02. Ago.2016.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio: os intelectuais cariocas e o modernismo**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 6, n. 11, p. 62-77. 1993.

GUIMARÃES, Lucia Mana Pachoa. **História em debate: Problemas, Temas e Perspectivas**. Anais do XVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Porto Alegre, 2007. 233 f.

LE GOFF, JACQUES. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1924.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia in **O Brasil Imperial. volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LUZES, Jessica Suzano. **O público e o privado: solicitações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao Conselho Federal de Cultura (1966-1967)**. V Seminário Internacional Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil. 2014.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o conselho federal de cultura na ditadura civil militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras. 2012.

MARTIUS, Karl Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil?** RIHGB, Rio de Janeiro, p. 187-205, 1953.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira e MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, 1993.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **Emblemas de Brasil Em La Historiografía Del Siglo XIX: Monarquía, Unidad Territorial y Evolución Natural**. El Colegio de México, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **O IHGB, O IAGP e as comemorações do centenário da república de 1817** – PÁGINA 193. 2011.

SANCHEZ, E. C. T. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Revista Ciência e Cultura**. Editora: Tipografia Edanee S. A. nº1, vol 19. março de 1967.

SOUSA, Francisco Gouvea de. **Revolta e proclamação como molduras da história**: escrita da história e olhares para a república entre os sócios do IHGB. 2015.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In **MOTA, Carlos Guilherme**. Viagem incompleta – A experiência brasileira (1500-2000) Formação da História. 2 ed. São Paulo: SENAC/1999.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONTES

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **RIHGB**. Disponível em < <https://ihgb.org.br/pesquisa.html> >. Acesso em 2016-2017.

SÍTIOS DIGITAIS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto. **Lei Nº 74, de 21 de Novembro de 1966**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-republicacao-35524-pe.html>>. Acesso em 15. Jul. 2016.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de Dezembro De 1968**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acesso em 15. Set. 2016.

Economia e Finanças. **Histórico do Salário Mínimo**. Disponível em <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. Acesso em 20. Ago. 2016.

Fundação Getúlio Vargas. **Ligia Lessa Bastos**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ligia-maria-lessa-bastos>>. Acesso em 10. Jun. 2016.

Fundação Getúlio Vargas. **Aurélio de Lira Tavares**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/lira_tavares>. Acesso em 25. Jun. 2016.

Fundação Getúlio Vargas. **Carlos Frederico Werneck de Lacerda**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda>. Acesso em 05. Jul. 2016.

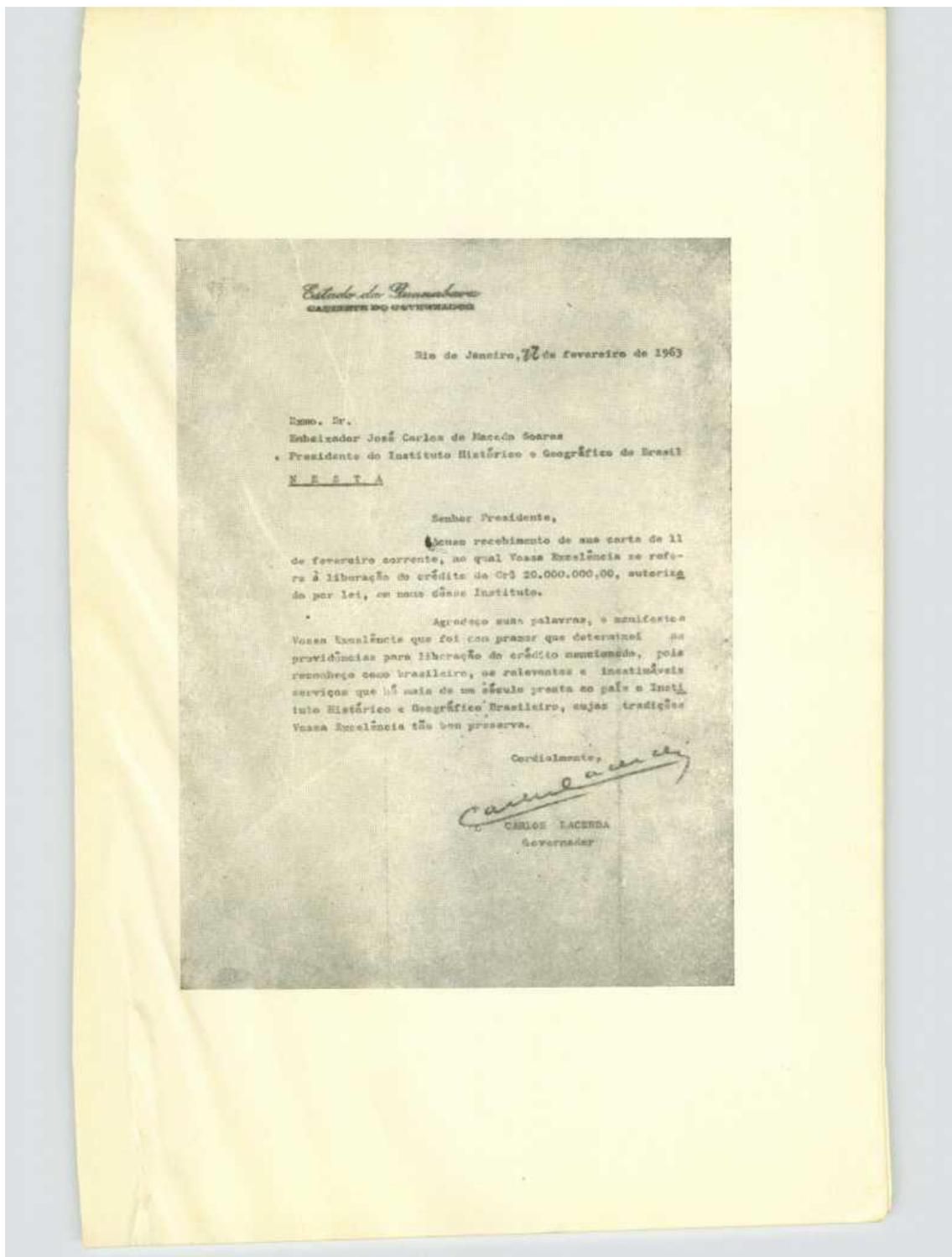
Guia Geográfico do Brasil. **Pedro Calmon (1902 – 1985)**. Disponível em <<http://www.historia-brasil.com/bibliografia/pedro-calmon.htm>>. Acesso em 25. Jul. 2016.

Hidrográfico Marinha-Portugal. **Américo de Deus Rodrigues Thomaz** . Disponível em <<http://www.hidrografico.pt/americo-rodrigues-thomaz-1894-1987.php>>. Acesso em 15. Set. 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **José Carlos de Macedo Soares**. Disponível em <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/jose-carlos-de-macedo-soares.html>>. Acesso em 05. Ago. 2016.

Portal. **O Senado da Presidência**. Disponível em <<https://www.senado.gov.br/senado/grandesMomentos/passarinho.shtm>>. Acesso em 20. Jun. 2016.

ANEXO A - Liberação de verbas do Estado da Guanabara para o Instituto



ANEXO B - Decreto do governo de Costa e Silva reconhecendo o IHGB como "utilidade pública"

DECRETO Nº 61.251, DE 30 DE AGOSTO DE 1967

Decreto nº 61251 de 30 de agosto de 1967

Reconhece de utilidade pública
o Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro.

O Presidente da República, de
acôrdo com a faculdade que lhe outorga o art.
83, II da Constituição e art. 2º da Lei nº 91, de
28 de agosto de 1955,

D E C R E T A :

Art. 1º - O INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO BRASILEIRO, com sede no Rio de Janeiro, fundado em 21 de outubro de 1950, é reconhecido, *ex officio*, como de utilidade pública.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de agosto de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

Costa e Silva
Luiz Antonio de Faria

ANEXO C - O general Médici e o presidente do IHGB Pedro Calmon nos salões do Instituto

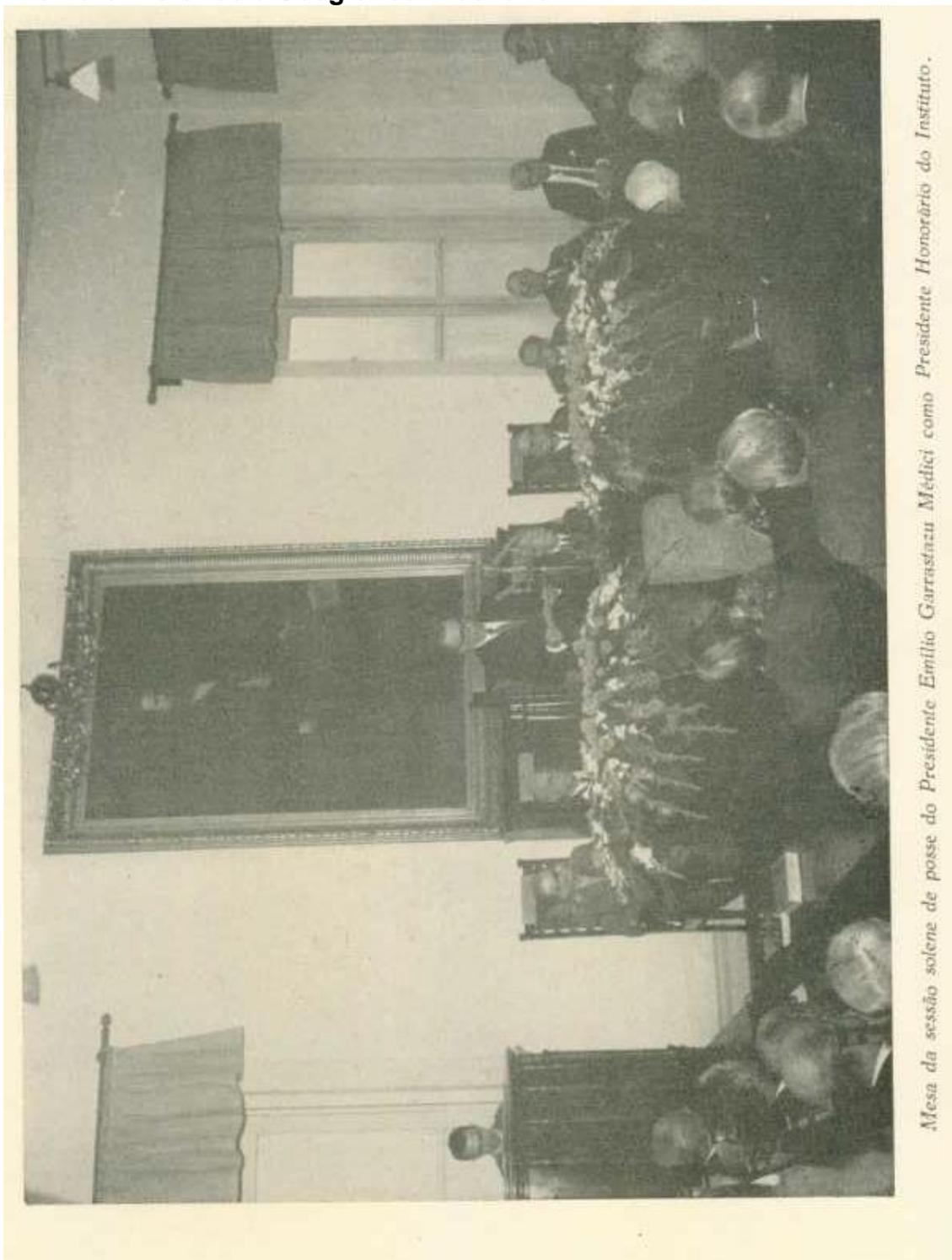


O Presidente Emilio Garrastazu Médici examina, com o professor Pedro Calmon, a maior preciosidade da biblioteca do Instituto: o exemplar dos «Lusiadas» que pertenceu a Camões, doado pelo Imperador D. Pedro II.

ANEXO D - General Médici visitando a biblioteca do Instituto

O Presidente Emílio Garrastazu Médici examina alguns livros raros da Biblioteca do Instituto, mostrados pelo Prof. Pedro Calmon. Vêm-se os sócios Enéas Martins Filho e Ivan Lins.

ANEXO E - Cerimônia de posse do general Médici como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



ANEXO F - Visita do chefe de Estado Ernesto Geisel ao Instituto

ANEXO G - O chefe de Estado Geisel no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



O Presidente da República examinando a Biblioteca.

ANEXO H - O general Figueiredo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

254 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO



No recanto de um dos salões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Chefe da Nação, no dia de sua posse como Presidente Honorário, conversa com o Professor Pedro Calmon, com o Governador do Estado do Rio de Janeiro e com o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales

ANEXO A - Cerimônia de posse do general Figueiredo à Presidente de Honra do Instituto

258 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO



Aspecto geral da mesa da sessão solene de posse do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo como Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na tarde de 15 de novembro de 1979, 9º aniversário da República. Da esquerda para a direita, o Ministro da Marinha, o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Presidente da República, o Presidente do IHGB, o Presidente do Senado Federal e o Ministro da Educação e Cultura. Ao fundo o histórico painel de Manuel de Araújo Porto Alegre, a «Coroação de D. Pedro II»

ANEXO J - Cerimônia de posse do general Figueiredo à Presidente de Honra do Instituto

V — NOTICIÁRIO

259



Em nosso Salão de Honra, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo recebe das mãos do Professor Pedro Calmon o colar privativo dos membros do IHGB, que logo passa a usar. Vêem-se também, na Mesa, o Ministro da Marinha, Almirante Maximiano da Fonseca; o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales; o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas; e o Presidente do Senado Federal, Dr. Luiz Viana Filho, também sócio efetivo do IHGB